

Organização
Flávia Mendes Ferreira
Patricia de Oliveira Burlamaqui
Caroline Soares de Andrade Caldas

POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

atores, instituições e movimentos sociais



POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

atores, instituições e movimentos sociais

Reitor

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor

Fabio Barboza Passos

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFF)

Coordenador

Marcus Ianoni

Professores

Adriano Freixo

Brand Arenari

Carlos Henrique Aguiar Serra

Carlos Sávio

Cesar Kiraly

Christy Pato

Cláudio de Farias Augusto

Eduardo Rodrigues Gomes

Gisálio Filho

Luís Alves Falcão Luís Alves Falcão

Marcial Alécio Garcia Suarez

Marcus Ianoni

Maria Antonieta Leopoldi

Roberta R. Marques da Silva

Soraia Marcelino Vieira

Secretário

Manoel Joaquim Pereira Filho

Organizadoras do livro

Caroline Soares de Andrade Caldas

Flávia Mendes Ferreira

Patricia de Oliveira Burlamaqui

Organização
Flávia Mendes Ferreira
Patricia de Oliveira Burlamaqui
Caroline Soares de Andrade Caldas

POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

atores, instituições e movimentos sociais





Este trabalho atende às determinações do Repositório xxxxx e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena Pires

Seção de Edição e Revisão de Textos

Carlos Otávio Flexa | Kdu Sena|

Roberto Azul | Joyce Guimarães

Seção de Design

Gláucio Coelho | Victória Sacagami

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil

Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil

Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil

Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique

Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia

Luciano Brito | UFRB | Brasil

Maria Alice Resende | UFRB | Brasil

Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona

Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil

Sidimara | UFF | Brasil

Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa

Projeto gráfico

MC&G Editorial

Diagramação e capa

Gláucio Coelho

Revisão de texto

Carlos Otávio Flexa

Thaís Souza

Fotografia da capa por

Renato Perissinotto

(cientista político da UFPR).

Esta obra foi composta com

a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

P769 Política Brasileira Contemporânea: atores, instituições e movimentos sociais. [recurso eletrônico] / organização: Flávia Mendes Ferreira, Patricia de Oliveira Burlamaqui e Caroline Soares de Andrade Caldas. — Rio de Janeiro : UFF : MC&G, 2022.
Dados eletrônicos (ebook) .

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-89369-16-5

1. Ciência política. 2. Brasil - Política e governo. 3. Brasil - Política econômica. 4. Movimentos sociais. 5. Ciências sociais. I. Ferreira, Flávia Mendes. II. Burlamaqui, Patricia de Oliveira. III. Caldas, Caroline Soares de Andrade. IV. Título.

CDD: 320 . 981

Bibliotecária Priscila Pena Machado – CRB - CRB - 7/6971

PREFÁCIO

O leitor tem nas mãos um livro que trata de temas prementes de nosso tempo. Ele parte de olhares da Ciência Política e passeia por campos de conhecimento vizinhos. As autoras e os autores são jovens em começo de carreira, com o frescor, a criatividade e a disposição para a pesquisa que isso significa.

Com Bárbara Breder Machado aprendemos sobre o « empuxo ao pior » de Bolsonaro e sua *entourage*. Para escrutinar sua “governamentalidade perversa”, somos guiados por instrumentais da psicanálise. Debruçado sobre o mesmo “fenômeno político e social” do bolsonarismo, Ricardo Bruno da Silva Ferreira foge dos sentidos de ruptura e inflexão como chave explicativa. No lugar disso, apresenta a “violência como elemento constitutivo da identidade brasileira ao longo de sua história”. No capítulo seguinte, a oito mãos, Caroline Caldas, Carolina de Freitas da Cunha, Flávia Mendes Ferreira e Carlos Henrique Aguiar Serra exploram a tensão inerente ao paradigma punitivista abraçado por ativistas de direitos humanos. Fazem isso a partir da observação da judicialização da justiça de transição, da presença militar em escolas públicas e de práticas no cárcere feminino. Patrícia de Oliveira Burlamaqui mergulha em fontes primárias e bibliografia especializada para investigar a criação, no estado do Rio de Janeiro, de uma “política pública de pacificação”. Para fazer isso, lança mão da experiência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Rafael Polari de Alvarenga Kritski e Luís Falcão investigam o processo político que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff e justificam a categoria de golpe para descrevê-lo. Fazem isso com recurso a uma lente comparativa com outras experiências latino-americanas. Aparecido de Jesus Silva e Claudio de Farias Augusto escrutinam um evento que convulsionou a vida da cidade do Rio de Janeiro em 2014: a greve dos trabalhadores da limpeza urbana em pleno carnaval daquele ano. Os autores se apoiam em entrevistas inéditas com trabalhadores para lançar luz sobre a emergência, na cena pública, desses “novos atores políticos” e suas formas de luta. Bruno Leite e Carlos Henrique Aguiar Serra lançam-se à seara das novas tecnologias da informação, peça chave para a investigação do cenário de “desenfreada turbulência política e social” vivida pelo país desde as chamadas jornadas de junho de 2013.

Embora ainda colado historicamente nos eventos, sem o privilégio do futuro, este livro é um excelente aliado para quem anseia por uma pausa reflexiva em meio ao ritmo frenético dos acontecimentos políticos no país desde 2013. Ele traz elementos para uma reflexão informada sobre o massacre de *news* e *fake news* a que estamos expostos diariamente nos jornais, nas redes sociais, no *WhatsApp*, na fila do supermercado, no ponto de ônibus.

Cristina Buarque de Hollanda

Professora de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP/UERJ

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Fluminense (UFF), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) pela oportunidade que todos nós aqui tivemos, entre alunos e ex-alunos, de desenvolvermos nossas pesquisas e, também, por esta oportunidade de publicá-las com o financiamento da Universidade.

Gostaríamos de agradecer aos professores e professoras do programa, em especial, aqueles que foram para alguns de nós orientadores e para outros continuam sendo, aos professores Carlos Henrique Aguiar Serra, Eduardo Gomes, Cláudio Augusto, Luís Falcão e Renato Lessa.

Agradecimento especial ao professor Marcial Suarez que possibilitou que esse livro acontecesse e à professora Cristina Buarque do IESP/UERJ que gentilmente aceitou o convite para escrever o prefácio. Nosso muito obrigada!

Durante a construção da capa do livro duas pessoas foram muito importantes: o professor Renato Perissinotto que nos cedeu a foto da capa do nosso livro e o professor José Leon Szwako, que nos apresentou o Renato, pelo apoio e ajuda na construção da capa. Gostaríamos muito de agradecê-los pelo gesto de vocês de terem nos ajudado nesse processo.

Nós não podemos deixar de agradecer aos nossos queridos colegas, Aparecido, Bárbara, Bruno, Carolina, Rafael, Ricardo por terem aceitado participar dessa jornada conosco.

Caroline Caldas, Flávia Mendes e Patrícia Burlamaqui

SUMÁRIO

Apresentação	11
Capítulo 1	
Psicanálise como aporte teórico para a compreensão de tempos	
desarrazoados	13
<i>Bárbara Breder Machado</i>	
Capítulo 2	
Apoteose extremista e o mito do “homem cordial”	37
<i>Ricardo Bruno da Silva Ferreira</i>	
Capítulo 3	
Direitos Humanos e técnicas jurídicas-penais nas práticas institucionais... 61	
<i>Caroline Soares de Andrade Caldas Carolina de Freitas da Cunha </i>	
<i>Flávia Mendes Ferreira Carlos Henrique Aguiar Serra</i>	
Capítulo 4	
O papel das instituições formais na formação da agenda em Políticas de	
Segurança Pública: a trajetória das UPPs	91
<i>Patrícia de Oliveira Burlamaqui</i>	
Capítulo 5	
O Golpe de 2016 no Brasil: identificando atores e meios.....	119
<i>Rafael Polari de Alverga Kritski Luís Alves Falcão</i>	
Capítulo 6	
Garis: A Resistência e Luta – A greve dos trabalhadores da limpeza urbana	
na cidade do Rio de Janeiro em 2014.	143
<i>Aparecido de Jesus Silva Claudio de Farias Augusto</i>	

Capítulo 7

Imperialismo no século XXI: Novas Tecnologias de Informação a Serviço do capital estrangeiro no Brasil 165

Bruno Leite | Carlos Henrique Aguiar Serra

Sobre as Organizadoras.....187

Sobre os Autores..... 188

APRESENTAÇÃO

A presente obra teve como inspiração os anos de doutoramento da turma de 2016 do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). No ano de ingresso, 2016, o país sofreu o golpe parlamentar, jurídico e midiático que destituiu Dilma Rousseff da presidência da República. Neste período as ciências humanas já passavam por redução de investimentos nas universidades. Os anos seguintes foram de crise política, desmonte de importantes políticas públicas e recrudescimento da agenda neoliberal. Vimos também o crescimento das novas direitas, a eleição de Jair Bolsonaro e tudo que sua vitória para o mais alto cargo do executivo nacional representou. O início de 2020 ficou marcado pela pandemia da Covid-19 fazendo o Brasil viver o aprofundamento da crise política juntamente com as crises sanitárias e econômicas.

Os desafios impostos pela conjuntura tornaram-se instigantes para o grupo de cientistas políticos aqui reunidos. Embora afetados pelos fatos narrados acima, como a maioria dos brasileiros, transformaram dor, revolta e medo em estímulo para a pesquisa e a escrita, como parte de uma trincheira que cabe aos cientistas que se dedicam a analisar tempos tão perversos e desumanos. O desafio esteve em observar o presente sem distanciamentos e mesmo assim sistematizar as contradições sociais de nossos tempos.

Neste livro, os autores se debruçaram em temas atuais abordados em sete capítulos, como: a Covid-19, a ascensão do bolsonarismo, as iniciativas institucionais de promoção à cultura de direitos humanos que passam pelo uso dos dispositivos do direito penal, o *impeachment* de Dilma Rousseff, o fenômeno recente da polarização política no Brasil, movimentos organizados e as UPPs.

No capítulo um, Bárbara Machado resgata a teoria psicanalítica e analisa o direcionamento e estímulo bolsonarista, ao comportamento de risco, na pandemia de Covid-19.

No capítulo dois, Ricardo Ferreira busca entender a ascensão do bolsonarismo na vida política brasileira a partir da releitura de algumas análises oriundas do campo da Ciência Política atual como os recentes trabalhos de Renato Lessa e Jairo Nicolau.

No capítulo três, Caroline Caldas, Carolina Cunha, Flávia Mendes e Carlos Henrique Serra se debruçam sobre as três iniciativas de promoção à cultura de direitos humanos e lançam o debate sobre o envolvimento dos usos de dispositivos oriundos do direito penal nesses casos.

No capítulo quatro, Patricia Burlamaqui trata do processo de formação da agenda da política de pacificação na agenda governamental do estado do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como UPPs. Esta política foi vista como inovadora e solução para o problema da segurança pública no estado.

No capítulo cinco, Rafael Kritski e Luís Falcão se debruçam no tema do *impeachment* de Dilma Rousseff e se de fato ocorreu o que eles chamam de golpe *jurídico-parlamentar*.

No capítulo seis, Aparecido de Jesus Silva e Claudio Augusto buscaram compreender os fenômenos sociais e políticos que suscitaram a greve dos *garis* na cidade do Rio de Janeiro em 2014, suas motivações e a organização desse movimento.

No capítulo sete, Bruno Leite e Carlos Henrique Serra analisaram o papel das Novas Tecnologias da Informação no fenômeno da polarização política no Brasil que tomou as ruas e as redes sociais a partir das jornadas de junho de 2013 até as eleições de 2018.

Caroline Caldas, Flávia Mendes e Patricia Burlamaqui

PSICANÁLISE COMO APORTE TEÓRICO PARA A COMPREENSÃO DE TEMPOS DESARRAZADOS

Bárbara Breder Machado

*“Há de se pensar com peças que não encaixam.
Pois se pensamos somente com peças que encaixam,
o pensamento está morto”¹
(Jorge Alemán apud Machado 2015)*

1. TEMPOS DESARRAZADOS – GOVERNAMENTALIDADE² PERVERSA

Temos vivido tempos desarrazoados. Agudizado pela incidência da pandemia da Covid-19 que nos tomou de assalto. Se, por um lado, vivemos um acontecimento inexorável e inédito em suas proporções mundiais, por outro, este nos coloca diante de questões sociais e políticas de longa data.

Assim, diante da nova escalada do autoritarismo, e na reificação e repetição (*Wiederholung*) do totalitarismo, é interessante pensar de que forma a psicanálise pode nos servir como aporte teórico político para compreender

1 “Hay que pensar con piezas que no encajan. Pues si pensamos solamente con piezas que encajan, el pensamiento está muerto”

2 Conceito foucaultiano que visa sobre a racionalidade política que sustenta e viabiliza práticas de governo. Refere-se especificamente a formação dos Estados Modernos e assim aplica-se a noção de população. Sustentam dispositivos de controle e disciplina e saberes, que viabilizam as práticas governamentais e reverberam na conduta dos indivíduos.

o cenário posto. E, servir, também, como via de enfrentamento ao que aqui denominaremos “empuxo ao pior”.

O que levaremos como cena de análise é a estrutura ideológica, que sustenta e viabiliza possibilidades de emergência do discurso de ódio, sustentado por uma lógica cínica, que reverbera na adesão do cidadão comum ao comportamento de risco. A despeito do impactante número de mortes.

A pandemia da Covid-19 no país soma mais de 168 mil mortos³ e ultrapassa a barreira de 5 milhões de infectados.⁴ Os dados impactantes divulgados pelo consórcio dos principais veículos de imprensa apontam que “O Brasil registrou 644 novas mortes do coronavírus nas últimas 24 horas” (G1, 2020a). Tão assustador quanto os dados que apontam a ferocidade do vírus, quando cooptado como lógica mortífera da gestão pública, é o comportamento “individual” de parte da população. Indivíduos que na lógica do chamado “novo normal”, banalizam a magnitude do número de mortes, se arriscando ao convívio social desprovido de normas sanitárias. Neste gesto, ao mesmo tempo que assumem o risco de morte, vulnerabilizam ainda mais as camadas populacionais de menor possibilidade de proteção. Atuando conscientemente como verdadeiros vetores do coronavírus.

Munidos do argumento do “direito à liberdade”, seguem em atividades ordinárias, circulando pelo espaço público, conscientes das consequências de tal conduta. Ainda que os números apontem para uma catástrofe humanitária e as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) orientem ao isolamento social, as praias, bares e restaurantes seguem frequentados, em diversas cidades do Brasil. Violando as orientações oficiais pautadas pela ciência, estas pessoas seguem em aglomerações, dispensando máscaras e ignorando os protocolos sanitários. Enquanto outros países estabelecem normas sanitárias mais rígidas de proteção à vida ainda que apresentem menor número de mortos em relação ao Brasil. Na França, por exemplo, que contabiliza cerca de 35 mil mortos, as medidas de *lockdown* foram endurecidas (G1, 2020b). Enquanto isso, o modelo de gestão implementado no Brasil nos leva a uma rota aguda de colapso.

3 Até o fechamento da edição deste livro o aumento vertiginoso de mortes pela Covid-19 no país ultrapassou a marca de 600mil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 21 out. 2021

4 Conferir: Ferramenta Google sobre Coronavírus Covid-19 – Estatísticas. Disponível em: https://www.google.com/search?q=mortes+de+covid+no+brasil&rlz=1C1SQJL_pt=-BRB923RB923R&oq=mortes+de+&aqs-chrome.1.69i57j0i433l3j0j0i433j0l2.3550j0l15&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 20 nov. 2020.

É importante salientar que a estratégia política engendra o caráter mais perverso da necropolítica, dado que possui não apenas a convivência de parte da população, como conta inclusive com sua participação direta, ativa e consciente, para levar a cabo a efetivação da produção de cadáveres.

Neste capítulo, temos como objetivo sustentar o argumento de que longe de ser falta de informação ou acesso ao conhecimento, a conduta destes indivíduos corrobora o encaminhamento genocida da política brasileira. Não apenas é fomentada por esta governamentalidade perversa, como oferece bases para seu sustento, em uma espécie de giro de retroalimentação. A análise sobre a conduta de risco destes indivíduos não deve se encerrar apenas na grave estratégia de desinformação fomentado pelo uso massivo das chamadas *fake news* (MARTINS, 2020). Estratégia que leva muitas pessoas a se colocarem em risco, dado a não possuir informações adequadas e seguras tanto em relação a letalidade do vírus, quanto aos recursos possíveis de proteção.

Além dela, devemos ter na cena de análise outra estratégia no cenário contemporâneo, aqui denominaremos como “empuxo ao pior”. E assim, teremos que tê-la em vista, para que possamos compreender outra forma de contágio: do fomento à conduta de risco. De saída, recorreremos a afirmação de Zizek sobre a lógica cínica, que opera, não pela alienação ao conhecimento, pelo contrário, justo através do saber: “*Eles sabem que fazem e ainda sim o fazem*” (ZIZEK, 2012). Tal chave argumentativa nos levará a buscar, no campo da psicanálise, ferramentas teóricas, a fim de lançar luz sobre este fenômeno que desafia a compreensão da ciência política e coloca por terra as premissas da *rational choice* para a compreensão do comportamento humano.

Na medida em que a descoberta freudiana é centrada justamente à premissa de que somos regidos para além da razão. Habitados e atravessados pela dimensão inconsciente, que está articulado ao bojo social. A releitura lacaniana de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, inclui na cena a dimensão sociocultural, que forma o campo simbólico. Sendo assim, a psicanálise nos convoca a pensar o sujeito ultrapassado por seu inconsciente, que longe de ser hermético e solipsista está articulado aos processos culturais. E, por isso, defendemos seu aporte teórico relevante para a compressão de tempos desarrazoados. Antes de mais nada é necessário, portanto, a fim de que possamos avançar em nosso propósito, apresentar o terreno teórico psicanalítico a partir do qual nos situamos.

2. POLÍTICA COM PSICANÁLISE: UM ANALISTA DEVE ESTAR À ALTURA DA SUBJETIVIDADE DE SUA ÉPOCA

Toca-nos avançar nos estudos entre a psicanálise e a política, seguindo o percurso inaugurado no mestrado e desenvolvido no doutorado, ambos realizados no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UFF⁵. Destacamos a afirmação contundente de Yves C. Zarka sobre a negligência da filosofia política em relação às obras de Freud e Lacan. Dado que ambos os autores, centram, no cerne da teoria, a dimensão política. Presente desde a teorização freudiana, em sua proposição do aparelho psíquico como o extremo da projeção e interiorização da estrutura social na dimensão subjetiva. E em Lacan, que ao promover sua famosa empreitada de retorno à Freud marcou a presença da dimensão social e política no âmago do inconsciente.

É literalmente assustador que a maioria das correntes contemporâneas no campo da filosofia política tenham quase que ignorado Lacan, e de maneira mais geral, a maioria dos aportes da psicanálise. Retornar a questão do desejo, da proibição do gozo do sacrifício etc, não é em verdade outra coisa, que retornar ao tipo de reflexão política própria de Platão, Maquiavel e Hobbes. É importante que a filosofia política desperte. Do contrário, terminará sendo uma disciplina sem carnalidade alguma (ZARKA, 2003, p. 12)⁶.

Se no campo da ciência política há pouca referência e abertura às proposições psicanalíticas, no campo da psicanálise os estudos da dimensão do político se realizam de maneira tímida em relação a outros temas já consolidados. No mesmo caminho desta afirmação importante de Yves Charles Zarka, encontramos em Foucault pontuação explícita de que Lacan foi um dos poucos pensadores que colocou em pauta a relação do sujeito com a verdade, sustentando assim sua teoria em reflexões sobre a dimensão política “Digamos o seguinte: não foram tantas as pessoas que, nos últimos anos – diria no

5 Dissertação: Palavra silenciada Poder e Morte em hospital geral. 2011. Tese: Política e Psicanálise: (des)encontros entre Lacan e Foucault, 2015. Ambas defendidas no PPGCP/UFF. Trabalhos que sedimentam os argumentos aqui desenvolvidos.

6 Es literalmente asombroso, en efecto que la mayoría de las corrientes contemporâneas en el campo de la filosofía política hayan ignorado casi a Lacan y, de manera más general, los aportes del psicoanálisis. Ahora bien, retornan a la cuestiona del deseo de la prohibición del goce, del sacrificio etc., no es en verdad otra cosa que retornar al tipo de reflexión política propio de Platón, Maquiavelo o Hobbes. Es importante que la filosofía política se despierte. De lo contrario, terminará siendo una disciplina normativa sin carnalidad alguna

século XX –, colocaram a questão da verdade. [...] quanto a mim só vejo duas: Heidegger e Lacan” (FOUCAULT, 2011, p. 170).

Desta forma, este capítulo se sustenta em um duplo esforço, por um lado reafirmar a dimensão do político presente na psicanálise e por outro, recolher aportes do campo psicanalítico para ampliar a análise da conjuntura no Brasil 2020.

Seguindo como chave teórica de saber (neste universo tão povoado de tensionamentos) o conceito de analista cidadão (LAURENT, 1992). Que faz a prática eclodir dos *settings* tradicionais e os debates teóricos do da restrição ao ciclo do campo tradicional, situando a psicanálise ao lado da democracia⁷. E a afirmação lacaniana de que o analista deve ter a subjetividade de sua época como horizonte. Afirmação esta que Marie-Hélène Brousse parte em seu livro *O inconsciente é a política* (2018), para analisar o caráter político da psicanálise:

“alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” citação de “Função e Campo da fala e da linguagem”, texto de 1953, no qual Lacan enuncia claramente, pela primeira vez, a tese que irá orientá-lo e sua leitura de Freud e revolucionar a psicanálise. É o momento em que o Lacan apresenta o axioma “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. (BROUSSE, 2018, p. 26)

Desta forma, nos interessa destacar, já de saída, que a empreitada lacaniana do chamado retorno a Freud parte justamente da concepção do caráter político da psicanálise, a desnaturalização da noção de sujeito, a resistência à biologização dos processos humanos, à ontologização do inconsciente, que passa a ser entendido como estruturado, como uma linguagem. Assim, a dialética do desejo não pode ser mais compreendida como individual. Como aponta Brousse (2018): a oposição entre individual x coletivo não se sustenta, dado que o desejo que o sujeito visa decifrar é sempre o desejo do Outro, e passa pelos “desfiladeiros significantes da linguagem”.

Assim, nossas reflexões, a partir da psicanálise, vão neste sentido, de ter no horizonte a subjetividade desta época. E assim, incluir em nossa análise os aspectos presentes na arena de disputa em torno da democracia, em intenso movimento de tensão por seu aniquilamento, vide a ostensiva fascista e moralizante que os assombra. E para tanto, temos nos dedicado a forjar alguns conceitos que promovem dobradiças entre o campo da clínica e da política,

7 Conferir Marrie Helene Brousse: “Democracias sin padre”. Disponível em: <https://zadigespana.com/2018/01/20/democracias-sin-padre/> Acesso em: 21/10/2021

como *psicanálise engajada*, com o objetivo de fazer frente ao conservadorismo vigente e sua lógica de redução biológica e moralizante. Desta forma, ao produzir a transmissão da psicanálise no bojo do campo acadêmico é preciso tanto incluir o debate político, quanto tomar lugar nele. E em tempos acirrados de disputa, estar irreversivelmente ao lado da defesa da democracia.

Lacan, na Proposição de 9 de outubro de 1967,⁸ aponta duas vias de ação em psicanálise: chamou de psicanálise em intenção e psicanálise em extensão. A intensão seria a prática analítica propriamente dita, e a extensão tudo aquilo que resume a função da Escola ou das instituições como presentificadoras da psicanálise no mundo. Essas dimensões embora sejam distintas, são complementares.

Assim, toda psicanálise em intensão poderia ser considerada profana, no sentido de não ser dogmática ou engessada. Pois é necessário manter certa irreverência para acolher a singularidade que cada caso comporta. Já a psicanálise em extensão aproxima-se a “psicanálise engajada”, ou seja, o laço social que pode ser produzido pela psicanálise discursivamente, não só na transmissão dos conceitos psicanalíticos no meio psicanalítico, mas também no efeito que a sustentação do seu discurso produziu na cultura, a psicanálise engajada, enquanto em extensão tem essa característica necessária de articulação e conexão com outros campos de saber.

Nesse cenário, a psicanálise serve como ferramenta para a compreensão dos fatos políticos cotidianos para além dos reducionismos psicológico e sociológico, na medida em que resiste a concepção de natureza humana lançando em cena o conceito de inconsciente. Assim, psicanálise proporciona a desnaturalização dos processos humanos, que não são regidos somente pela ordem biológica, mas que respondem a outros domínios. Nesse sentido, a inserção do homem na cultura não se faz sem ônus para o indivíduo e para a própria sociedade, que é estruturada de maneira artificial, assim como a lei. Portanto, se a constituição da psique é conflitiva e está estruturada em um domínio de tensão de forças, resulta do espectro social que também se formará sobre esse terreno.

Portanto, a referência behaviorista de que o comportamento é expressão direta da psique humana e passível de adaptação ao meio social é deficitária,

8 Nota destacada no diálogo com Ludmila Stalleikem Sebba. A quem agradeço a interlocução e o apontamento em reunião de grupo de pesquisa na qual realizo o pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Psicologia UFF “Psicanálise profana: a clínica entre a causa analítica e a causa feminista” sob orientação da professora Giselle Kosovisky Falbo.

na medida em que o que está em jogo não é um organismo em oposição à realidade, ou ainda, uma concepção “desajustada” à realidade, e sim uma realidade que se forma em correlação à construção do aparelho psíquico.

Freud vislumbrou os efeitos sociais da psicanálise. Alguns autores denominam como sociológicos o conjunto de textos que se dedicam em primeiro plano a esfera social. “Mal-estar na civilização” (1929), “Futuro de uma ilusão” (1927), “Moisés e o monoteísmo” (1939), “Totem e Tabu” (1913), “Tempos de guerra e de morte” (1915), além de uma carta de resposta a Einstein: “Por que a guerra?” (1932)⁹. Entretanto, para nossa visada, essas obras não devem ser compreendidas apartadas àquelas, digamos de cunho clínico, sendo impossível reduzi-las, portanto, ao reduto da ciência social. Na medida em que possuem como fundamento a análise, em última instância, da escuta do inconsciente. Em 1921, Freud deixa claro a indissociabilidade de ambas as esferas ao afirmar que “a psicologia individual é simultaneamente psicologia social” (FREUD, 1921, p. 5).

É isso que difere a psicanálise de todas as demais correntes que se aproximaram do campo político ao longo da história de sua fundação como um campo de saber cancelado pela ciência. Ou seja, a ciência política, ao dar lugar ao encontro com a psicanálise, deve considerá-la para além do reducionismo sociológico realizado sobre a obra de Freud. Queremos afirmar que se deve ter em conta a radicalidade do inconsciente, tal como propõe Lacan (1964).

Em suma, produzir uma recondução da ciência política para o diálogo com outros saberes e, mais que isso, reintroduzir em seu campo a análise de fenômenos que vão além da chamada *realpolitick*, através da concepção de homem proposto pela psicanálise. Homem ultrapassado pelo inconsciente, tendo em vista a noção de sujeito, tal como propõe Lacan (1964), considerando que o que ele promove é a infiltração da filosofia no corpus da psicanálise. Dessa forma, desfere um golpe decisivo na leitura positivista, biologicista da psicanálise empreendida pelos pós-freudianos. Assim, pensar na introdução da psicanálise lacaniana no escopo teórico da ciência política é suspender o veto behaviorista e reintroduzir a filosofia e questões referentes à subjetividade do homem no mundo.

Da mesma forma, a valorização da cultura em detrimento das formações instintuais. Para Lacan, toda valorização séria do freudismo devia passar por uma interrogação do tipo filosófico (ROUDNESCO, 2008).

⁹ Carta que aqui utilizamos para compreender o comportamento de risco frente à covid-19.

3. PSICANÁLISE NA MICROFÍSICA DO PODER

A possibilidade de compreender a psicanálise como recurso teórico do campo político está afinado ao projeto foucaultiano que permite o deslocamento da cena de análise sobre o poder, do Estado para as relações. Assim, sua obra promove a eclosão da ideia de política vinculada somente às grandes instituições, ao promover a compreensão das relações de poder na microesfera política. Dessa forma, abre espaço a uma investigação para além do *mainstream* tradicional, permitindo novas pontes de diálogo com outros campos. Em 1979, através de seus estudos sobre biopolítica¹⁰, governamentalidade liberal, ressalta que o Estado não tem essência, não é universal. E recoloca a questão política para além de aspectos ligados a ele. As análises genealógicas do poder produziram grande transformação com relação ao estudo da política.

Dessa forma, o que Foucault chama de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do campo de análise, quanto do nível em que se efetua, infiltrando nas mais peculiares relações de poder dentro da sociedade. Isso leva, necessariamente, à consequência política, na medida em que suas análises não têm apenas como objetivo localizar e dissecar essas relações de poder, mas também servir como instrumento de luta e resistência.

Apontamos como ponto de partida a noção do sujeito que apesar de diversa em Foucault e em Lacan, recusam a ideia de substancialização e de subjetividade. Assim, para as duas construções teóricas a categoria de sujeito é um efeito, resultado de uma produção. Para o primeiro, o sujeito é fruto da relação do jogo de forças sociais, para o segundo, efeito da cadeia significativa, por uma operação metafórica. Para ambos, o discurso tem papel fundamental para a emergência do sujeito.

Portanto, a proposta de abarcar uma concepção do humano, levando em conta a descoberta freudiana, marca uma ruptura com a forma que conceitos da psicologia foram encampados pelo campo da teoria política, que tradicionalmente vem sendo influenciada por certas correntes que são baseadas no comportamentalismo e na vertente da *rational choice*. Para ambas, o parâmetro ontológico que as suporta é a concepção de homem enquanto um ser centrado na razão. A proposta freudiana é justamente apontar que as atitudes humanas

10 Conceito foucaultiano que visa sobre a racionalidade política que sustenta e viabiliza práticas de governo. Refere-se especificamente a formação dos Estados Modernos e assim aplica-se a noção de população. Sustentam dispositivos de controle, disciplina e saberes, que viabilizam as práticas governamentais e reverberam na conduta dos indivíduos.

estão para além da consciência, para além da razão. Na medida em que o inconsciente exerce sua presença e desorganiza a lógica “natural”. Portanto, ao afirmar que o aparelho psíquico é formado também pelo inconsciente, Freud retira a razão do centro da existência humana, trazendo consequências decisivas para a clínica, que posteriormente Lacan (1969) e atualmente Slavoj Žižek (2012), ampliam para o campo político; atitude que pauta o presente trabalho, a fim de analisar as possibilidades de avanço, que um escopo teórico pode fornecer a outro. Tendo em vista a concepção de “ser humano”, a partir do constructo sujeito, proposto por Lacan que permite pôr em cena a outras dimensões como o inconsciente, desejo e gozo.

A nosso ver, é necessário que tais aspectos devam ser levados em conta na discussão política. Sobretudo na contemporaneidade, com a ascensão em escala genocida do discurso de ódio, que tem como cúmplices os indivíduos que se situam fora do campo da “política profissional”, que não apenas corroboram, mas que são atores essenciais para o encaminhamento genocida da política brasileira.

A partir de 1980, Foucault coloca em cena a dimensão da escolha (diria a psicanálise) no bojo da contingência social. A dimensão ética abre, portanto, espaço para a configuração da política do eu. Pois, a ética do eu, estabelecida na relação de si para consigo mesmo é primeiro e último ponto de resistência ao poder político.

O que na pandemia da Covid-19 se coloca como peça-chave de disputa, onde o poder exerce sua face mais radical. Na medida em que o autocuidado em relação a proteção ao coronavírus não se resume a um ato de cuidado individual, senão coletivo. A ética do eu não se limita a ações “individuais”, senão nos apontam para a imbricação ao campo coletivo. Em última instância, um ato de cuidado pessoal (lavar as mãos, usar máscaras, respeitar o distanciamento social) é marca também de um pacto coletivo à vida. Representa o cuidado comum e com o outro, revelando seu caráter político, que parte da microesfera de ação e reverbera para o campo macropolítico. Da mesma forma, as medidas de autocuidado também se revelam como estratégias de resistência à política genocida brasileira. Ao fazer do próprio corpo escudo sanitário, fazendo do ato individual de seguir os protocolos, meio de barrar a transmissão do vírus e impedir a efetivação da necropolítica, sustentada pelo atual governo, em diferentes níveis de violência.

Pois a relação de si para consigo mesmo é o campo que se situa o que Foucault retoma em Sócrates da relação do cuidado-de-si e os modos de vida.

“Em suma, não se diz mais às pessoas o que Sócrates dizia a Alcebiades: se queres governar os outros ocupa-te contigo mesmo” (FOUCAULT, 2011, p. 100).¹¹

Ou seja, a noção de cuidado-de-si articula de maneira necessária a questão política e a questão da ética, ao pôr em questão o preço que se paga na forma de se ocupar com seu próprio corpo e sua própria alma (vida). E os efeitos éticos que se lançam para além do domínio privado, ao comprometer a lógica coletiva, tendo em vista em nossa tela de análise a pandemia instilada pelo coronavírus. E, nessa senda, o que reverbera como marca na governamentalidade vigente, no laço social (diria a psicanálise).

4. GOVERNAMENTALIDADE PERVERSA E O “EMPUXO AO PIOR”

Os estudos de Foucault marcam uma importante compreensão sobre as relações de poder e a dinâmica da microesfera que se dá disputa, para além do Estado. Da mesma forma, nos adverte para a necessidade de investigar a arte de governar, e assim, empreende o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política. Para ele, o Estado é correlato a uma maneira de governar. Sua análise não parte dos Universais, portanto, senão das práticas engendradas. Assim, nos interessa sua perspectiva da compreensão da racionalidade na prática governamental, que instaura a razão do Estado.

Em outras palavras, se considerarmos a questão do poder, do poder político, situando-se na questão mais geral da governamentalidade – entendida a governamentalidade como um campo estratégico de relação de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável, reversível – a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar teórico e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. (FOUCAULT, 2004, p. 225)

Nossa hipótese teórica é que no Brasil de 2020 a racionalidade governamental é desarrazoada. Trata-se de uma governamentalidade perversa: da efetivação do empuxo a transgressão, operado pelo discurso de ódio na chave do que Lacan (1969) denomina *discurso do mestre*. O discurso de ódio e a agressividade são os motores da apropriação da pandemia para a efetivação

11 Conferir aula de 20 de janeiro de 1982 em *A Hermenêutica do Sujeito*, 2011.

do projeto político, no bojo da necropolítica. E também, vias de cooptação destes indivíduos que efetivam voluntariamente a disseminação do vírus em diversas cidades do país.

Ou seja, a utilização da agressividade como via de implementação política que promove na capilaridade das relações sociais o empuxo ao pior, que por sua vez fortalece e sustenta a política genocida do bolsonarismo. Nossa hipótese é que é justamente a “parte obscura de nós mesmos” (ROUDINESCO, 2008) a face perversa que nos habita, a todos e cada um, a chave essencial de viabilidade deste projeto.

Face esta que é posta à luz do dia através das diversas afirmações dos representantes políticos de diversas camadas de gestão, que veiculadas, não sem consequência, atravessam as relações sociais cotidianas e as condutas “individuais” em relação aos protocolos de segurança. Os marcos simbólicos, os referenciais que sustentam a união do desejo à lei efeito da castração – dado a entrada dos indivíduos no processo civilizatório – têm sofrido graves abalos, e disto resulta certa vertigem.

Ecoam e proliferam as afirmações cínicas e violentas: “E daí?”, “eu não sou coveiro”, “pessoas morrem”,¹² “vou abrir o comércio, morra quem morrer”,¹³ “mais uma que Bolsonaro ganha”.¹⁴ Estas frases fazem reativar a análise Arendtiana sobre o julgamento de Eichman em Jerusalém. Traz à cena a noção da banalidade do mal, a qual Roudinesco, retoma para pensar, a partir de Freud, a localização no psiquismo um universal da diferença perversa em cada um. Dito de outra maneira, a sideração que estas frases promovem a todos, nos captura pela presença inexorável da perversão em todos. Tal como Freud concebe que a neurose é o negativo da perversão. E que, por isso, o pior captura a todos nós, na medida em que se trata de uma parte obscura de nós mesmos (ROUDINESCO, 2008). De algum lugar, opera em nós e orienta nossas condutas, para além da racionalidade (a tempos destituída de seu lugar central da motivação humana). “*Os perversos são uma parte de nós mesmos, uma parte de nossa humanidade, pois exibem o que não cessamos de dissimular: nossa própria negatividade, a parte obscura de nós mesmos*” (ROUDINESCO, 2008a, p. 13).

12 Conferir referência: falas do presidente da República em 2020 sobre as mortes evitáveis pela pandemia de coronavírus.

13 Conferir referência: fala do prefeito de Itabuna, Bahia ao declarar a reabertura do comércio em 30/06/2020.

14 Conferir referência: fala do presidente da República em relação a morte por suicídio de um dos voluntários do teste da vacina contra o COVID_19 que resultou na paralisação das pesquisas.

Para avançar das chaves teóricas aqui postas, seguiremos na célebre troca de correspondência entre Freud e Einstein no período do fim da segunda grande guerra. O físico recorria ao psicanalista para entender o motivo que levou a civilização retornar ao nível da barbárie, e consultava sobre possíveis medidas profiláticas para que não viéssemos mais enquanto sociedade a descer a estes níveis. Convocação esta a que Freud responde que, na verdade, a civilização nunca esteve em condição elevada e que nos habita o empuxo a destruição e a agressividade.

Destacamos aqui algumas passagens:

- Questões que Einstein coloca a Freud:

Este é o problema: existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra [...]. Logo surge uma outra questão: como é possível a essa pequena súplica dobrar a vontade da maioria, que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? Como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição. Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais: é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva. Talvez aí esteja o ponto crucial de todo o complexo de fatores que estamos considerando. (EINSTEIN, 30 de julho de 1932)

- Resposta de Freud a Einstein:

Passo agora a acrescentar algumas observações aos seus comentários. O senhor expressa surpresa ante o fato de ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra, e insere a suspeita, de que neles existe em atividade alguma coisa um instinto de ódio e de destruição que coopera com os esforços dos mercadores da guerra. Também nisto apenas posso exprimir meu inteiro acordo. Acreditamos na existência de uma pulsão dessa natureza, e durante os últimos anos temo-nos ocupado realmente em estudar suas manifestações. [...] Gostaria, não obstante, de deter-me um pouco mais em nosso instinto destrutivo, cuja popularidade não é de modo algum igual à sua importância. Como consequência de um pouco de especulação, pudemos supor que esse instinto está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada [...]. Para nosso propósito imediato, portanto, isto é tudo o que resulta daquilo que ficou dito: de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens. [...] A situação ideal, naturalmente, seria a comunidade humana que tivesse subordinado sua vida instintual ao domínio da razão. Nada mais poderia unir os homens de forma tão completa e firme, ainda que entre eles não houvesse vínculos emocionais. No entanto, com

toda a probabilidade isto é uma expectativa utópica. Não há dúvida de que os outros métodos indiretos de evitar a guerra são mais exequíveis, embora não prometam êxito imediato. Vale lembrar aquela imagem inquietante do moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer sua farinha. (FREUD, setembro de 1932)

Se outrora, Freud, em seu tempo recebera a “alcunha” de pessimista, para nosso tempo desarrazoado, poderíamos classificá-lo como realista. Pois sua obra soube pontuar aquilo que temos tentado, sem sucesso, tamponar, e de certo modo “esconder”, sobre o pretense racionalismo, celebrado pela perspectiva da *rational choice*. Não somos motivados somente pela consciência, o aparelho psíquico não se reduz a razão. A segunda tópica freudiana indica que grande parte da psique humana é inconsciente, inclusive o [eu]. O ódio nos habita, (também) nos forma e conduz nossas ações, localizado através do constructo teórico denominado pulsão de morte.

E é ela quem conduz os corpos bronzeados na beira da praia, enquanto milhares de outros se fecham em covas. É ela quem ilumina os rostos sorridentes, vívidos de uma euforia patológica nos bares, enquanto um universo incontável¹⁵ de famílias choram seus mortos.

[...] a pulsão destruidora, dizia Freud é a condição primordial de toda a sublimação, uma vez que é característica do homem – se é que esta existe – não é senão a aliança do próprio homem, da mais poderosa barbárie e do grau mais elevado de civilização, uma espécie de passagem da natureza à cultura. (ROUDINECO, 2008, p. 100)

Aqueles que rompem a quarentena por escolha – dado que muitos trabalhadores estão impedidos de deixar seus postos de trabalho – e circulam nas vias públicas não parecem apresentar qualquer indício de culpa, dado que ali estão e publicizam através de *posts* nas redes sociais os “rolês de quarentena”. Querem ver-se sendo vistos. Isto faz parte do jogo da pulsão escópica, tal como o gozo exibicionista. Parecem não temer ou se importar pela transgressão da lei, sem qualquer remorso publicam suas fotos e denunciam, eles mesmos, seus atos transgressores. Deliberadamente se transformam em vetores, disseminadores de vírus numa lógica “homem-bomba” de flerte com a morte.

15 Hipérbole aplicada para ressaltar a dimensão dos números de mortes quanto para pontuar que os dados afetados estão subnotificados. E, por isso, incontáveis. E também pela impossibilidade de mensurar quantitativamente a perda de vidas e a especificidade de suas histórias.

Fomentados pelo discurso de ódio e em empuxo ao pior, se lançam em um jogo macabro muito similar ao de “roleta russa”, à espera de que a sorte ou azar o atinjam. Se arriscam e agudizam a vulnerabilidade daqueles que estão em grupo de risco. O racismo aí se expõe como intensidade, tal como o etarismo e o elitismo que insistem em legitimar através de seus discursos e práticas como vidas nuas, corpos matáveis: trabalhador, negro, pobre, mulher, morador de periferia. E na esteira, os trabalhadores da linha de frente do combate à Covid-19, sem culpa ou constrangimento.

O que nos indica que os referências simbólicos da lei sofreram grave erosão, ruíram como areia (tal como a da praia), diante de nossos olhos, não sendo mais capazes de estabelecerem efeito de freio ao gozo. Elemento necessário para a vida em sociedade. A transgressão tem via aberta, à luz do dia, sem pudor ou sanções. Cenário que se abre pela *gestação* da pandemia realizada pelo viés genocida.

Enquanto os demais países realizam a gestão da crise, aqui testemunhamos atônitos e inibidos, a *gestação da crise* e sua transformação em verdadeira arma biológica. E a correlata produção do terror, terreno instável, insegurança, medo e vulnerabilidade que produzem o cenário profícuo para o crescimento de medidas autoritárias. E encontra porto e ressonância na multidão, que deliberadamente opera como vetor e se arrisca na curva de pico de contágio. Sem política pública, que direcione ao coletivo e sem balizas, que orientem as condutas e desejos ao bem comum, orientadas pela pulsão de vida, o que resta é a lógica perversa.

Freud localiza que uma das funções da castração, além da renúncia pulsional, é a união do desejo à lei, abrindo possibilidade da vida em sociedade. No caso em tela, percebemos que há um certo desatar deste laço civilizatório e o desejo não se encontra mais balizado pela lei, em efeito, abre-se em seu lugar à via franca à transgressão. Funcionamento clássico da perversão, enquanto estrutura clínica.

O perverso, diferente do neurótico não renuncia ao prazer, se recusa a se submeter, em resposta atua com o mecanismo do desmentido e não da aceitação do recalque como ocorre na estrutura neurótica. “*O perverso dedica-se ao menos em fantasia ser objeto do gozo do Outro*” (FINK, 2018, p. 144).

Não é verdadeiro afirmar que a aqueles que se recusam ao isolamento social ao romper um pacto de responsabilidade coletivo, sejam em suas estruturas clínicas, perversos, em absoluto. Isto seria psicologizar gravemente a questão. Nosso questionamento está centrado na afirmação freudiana de que

a perversão sendo o negativo da neurose é “ativada” ou “acionada” em tempos em que os referenciais simbólicos estão em derrocada, dado o direcionamento da governamentalidade que opera como discurso perverso. O que promove o desatar o desejo da lei e produzindo graves consequências sociais, na medida em que direciona condutas orientadas pela pulsão de morte. Logo, em oposição à construção e as expectativas civilizatórias.

Na via do escopo teórico da psicanálise, encontramos em Zizek (2002) a chave para compreensão da operação do cinismo. Ao ressaltar o caráter cínico do discurso da sociedade contemporânea, Zizek, aborda o papel da ideologia na sedimentação da realidade social. Para o autor, é a fantasia ideológica que estrutura a realidade. Isto quer dizer que, a realidade é estruturada, fundada e confeccionada através da fantasia, que por sua vez, emerge em resposta a instauração da lei social – com o encontro (sempre) traumático com o real. O que não podemos perder de vista é que a concepção de lei proposta por Zizek, é a pertinente ao campo psicanalítico, o que promove a entrada em cena de um escopo teórico peculiar, que nos é vital adentrar, a fim de compreender de forma sólida a correlação entre a fantasia e a ideologia.

A fantasia política tem como função preencher certa lacuna deixada pela instauração da lei, ou seja, a instauração da falta no campo do Outro. Ou ainda, pela consolidação do campo simbólico, que promove a emergência do sujeito no campo humano propriamente dito. É importante ressaltar, que a instauração da lei, correlata a emergência da fantasia promove a regulamentação do gozo e a produção de verdade. Entretanto, devemos ter em mente o caráter inconsciente da fantasia, na medida em que, rege a realidade e atividade humana, em um desconhecimento constitutivo. Isto quer dizer que, existe um desconhecimento acerca da fantasia, sobre a qual pouco se pode saber. O desconhecimento consciente da fantasia é proporcional ao poder de conformação, da fantasia, que trabalha como uma “matriz psíquica, que funciona como uma espécie de filtro em relação ao mundo externo” (COUTINHO, 2010, p. 10).

Entretanto, na lógica cínica a operação se dá de forma mais específica, pois não se trata de um desconhecimento, o acesso ao saber está franco, porém este apresenta amalgamado com a verdade, aos moldes totalitários. Em seu documentário “Guia pervertido da ideologia” (2012), Zizek formula esta relação com a fantasia da seguinte forma: “*Eles sabem o que fazem e por isso o fazem*”. O que é consonante com a análise aqui proposta, tanto a gestão pública quanto o cidadão que se recusa ao isolamento social, como meio de combate à pandemia,

sabem o que fazem. “O discurso do mestre exclui a fantasia. É isto exatamente o que faz dele, em seu fundamento, totalmente cego” (LACAN, 1992, p. 114).

Desta forma, a lógica cínica, está articulada com o conceito lacaniano de discurso do mestre, que se estabelece em moldes perversos, ao submeter o outro à dimensão de puro objeto. Neste caso, descartáveis e passíveis de serem aniquilados pela Covid-19.

Conceber como naturais as mortes que poderiam ser evitadas, (seja pela aplicação de políticas públicas de gestão da pandemia, seja pela circulação voluntária no espaço público) presentifica a necropolítica¹⁶ e fazer girar, portanto, a lógica perversa que promove a aniquilação do outro, rebaixado à dimensão de objeto.

Neste eixo, nos interessa o encontro que Mbembe faz girar entre o pensamento foucaultiano e o arenditiano justo na localização da política da raça como o constructo que viabiliza o fomento da política da morte. Segundo o autor: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é a ‘condição para a aceitabilidade do fazer morrer’” (MBEMBE, 2018, p. 18, grifo nosso).

Nosso grifo pretende destacar a condição de naturalização das mortes, que conta como álibi a expressão “novo normal” forjada no Brasil de 2020. A nosso ver, esta expressão faz ressaltar a dimensão estrutural do racismo e da desigualdade social, que reifica a naturalização do genocídio da população negra e periférica, em curso desde o período colonial. O que o momento pandêmico faz mover neste país está para além das consequências sanitárias decorrente do coronavírus. Estabelece aí uma espécie de retorno de um passado violento recalcado, que justamente por não ter sido elaborado, olhado de frente como empreitada coletiva, está destinado à repetição (*Wiederholung*).

Queremos sustentar nestas linhas que o racismo, a misoginia e o moralismo cristão, pilares do processo de colonização, e que pautam a negação da

16 Definição de Mbembe (2018, p. 27) que deriva da articulação do conceito de biopolítica de Foucault com o aporte teórico de Fanon. Ressalta que a análise do poder e do terror no âmbito das colônias, precisa levar em conta a concatenação do biopoder, o estado e exceção e a lógica escravocrata. “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar a escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica”. Objetificados em sua existência e reduzidos a instrumentos de trabalho, às pessoas escravizadas não participavam das vidas a serem geridas pelo Estado. Desta forma, alijados da concepção de população “Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto e que é possível dizer que a vida do escravo é propriedade do senhor”; para isso conferir Mbembe (2018, p. 29). Esta forma, sobre estas vidas classificadas como “indignas de serem vividas” recai a face mais nefasta do poder: a produção de cadáveres, materializado no genocídio da população negra no Brasil, em curso desde a sua colonização.

alteridade sustentam, ainda hoje, o discurso de ódio que permite a naturalização das vidas classificadas como “indignas de serem vividas” (ZACCONE, 2015). A lógica da governamentalidade perversa que se impôs na esfera política é, ao mesmo tempo, fruto destes vetores enraizados na subjetividade brasileira que se fez hegemônica. E, também, sua via de eclosão em escala nacional, na medida em que, ao fomentar a transgressão, permitem seu escoamento violento.

Ou seja, se por um lado a entrada do bolsonarismo no poder se deve ao efeito catalisador destes vetores de ódio que pululam no imaginário social. Por outro, a nutre através do discurso de ódio veiculado como uma verdadeira arma de guerra. Da mesma forma, o uso político da pandemia da Covid-19 além de oferecer território propício para a aplicação de medidas autoritárias, dado a gestão do medo, também pode ser entendida como estratégia de guerra. Que se utiliza de arma biológica, tal como gás sarin, antraz e outras armas bioquímicas.

Os chamados “cloroquiners” ou “bolsominions” sectários do presidente, atuam na vida ordinária como “algoritmos do pior”, ao utilizar as redes sociais como ferramentas de guerra: uso estratégico da desinformação e veiculação de discurso de ódio via *fake news*. Ao passo que na vida cotidiana, atuam como verdadeiros homens-bomba, Kamikazes contemporâneos, ao insistirem na transgressão do isolamento social, servindo como vetores do coronavírus. Se arriscam ao contato social, ao mesmo tempo que vulnerabilizam, ainda mais, certos grupos populacionais. Sejam os grupos de risco definidos pelas comorbidades, sejam os grupos periféricos, que não dispõem de acesso fácil aos meios de proteção ao vírus. Dado as condições insalubres de existência como ausência de água encanada, rede de esgoto e outros.

Desta forma, os “homens-bomba-do-Leblon” e os “kamikazes-bronzeados-do-Arpoador”¹⁷ destilam além do discurso de ódio, as armas bioquímicas pela cidade, sendo assim semeadores da morte avalizada pelo Estado genocida. A ramificação dos atos de execução nos chama atenção pela frivolidade, e pela ausência de culpa das ações mortíferas dos “rolês”, que lançam a narrativa cínica da “imunidade de rebanho” como álibi. O que faz ecoar em sua premissa negacionista absurda da “*a necessidade de alguns morrerem para que outros fiquem imunizados*”. A definição de Mbembe: “*a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é*” (MBEMBE, 2018, p. 41) nos ajuda a elucidar o que esta narrativa expõe.

17 Vale ressaltar que a referência a cidade do Rio de Janeiro trata-se de uma metáfora. Na medida em que a transgressão do isolamento social acontece em diversas outras cidades do país.

Argumento comum que apresenta o “homem comum” que presentifica aquilo que Hanna Arendt (2015) classifica como “banalidade do mal”.

A diferença, no entanto, é que, em 2020, as ações micro fascistas não são orquestradas objetivamente apenas pelo Estado, no sentido em que não são somente “ordens burocráticas” que estão sendo cumpridas. Senão, um alistamento voluntário que levam ao pior. Materialização ultracontemporânea da modalidade global do necropoder: a saber, que o direito de matar já não constitui o monopólio exclusivo dos Estados, e o exército regular já não é o único a exercer essa função (MBEMBE, 2018, p. 52). Nestas linhas, o autor se refere ao poder paralelo, das milícias e das associações paramilitares, que no Brasil, parece somar-se a este novo contingente de “soldados” alistados voluntariamente a circular pela cidade, colocando a si mesmos e aos demais em risco.

Explicamos: parece-nos que existe uma adesão à lógica perversa, pois, diferente do que aponta Mbembe (2018) em seu ensaio, o suicídio e assassinato aqui, não estão na lógica do sacrifício e redenção. Não se trata de encarar à morte como via de afirmação da liberdade, tal como estabelece o giro hegeliano. Em absoluto, aqui a sideração pela morte e o empuxo ao pior, materializados na produção de mais de 160 mil cadáveres faz a criação de um contingente de mercenários, dispostos a operar a necropolítica ordinariamente, associados a partir de sua alienação.

Seja a alienação pensando ao esclarecimento racional do caráter mortífero de seus atos, tendo em vista a produção das *fake news* em larga escala, criando através da desinformação uma desorientação da população em geral, dado a ausência de políticas de enfrentamento.

Seja a alienação na chave perversa. Não se trata de uma ação que desconhece suas consequências. Neste sentido, a alienação se encontra na impossibilidade de vislumbrar outra forma de sociabilidade que não passe pela relação de domínio. Seja ter o outro como objeto, ou ser em si mesmo dominado.¹⁸

Desta forma, acreditamos esta ser uma nova forma de constituição de “máquina de guerra”. Esta, em tela de análise, possui como combustível a moral veiculada pelo cristofascismo¹⁹ que promove a adesão irrestrita e cega destes sectários. “*Tecnologias de destruição tornam-se mais táteis, mais anatômicas*

18 Argumento desenvolvido em *Diálogos interdisciplinares e indisciplinados sobre pandemia*, 2020. Cf. Blog: Diálogos do fim do mundo. Disponível em: <https://dialogosdofimdomundo.blogspot.com/2020/08/>

19 Sobre Cristofacismo Cf. <https://uenf.br/portal/noticias/bolsonaro-e-o-cristofacismo-brasileiro-relacao-cristianismo-e-politica/>

e sensoriais, dentro do qual escolha se dá entre a vida e a morte [...] agora representada pelo massacre” (MBEMBE, 2018, p. 59).

Mbembe segue a reflexão sobre as formas possíveis de matar, questionando a diferença de fazê-lo via tanque de guerra, helicóptero mísseis ou o próprio corpo. Aqui, ele se refere ao homem-bomba, mas nos faz refletir sobre o uso letal do corpo assintomático em relação à Covid-19 daqueles que intencionalmente transgridem o isolamento social.

O homem-bomba não veste nenhum uniforme de soldado e não exibe nenhuma arma [...] a esse respeito é significativo o local em que a emboscada é colocada: o ponto de ônibus, a cafeteria, a discoteca, o mercado a guarita, a rua, em suma, espaços da vida cotidiana. (MBEMBE, 2018, p.63)

Poderíamos incluir: os bares do Leblon, as praias do Rio de Janeiro...²⁰ O autor também destaca o caráter invisível da arma, que dissimulada faz parte do corpo. O que no nosso caso em tela, toma proporções literais. “*O corpo não esconde apenas a arma. Ele é transformado em arma, não em sentido metafórico, mas no sentido verdadeiramente balístico*” (MBEMBE, 2018, p. 63).

Uma guerra “corpo-a-corpo”, porém, que se difere terminantemente ao sacrifício e redenção entendido na chave Heideggeriana da morte como “libertação do terror da servidão”. O caso brasileiro, o alistamento ao empuxo ao pior parece-nos atender (e a tender), justo ao oposto, a saber, a lógica da servidão voluntária tal como posto por Étienne de La Boétie (1982), submetendo-se ao tirano e dando a ele meios necessários para perpetuar sua opressão.

Assim, a política de empuxo ao pior, a transgressão da lei, e ao mais-degozar, produz como efeito, a dilaceração dos laços sociais. Tem trazido à luz, a face obscura de nós mesmos, materializada na banalidade do mal, culminando nos números cada vez mais elevados de produção de corpos.

20 Metáforas de bairros onde seguem a circulação de pessoas a despeito das normas sanitárias de proteção à Covid-19.

5. (IN)CONCLUSÃO: O DISCURSO PSICANALÍTICO SE ENCONTRA PRECISAMENTE NO POLO OPOSTO AO DISCURSO DO MESTRE.

O pensador argentino, Jorge Alemán (2011) tem promovido o debate acerca do que chamou de conjecturas sobre a esquerda lacaniana. Seu intento gira em torno da possibilidade de pensar um projeto emancipatório a partir da psicanálise francesa. Projeto este que não se pretende todo e completo, senão, parcial, circunstancial e articulado segundo a conjuntura particular que se apresenta. Seu argumento central é que este campo de saber pode oferecer recursos que façam frente ao movimento circular do capitalismo que possui exigências impossíveis de domar. Sob a justificativa da crise, o que se presentifica é o Estado de Exceção, que promove a proliferação de vidas nuas, indivíduos matáveis.

O que se desdobra a partir daí, é a exigência do sacrifício e da renúncia em prol do acúmulo de poucos; enquanto o mercado acumula o indivíduo renuncia. Como vimos, há um ponto de gozo que une o indivíduo ao discurso, sendo ele mesmo engrenagem do sistema, participante ativo desta lógica, e por isso, comprometido com ela.

A gravidade deste sistema é que cada vez mais o capitalismo não necessita dos laços sociais, e tem ampliado os efeitos de exceção, produzindo excluídos em massa e o esmaecimento da política. Alemán (2011) ressalta que é necessário pensar em um projeto emancipatório que leve em conta a dimensão humana, no sentido de dar lugar ao que falha, ao que manca; em última instância ao inconsciente e seus efeitos. E propõe o conceito de solidão comum, como ponto de partida. Entendendo como comum não o caráter homogêneo e igualitário entre os homens, e sim o lugar onde a diferença pode se abrir como tal (MACHADO, 2015).

Portanto, para concluir sobre as implicações políticas da teoria psicanalítica, trazemos à cena a chamada “ferida narcísica” denominada por Freud (1917) ao afirmar que o “*Eu não é senhor em sua própria morada*”, se referindo ao componente inconsciente presente na formação psíquica. Neste sentido, é preciso ter em conta a complexidade do aparelho psíquico e principalmente, compreender que ela não está referida a lógica cartesiana, fundamentada na razão. Portanto, a referência behaviorista que o comportamento é a expressão direta da psique humana e passível de adaptação ao meio social é deficitária. Na medida em que, como vimos neste capítulo, o que está em jogo não é um organismo em oposição a realidade, e sim, uma realidade que se articula e se forja em correlação a construção de subjetividade.

Portanto, precisamos ter em vista que, tanto a análise do cenário político atual, quanto a construção de políticas públicas aplicadas, têm de levar em conta a complexidade, e a tensão existente no aparelho psíquico, sob pena de fracasso. Ou seja, é necessário que a coluna de sustentação das práticas que visam transformação social ou comportamental, não esteja direcionada, ingenuamente, somente a simples conscientização e ampliação de informações a população²¹. Tendo em vista que não é somente a razão que se há de atingir. É necessário, portanto, compreender a dinâmica subjetiva envolvida nas realidades sociais que se objetiva transformar, neste caso, chamar a responsabilização sob esta escolha e tratá-la como tal.

Neste caso em tela, é importante ressaltar que a transgressão que os perversos colocam em jogo ao recusar abrir mão de gozo, é também uma tentativa de fazer valer a lei. Em outras palavras: seu objetivo menos evidente é dar existência à Lei: fazer com que exista o Outro como lei. *“O perverso, por outro lado, não deseja em função da lei. Isto é, não deseja aquilo que foi proibido, em vez disso ele tem de fazer a lei existir”* (FINK, 2018, p. 201).

Neste sentido, resta-nos colocar em questão se a transgressão promovida nestes tempos de pandemia, no Brasil, não se trataria, também, de um apelo perverso para a instauração da lei, ainda que para isso seja necessária a transposição de seu limite. Dado que, no âmbito da governamentalidade perversa, os referenciais simbólicos que deveriam sustentar o recalçamento (e seguir fazendo valer o enlace do desejo à lei) estão em ruínas. E funcionam, pelo contrário como imperativo de gozo e empuxo ao pior, fazendo esgarçar o tecido civilizatório.

É nesta direção que a análise sobre a estrutura perversa nos encaminha: em certa medida de que a transgressão da lei cumpre certa função de retirá-lo do lugar de objeto do Outro, e de algum modo, funciona como uma tentativa de restaurá-la, ainda que passado seu limite. Sendo o perverso aquele de desmente a castração, que barra o acesso à via direta de gozo, interdição necessária para a vida em comum, nos parece que aqueles que estão nas ruas, atuam nesta mesma lógica: recusam-se a abrir mão de suas satisfações, ainda que o preço a ser pago seja colocar sua própria vida em risco e aumentar o número de mortes que poderiam ser evitadas.

21 Queremos ressaltar que, apesar da importância das ações de conscientização e promoção de informação à população, também é necessário estratégias que levem em conta que a consulta humana não se restringe às ações racionais.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004
- ALEMÁN, Jorge. Conferencia en la Universidad Libre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3KyBv3jnVo8>. Acesso em: 16 de nov. 2020.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Cia de Bolso, 2015.
- BOÉTIE, Etienne de La. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982
- CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1988.
- COUTINHO, Jorge. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. v. 2: A clínica da fantasia.
- FINK, Bruce. **Introdução à clínica Lacaniana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. São Paulo: Graal, 2005. v. 1: A vontade de saber.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. [1930]. In: Obras completas de Sigmund Freud, Imago, Rio de Janeiro 1969
- FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do EGO [1921] In: Obras completas de Sigmund Freud, Imago, Rio de Janeiro 1969.
- FREUD, Sigmund. **O inconsciente**. [1915]. In: Obras completas de Sigmund Freud, Imago, Rio de Janeiro 1969
- FREUD, Sigmund. **Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico**. [1911]. In: Obras completas de Sigmund Freud, Imago, Rio de Janeiro 1969

- FREUD, Sigmund. **Observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise**. [1914]. In: Obras completas de Sigmund Freud, Imago, Rio de Janeiro 1969
- FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. [1920]. In: Obras completas de Sigmund Freud, Imago, Rio de Janeiro 1969.
- FREUD, Sigmund. **Reflexões sobre o tempo de guerra e morte**. [1915]. In: Obras completas de Sigmund Freud, Imago, Rio de Janeiro 1969.
- GUIA PERVERTIDO DA IDEOLOGIA. **Slavoj Žizek. Documentário**. Diretora: Sophie Fiennes. 2012
- LACAN, Jacques. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro Zahar, 2003
- LACAN, Jacques. **O mito individual do neurótico ou poesia e a verdade da neurose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008
- LACAN, Jacques. **O Seminário**. Livro 5: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- LACAN, Jacques. **O Seminário**. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LACAN, Jacques. **O Seminário**. Livro 17: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1992
- LAURENT, Eric. **Lacan y los discursos**. Buenos Aires: Manatíal, 1992.
- MACHADO, Bárbara Breder. **Política e Psicanálise (des)encontros entre Foucault e Lacan**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, RJ, 2015.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Jacques Lacan, esboço de uma vida história de um sistema de pensamento**. São Paulo: Companhia das Letras (Companhia de Bolso), 2008b.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Lacan, a despeito de tudo e de todos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ROZITCHNER, León. **Freud e o problema do poder**. São Paulo: Escuta, 1982.
- ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ZARCA, Yves Charles. **Jacques Lacan. Psicoanálisis y Política**. Buenos Aires: Claves, 2003.

***ETHUS* AUTORITÁRIO E O MITO DO “HOMEM CORDIAL”**

*Ricardo Bruno da Silva Ferreira*²²

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho almeja estabelecer um debate teórico no âmbito da Ciência Política Contemporânea no que circunscreve à ascensão do fenômeno bolsonarista na vida política nacional tomando como recorte histórico o período situado entre as eleições de outubro de 2018 até a primeira metade do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2018-2020). O objeto de análise desta pesquisa não se debruça sobre o significado e o conjunto das ações praticadas pelo ocupante da cadeira presidencial, mas busca compreender de modo amplo e crítico o bolsonarismo enquanto fenômeno político e social enraizado na identidade brasileira. O escopo teórico se apoia em uma revisão bibliográfica no domínio da Ciência Política, em particular, duas produções que tiveram uma ampla repercussão no meio acadêmico: o ensaio de autoria de Renato Lessa intitulado *Homo Bolsonarus* (2020); e a pesquisa empreendida por Jairo Nicolau denominada *O Brasil dobrou à direita* (2020).

Buscamos constituir uma análise atual sobre um fenômeno político inconcluso vinculando as duas pontas da tradição acadêmica que circunda a Ciência Política brasileira: uma, teórica relativa ao domínio da Filosofia

²² Professor Adjunto da área de Ciência Política e Ensino do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (COC/ESR/UFF). Doutor e Mestre em Ciência Política (UFF). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFF). E-mail: ricardobruno@id.uff.br

Política; e outra, empírica e eminentemente quantitativa. Empreender uma análise acerca de um fenômeno em curso consiste em um risco considerável, pois os ventos da fortuna podem seguir um curso próprio, diferente do previsto inicialmente por estudiosos do tema. O distanciamento temporal permite que o pesquisador consiga examinar o objeto em questão sem incorrer em erros evitáveis de interpretação sobre um processo incompleto, relevando as paixões que habitam inevitavelmente o mundo da política. Deve assim, o leitor que virá a ler este texto, em um futuro distante, levar em consideração estes problemas oriundos de uma análise que busca captar uma realidade não completamente definida e sujeita a interpretações possivelmente equivocadas.

Este trabalho adota como pressuposto a ideia de tomar a violência como elemento constitutivo da identidade brasileira ao longo do processo histórico. O constante uso da violência ao longo da história do Brasil teve a sua origem no processo de colonização, atingindo inicialmente a população indígena por meio de uma política de subjugação, que fora justificada ideologicamente pelos aldeamentos, pelas jurisdições e pela guerra justa. Não menos violenta, a escravização africana, após mais de três séculos de vigência como regime de trabalho, deixou marcas profundas na sociedade brasileira que perduram até os dias atuais. Sem adentrarmos no debate acerca do modo como se deu a violência política na história do Brasil, o que se infere é que a violência é algo que nos singulariza enquanto povo ao forjar uma forma de sociabilidade que recusa invariavelmente o diálogo como recurso para o equacionamento dos conflitos. No Brasil do século XXI, o indivíduo autodenominado “cidadão de bem” se apresenta como um defensor da família tradicional brasileira, como um sujeito ilibado arauto da moralidade e dos bons costumes. A violência que sempre permeou a nossa vida em sociedade foi vocalizada nos últimos anos por este arquétipo do brasileiro virtuoso. A instrumentalização política da violência é por assim dizer o elemento novo no mapa democrático brasileiro. A violência, que se encontrava até então em estado latente, adquiriu um estatuto político e passou a definir um conjunto de fins a serem alcançados.

Na chave proposta por Renato Lessa, o ideal regulatório deste “homem novo” consistiria na promoção da liberdade para continuar sendo violento em sua prática ordinária: é o direito de assediar mulheres sem ser objetado por grupos feministas, de destruir símbolos e lugares sagrados de religiões de matriz africana sem ser alvo de ação penal, do direito de portar munições e armas de fogo, de promover queimadas em áreas de proteção ambiental etc. Em certo sentido, a violência é não apenas um meio, mas um fim em si mesmo.

No longínquo ano de 1936, o sociólogo Sergio Buarque de Holanda descreveu no clássico *Raízes do Brasil* a metáfora do homem cordial para assinalar um tipo específico de subjetividade que apresenta como traço constitutivo a afetividade no agir público. É necessário salientar que a cordialidade buarqueana não designa bondade, mas tão somente a característica de tomar as relações sociais (públicas) por um corte afetivo e pessoal. O homem cordial é aquele que vê o público como uma extensão do privado, ou seja, entende o Estado como uma ampliação do círculo familiar, uma “evolução” da noção de família. Com isso, o homem cordial estabelece uma relação de similitude entre a gestão pública e a gestão de seus interesses particulares. E é assim que, ao gerir o público, volta-se constantemente ao atendimento dos seus interesses particulares e/ou daqueles que ocupam posições privilegiadas dentro de seu círculo familiar, ao arrepio dos interesses objetivos que constituem a noção de “interesse público”. Haveria assim, um descompasso fundamental entre o público e o privado, uma impossibilidade natural de se ajustar uma ética à outra. Essa incompatibilidade é expressa de modo mais tenaz na infundável dualidade que se coloca entre a cordialidade e o processo de racionalização do Estado; o que de certa forma significa dizer que o homem cordial não estaria de tal modo em conformidade com os fundamentos burocrático-legais do Estado moderno.²³

Apesar da inestimável importância de Sergio Buarque de Holanda na história do Pensamento Social, não é propriamente a cordialidade que constitui um problema no Brasil contemporâneo. Há sem dúvida um ponto em comum entre o homem cordial e o *homo bolsonarus*: a dificuldade em se adaptar à um ordenamento político e social fundado na racionalidade e no respeito às normas. Ao contrário da afetividade que impulsionava o homem cordial, seguimos até certo ponto a trilha percorrida pelo cientista político Renato Lessa ao pensar a emergência de uma nova subjetividade, que se distinguiria pela impulsividade, pela negação da ciência, pelo caráter belicoso de suas ações

23 Em *Raízes do Brasil* (1936), Sergio Buarque de Holanda afirmou “que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade” de modo a expressar a importância da questão do patrimonialismo no conjunto das relações sociais, políticas e econômicas do país. Esta obra apresentou de modo original uma explicação do Brasil tendo como escopo teórico a sociologia alemã de Max Weber. O autor buscou compreender as razões pelas quais o Brasil não teria dado certo. Haveria um modelo híbrido de nação cunhado no convívio forçado de diferentes culturas e etnias, o que desembocou na precariedade de uma formação histórica que estava em desajuste com “as ideias do século”.

e por uma índole libertária²⁴. Este “homem novo” dos tempos distópicos é basicamente um sujeito violento no seu modo de pensar e de agir.

Diante da complexidade do fenômeno político em questão, entendemos a importância do recente trabalho de pesquisa desenvolvido por Jairo Nicolau que a partir de uma análise quantitativa apresenta os dados relativos às eleições de 2018. O que está a se dizer é que não basta analisar a semântica bolsonarista, mas tão fundamental quanto é entender como uma figura polêmica como Jair Bolsonaro conseguiu se tornar presidente da República. A partir de um conjunto de informações colhidas da Justiça Eleitoral e de pesquisas de opinião, Nicolau apresenta ao leitor a possibilidade de entender a guinada radical à direita do eleitorado brasileiro. De tal modo, o autor realizou um exame minucioso de alguns pontos centrais para compreender o caráter extraordinário do processo eleitoral de 2018, como a influência das redes sociais no processo político, o peso eleitoral do voto evangélico e a redução da importância do tempo de propaganda eleitoral na televisão como fator decisivo para se alcançar a vitória nas urnas. Ao traçar um perfil do eleitor bolsonarista, Jairo Nicolau problematizou sobre a imputação cotidiana de fascista ou de extremista. Para o cientista político fluminense, o eleitorado bolsonarista se estende para além do protótipo extremista das redes sociais, e agrega indivíduos que veem o Presidente como alguém com características admiráveis, como, por exemplo, a sinceridade, o patriotismo e a honestidade.

2. A EMERGÊNCIA DE UMA SUBJETIVIDADE VIOLENTA NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA

Em recente ensaio, Renato Lessa (2020) analisa a ascensão do bolsonarismo na vida política brasileira a partir da emergência de uma nova subjetividade, que nada se confunde com a ideia buarquiana de cordialidade. Oriundo da extrema direita do espectro político, este “homem novo” se apresenta no cotidiano nacional como um tipo de subjetividade avesso a um conjunto de ideais civilizatórios, como, por exemplo, o despreço por qualquer noção de justiça social e pela negação da alteridade. Este sujeito *sui generis* possuiria um

24 O emprego da palavra libertário no presente texto não possui qualquer relação com a tradição anarquista. Na história do anarquismo, o rótulo de libertário indica aquele indivíduo que adere ao libertarismo, o que em síntese, consiste na libertação de todo o poder constituído, seja este de ordem política, jurídica, econômica e social. Conferir Bobbio, Matteucci, Pasquino (1998, p. 23).

determinado substrato antropológico – calçado em certa condição humana degradada e em um modelo de conduta violento e destrutivo. Na visão do autor, o *homo bolsonarus* nada mais é do que a manifestação de uma jovem subjetividade, potencialmente perigosa e essencialmente beligerante, que emergiu na vida social brasileira nos últimos dois anos como força social dominante, mas que se encontra em estado latente no país há décadas. Em síntese, o *homo bolsonarus* é o “homem novo” de tempos distópicos.

No dia 28 de outubro de 2018, um eleitorado estimado em cerca de 58 milhões de brasileiros sufragou para o cargo de presidente da República um candidato considerado por especialistas como “extremista”. Figura conhecida do grande público por seu discurso belicoso, o então candidato Jair Messias Bolsonaro jamais tergiversou em matéria de política: “Não cumpriu o papel usual de lobo em pele de cordeiro. Muito menos o de ‘cordeiro em pele de cordeiro’ [...]” (LESSA, 2020, p. 46). Não levado a sério por parcela da opinião pública até pouco tempo antes do processo eleitoral, o presidenciável galgou fama na Internet pela defesa do regime militar, de notórios torturadores políticos, como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, e por seu amplo repertório de ataques contra as ditas minorias, ou nos dizeres da historiadora Lilia Schwartz “as maiorias minorizadas”. De político do baixo clero da Câmara dos Deputados, sem grandes pretensões eleitorais para ocupar cargos majoritários em nível estadual e federal, a notoriedade de Bolsonaro cresceu rapidamente, motivada por vários fatores. Em especial, cabe menção algumas circunstâncias que contribuíram para alavancar a sua popularidade: as constantes aparições do deputado federal em programas televisivos de ampla repercussão popular; os ataques desferidos contra parlamentares da esquerda (em especial contra Jean Wyllys e Maria do Rosário); a sua aproximação política com lideranças neopentecostais; sem contar o interesse crescente do público jovem, que passou a divulgar diariamente o receituário belicoso do deputado nas redes sociais.

Em um processo eleitoral marcado pelo esvaziamento do debate público e por se centrar invariavelmente em pautas moralistas, o candidato Jair Bolsonaro evitou a todo o momento discutir abertamente com o eleitor as suas propostas de governo e a sua visão de país em caso de vitória nas urnas. Consagrado por parcela do eleitorado nacional como figura mítica na luta contra a corrupção, especialmente, após o fatídico episódio da fachada no centro de Juiz de Fora, Bolsonaro, ungido pela bancada evangélica, se tornou desde já a liderança redentora capaz de redimir a nação de todos os seus pecados. Nada

menos revelador do que o *slogan* utilizado pela campanha bolsonarista que designava o presidenciável como o legítimo representante de Deus no processo eleitoral em curso²⁵. Com a Bíblia debaixo de um braço e o dedo em riste em cima de um palanque, Bolsonaro vociferou a poucos dias do segundo turno das eleições que para a esquerda só restaria dois caminhos: o exílio ou a “ponta da praia”. De modo literal, a Ponta da Praia era o nome dado pelos militares à base da restinga de Marambaia, local situado no Rio de Janeiro, utilizado para a execução de presos políticos. No entendimento de Renato Lessa (2020, p. 47), Bolsonaro não tergiversou em momento algum, de modo que a *palavra* passou a equivaler literalmente a própria *coisa*. A metafísica política do grupo em questão, ou melhor dizendo, o seu ideal regulatório consistiria na imagem da “ponta da praia”, isto é, a ascensão de um ímpeto eliminacionista que vê o grupo político rival não como um adversário político que concorre legitimamente na arena democrática, mas como um inimigo a ser extinto.

No rol dos erros perpetrados pelos eleitores, a escolha consciente de um candidato extremista estaria longe de ser considerada como um erro qualquer a ser corrigido em uma eleição vindoura. Na realidade, Lessa argumenta que tal escolha consiste em um erro absoluto em uma sociedade dita democrática, cujos efeitos se agudizam por anos após o fim do ciclo político do grupo extremista. Assim, a eleição de um mau governante configuraria um erro relativo, algo corriqueiro e remediável na maior parte dos países democráticos, coisa “bem diferente é ungir um extremista” (LESSA, 2020, p. 47). A proclamação de um líder com tais características representaria um experimento destrutivo, cujos efeitos deletérios se estenderiam para além do tempo presente. Para a consecução do referido experimento político tornar-se-ia necessário certo número de subjetividades ativas, compelidas a se manter indefinidamente na vida política a partir de um ideal regulatório destrutivo. O bolsonarismo se afirmaria no cotidiano da política nacional a partir de um determinado substrato antropológico, calcado em um modelo característico de conduta. Designado por Lessa como *homo bolsonarus*, este “homem novo”

25 De acordo com o jornal Folha de São Paulo, em sua edição digital do dia 24 de outubro de 2018, a origem do bordão eleitoral “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é uma apropriação do brado ufanista da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército. Durante o período da ditadura militar no Brasil, especificamente, após a decretação do Ato Institucional n. 5, um grupo de paraquedistas nacionalistas de nome “Centelha Nativista” teria criado o lema a fim de reacender os valores “de nacionalismo não xenófobo, de amor ao Brasil e de criar meios que reforçassem a identidade nacional e evitasse a fragmentação do povo pela ideologia e exploração de dissensos da sociedade dividindo o povo nos termos da velha luta de classes do marxismo”.

possuiria uma natureza humana degradada, ao negar tanto a política quanto a importância das instituições democráticas. Ao refletir sobre a “metafísica política” que impele o bolsonarismo, o cientista político discorre sobre as propriedades que imprimem sentido ao fascismo histórico. Diferente da aceção clássica a respeito do fascismo, que busca colocar a sociedade civil dentro do Estado, o bolsonarismo devolve o indivíduo ao primitivo estado de natureza.

Refletindo sobre a natureza do regime nazista, Lessa recupera a obra do jurista alemão Franz Neumann, que analisou o definhamento do Estado a partir da ascensão do Terceiro Reich ao poder. Em 1942, no clássico *Behemoth*, Neumann (1942 *apud* LESSA, 2020, p. 49-50) afirmou que todo regime político possui a sua própria filosofia política, e que por ela procura ser descrito. Tal proposição apresenta um caráter generalista ao vincular “todo” regime político a alguma filosofia política. Um segundo problema posto por Neumann versa sobre a ausência de uma doutrina específica do nazismo. Em seu modo de ver, a principal característica do nazismo decorre da ausência de uma visão de mundo sistematizadora capaz de conferir sentido às suas práticas destrutivas. O elemento de consistência do regime nazista proviria da ação perpetrada contra as suas vítimas, ou seja, a própria eliminação física de opositores e dissidentes. Neste sentido, Neumann atribuiu ao nazismo uma condição de ausência em matéria de filosofia política. Por mais que alguns intelectuais tenham defendido um pretense caráter integrador do regime, para Neumann, o nazismo seria destituído de “fundamentos normativos” privilegiando a exposição de aspectos negativos. Em última análise, Neumann nega ao nazismo à própria condição de regime.

Para o historiador Ernst Nolte (1968, p. 385, *apud* LESSA, 2020, p. 51), a experiência histórica do fascismo/nazismo se conformaria de acordo com alguns elementos genéricos e constituintes. Este leque de elementos possui um caráter eminentemente negativo, tais como o antimarxismo, o antiliberalismo e o anticonservadorismo. No esquema proposto, alguns objetivos práticos estariam vinculados aos aspectos negativos, como o “princípio da liderança”, o “partido da milícia” e a “pretensão ao totalitarismo” (LESSA, 2020, p. 51). Outro estudioso do fascismo, o historiador espanhol Stanley Payne, apesar de reconhecer a importância da classificação sugerida por Nolte a considera demasiadamente centrada na negação, e não em uma agenda positiva do ideário fascista, sobretudo, em matéria econômica.

Não menos interessante, a referência à esquecida obra do jornalista francês Henri Massis (1939 *apud* LESSA, 2020, p. 51-52) intitulada *Chefs*:

les dictateurs et nous, datada de 1939, que reunia um conjunto de entrevistas com alguns dos ditadores fascistas do momento: Benito Mussolini, Francisco Franco e Antonio Salazar. Como membro ativo da *Action Française*, organização vinculada à extrema direita francesa, Massis realizou uma série de perguntas aos entrevistados. O escritor conservador questionava acerca da natureza e das características constitutivas do fascismo no entendimento de cada um dos ditadores. Se para Mussolini, o fascismo se distinguiria pelo “horror a uma vida confortável”; já para Salazar, o regime seria justamente a valorização do “habitual”; ao passo que para Franco, o fascismo espanhol teria ao mesmo tempo uma conotação religiosa e a finalidade de perseguir os inimigos políticos.

Assim, ao traçar um paralelo com a tese de Neumann, Lessa argumenta que não há na “filosofia política” do bolsonarismo um fundamento específico que o diferencie de modo inequívoco de todos os outros experimentos políticos. A tentativa de justificar o experimento bolsonarista em razão de certos aspectos doutrinários configura um erro grosseiro, pois acaba se tomando o predicado pelo sujeito. Atribuir ao bolsonarismo um determinado fundamento doutrinário que não lhe é específico consiste, antes de tudo, em um erro de atribuição, como geralmente ocorre quando se evoca o fundamentalismo religioso ou o ideário neoliberal. Uma possibilidade para se pensar o fenômeno bolsonarista seria a investigação do tipo humano particular que habita esta variante problemática do *homo sapiens*: o *homo bolsonarus*. Lessa sugere assim um olhar antropológico para entender o estado mental de um tipo de subjetividade que possui alguns atributos particulares, como o primado da ação direta e da intimidação, o horror à mediação e à abstração, certa impermeabilidade à experiência e uma índole libertária.

Adotando como ponto de partida a principal obra de filosofia política do século XVII para refletir sobre um tipo humano tão particular, Renato Lessa destrincha a noção de animal artificial atribuída ao estado hobbesiano. No célebre *Leviatã*, datado do ano de 1651, o pensador político inglês definiu o Estado como um engenho político humano, ou melhor dizendo, o “Estado é o animal artificial por excelência”, ainda que se possa atribuir a outros experimentos políticos designação correspondente (LESSA, 2020, p. 54). A substância animalesca decorre do fato de constituir um artefato vivo resultante do engenho e da criatividade humana. Por sua vez, o adjetivo artificial provém da atividade inventiva do ser humano, único capaz de criar o dito animal artificial. Analogamente, a referência que se faz à natureza do Estado

só faz sentido como uma *natureza de segunda ordem*, pois esta por si só não existe enquanto tal, apenas como um produto da fabulação humana.

Compreendido como um animal artificial em formação, o bolsonarismo insurge de modo contundente na vida política brasileira em outubro de 2018, quando parcela expressiva do eleitorado brasileiro sufragou um líder com as ditas características como chefe da nação. Este animal artificial em formação busca em certa medida subverter outro animal artificial, em estado acelerado de decomposição/destruição, que remonta ao quadro institucional vigente desde 1988. De acordo com Lessa, os analistas políticos devem tomar certo cuidado ao tentar inscrever o bolsonarismo no vasto campo do fascismo. Se é possível apontar alguns pontos em comum, por outro lado, há diferenças substanciais em relação ao fascismo histórico. Em sua versão clássica, o fascismo se caracterizou pela obsessão em colocar a sociedade para dentro do Estado sistematizando por completo o universo das interações sociais. Assim, a ideologia fascista se contrapôs automaticamente ao liberalismo, por este se basear em uma doutrina individualista e apregoar um modelo político pautado no diálogo (o regime parlamentarista). Como resposta ao liberalismo, o fascismo histórico defendeu um modelo de organização corporativa centrada no mundo do trabalho, e não na presunção de um cidadão pensado em abstrato e dotado de certos direitos universais (LESSA, 2020, p. 55). Ao contrário da “ficção liberal”, os fascistas propuseram um direito concreto a partir da inclusão do homem no mundo do trabalho, mediado pela ação supervisora do Estado. Consequentemente, o arcabouço político e institucional do Estado fascista buscou eliminar toda dinâmica social espontânea priorizando a ação corporativa em detrimento da retórica parlamentar liberal.

Distante tanto do fascismo histórico como da tradição republicana brasileira do pós-1930, o bolsonarismo não busca colocar a sociedade dentro do Estado, “mas de devolver a sociedade ao estado de natureza; de retirar da sociedade os graus de ‘estatalidade’ que ela contém” (LESSA, 2020, p. 56). Buscando abolir o regramento estatal que rege a vida em sociedade, o bolsonarismo adota como ideal regulatório um retorno ao primitivo estado de natureza, cuja marca é a espontaneidade. Neste cenário distópico, as interações sociais seriam regidas pelas vontades, pelas pulsões e pelos instintos ingovernáveis dos homens. O ímpeto que move este libertarismo bolsonarista se baseia na recusa da mediação praticada pelos poderes constituídos e demais instituições do Estado.

Esta devolução sugerida pelo autor se estende para além do programa de reformas neoliberais, que por si só possui um forte potencial destrutivo, mas se refere, acima de tudo, a um “descolamento da sociedade com relação ao marco normativo estatal” (LESSA, 2020, p. 56). De modo prático, esta devolução consiste na legitimação a uma forma de sociabilidade caracterizada historicamente pela assimetria de poder no habitat político brasileiro, ou como denominado por Raymundo Faoro (2001, p. 639) na expressão “distribuição natural de poder”. Os efeitos de tal distribuição se tornam ainda mais perversos em uma sociedade marcada por uma profunda desigualdade econômica, além de outras tantas desigualdades cotidianas, como as de gênero e as de natureza étnico-racial. O elemento novo que mobiliza este tipo de sociabilidade consiste na perspectiva de promover a desvinculação normativa entre sociedade e Estado devolvendo o indivíduo ao estado de natureza. Esta devolução se dá de modo artificial potencializando os efeitos das desigualdades já existentes. Destituído dos vínculos normativos, este estado de natureza não se erige em conformidade com certos preceitos igualitários, mas se afirma na assimetria da realidade social.

No intento de realizar uma genealogia acerca do *homo bolsonarus*, Lessa caracteriza esta nova subjetividade, catalisada pela extrema direita brasileira, a partir de suas ações, e não pelo seu modo peculiar de ver o mundo. Com uma agenda pública belicosa, o bolsonarismo busca “desfazer as referências normativas que estruturam o animal artificial versão 1988 (Constituição) e impor um novo, cuja principal virtude seria a da recepção e naturalização dos passivos brasileiros” (LESSA, 2020, p. 57). Os passivos brasileiros seriam naturalizados ao passo que os vínculos normativos e regulatórios firmados pela Carta Constitucional seriam progressivamente abolidos. O horizonte almejado por este animal artificial em formação compreenderia o retorno a um estado de liberdade natural, além da defesa da espontaneidade e dos instintos primitivos.

Se no imaginário político latino-americano da década de 1960 persistiu a idealização de uma concepção humana livre das determinações da desigualdade, do colonialismo e do imperialismo; noutra front do espectro político, o nascimento do “homem novo” representava, na realidade, o surgimento do homem fascista. Tal como descrito pelo escritor Robert Brasillach, editor do periódico antisemita *Je Suis Partout*, este “homem novo”, que emergiu no mundo social após o fim da Primeira Guerra, possui uma condição humana diferenciada, que a despeito da sua origem italiana, é, por sua vez,

universalizável (LESSA, 2020, p. 58). De proveniência distinta, o *homo bolsonarus* não constitui um produto da imaginação social, mas se origina dos arcaísmos que perduram na desigual experiência histórica brasileira, cujo traço distintivo é o predomínio massivo da violência interpessoal. Este sujeito defende uma forma de sociabilidade que resolve os litígios por meio do linchamento recusando peremptoriamente o diálogo e a mediação estatal. A primazia do linchamento público integra a lógica que permeia a cosmovisão do incorrigível cidadão de bem.

Um aspecto indissociável deste “homem novo” se funda no apelo à violência e na defesa intransigente da destruição dos nexos normativos entre Estado e sociedade. Qualquer tipo de limitação à espontaneidade do homem violento deve ser abolido, como, por exemplo, o rigor na fiscalização das leis de trânsito, o incentivo à cultura, o respeito ao conjunto das leis trabalhistas ou mesmo a preservação de áreas de proteção ambiental. Ainda que alguns segmentos da sociedade brasileira tentem impor limitações aos impulsos violentos, esta subjetividade, envolta em certa aura libertária, predomina no espectro político brasileiro. Ao contrário do fascismo histórico que buscou encapsular a sociedade dentro do Estado, o bolsonarismo se afirma na liberação do indivíduo violento de modo que a sociabilidade possa ser regida “sem as amarras típicas do processo civilizador, da autocontenção e do reconhecimento – por temor ou convicção, não importa – de uma esfera pública que qualifica e limita os danos que podemos infringir aos demais” (LESSA, 2020, p. 60).

Liberto da regulação estatal, o sujeito violento encontra o habitat compatível com a sua personalidade: facilita-se o acesso a munições e armas de fogo, permite-se o garimpo em terras indígenas, “regulamenta-se” a pesca em áreas de preservação ambiental etc. O importante é encontrar uma forma de sociabilidade que assegure a liberdade natural dessa subjetividade egoica e violenta. Em alguma medida, estas desregulações teriam impulsionado a política bolsonarista ao encontrar na sociedade indivíduos e grupos sociais que vocalizam a ação predatória focada quase exclusivamente no lucro de alguns poucos: empreiteiras, rentistas do mercado financeiro, madeireiros, grandes empresários, dentre outros.²⁶ Nem mesmo a reação esparsa dos ministros do

26 Na fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, que contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro e do vice-presidente Hamilton Mourão, o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) defendeu que o governo federal deveria aproveitar o momento oportuno, em que o olhar da opinião pública estava voltado a pandemia da Covid-19, para mudar as regras ligadas à proteção ambiental: “Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de

Supremo Tribunal Federal conseguiu conter até o presente momento a degradação civilizatória imposta por tal agenda política.

Nada mais distante da realidade do que a afetividade positiva que impუნha sentido à vida do homem cordial no clássico *Raízes do Brasil*. De um modo geral, a sociedade brasileira sempre foi habitada pela prevalência de sujeitos violentos no cotidiano. Se é bem verdade que esta subjetividade violenta não prevaleceu no ordenamento político até então, a mudança da correlação de forças imposta pela crise do lulismo significou um ponto de inflexão (SINGER, 2018a). Alguns momentos importantes antecedem a ascensão política do bolsonarismo na cena pública, a dizer: a) as manifestações políticas iniciadas em meados de 2013 contra o aumento no preço dos transportes públicos; b) a Operação Lava Jato e a criminalização da esquerda; c) o impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff sem a devida comprovação de crime de responsabilidade; e d) a prisão do ex-presidente Lula.

3. O ELEITORADO BOLSONARISTA E A GUINADA À DIREITA

Em uma abordagem empírica, o cientista político Jairo Nicolau (2020) empreende uma análise desapassionada acerca da ascensão do bolsonarismo nas eleições de 2018. Ao contrário de Renato Lessa, que buscou esmiuçar o bolsonarismo por dentro (empreendendo uma espécie de ontologia social do *homo bolsonarus*), Jairo Nicolau seguiu outro percurso epistemológico-metodológico ao traçar uma radiografia do eleitor de Jair Bolsonaro e do Partido Social Liberal (PSL) nas eleições de 2018 levando em consideração um conjunto de variáveis, como a escolaridade, o gênero, a idade, a religião, o crescimento do antipetismo nos centros urbanos, a influência das redes sociais e o voto por região do país. O autor buscou entender a radical guinada ideológica à direita, tomando como base uma série de gráficos e tabelas disponíveis em dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em algumas pesquisas de opinião.

Partimos do pressuposto de que as duas dimensões, uma de corte filosófico e outra empírica, não são autoexcludentes, mas pelo contrário, se complementam mutuamente e nos ajudam a entender a complexidade da ascensão

cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”. Conferir em Gonçalves (2020).

bolsonarista na vida política brasileira. Valemo-nos de um referencial teórico que reconhece tanto a importância da dimensão empírica quanto da abordagem filosófica para o entendimento do quadro político pesquisado. Além do mais, consideramos ainda que a cisão entre os dois subcampos da Ciência Política acaba sendo prejudicial à análise de um todo complexo e mutante. Ou seja, a análise empírica não prescinde necessariamente de uma dimensão filosófica de fundo normativo. As duas pontas da tradição da disciplina podem e devem caminhar juntas.

Alguns dos dados eleitorais apresentados pelo cientista político Jairo Nicolau contrastam com percepções enraizadas no senso comum, como, por exemplo, quando o então candidato pelo PSL conquistou a ampla maioria dos votos em redutos históricos do Partido dos Trabalhadores. Em *O Brasil dobrou à direita*, o autor buscou examinar o desempenho eleitoral do voto bolsonarista, traçando um perfil estatístico deste eleitorado, em contraposição aos tradicionais eleitores petista e tucano das últimas eleições presidenciais.

Da vitória eleitoral da petista Dilma Rousseff em outubro de 2014 à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República quatro anos depois, um turbilhão de acontecimentos políticos tornou possível a conquista do poder por um candidato impensável para qualquer estudioso da política brasileira. Retrospectivamente, é possível enumerar alguns destes fatos, como as imensas manifestações de rua capitaneadas pela direita tendo como mote o enfrentamento da “corrupção”; a articulação política costurada na Câmara dos Deputados pelo presidente Eduardo Cunha (PMDB), que acabou sendo preso e cassado meses depois; a impossibilidade de Lula se tornar ministro da presidenta Dilma após a decisão monocrática tomada pelo ministro Gilmar Mendes (STF); a condenação e prisão do ex-presidente Lula que ficou impedido de concorrer no pleito de 2018; a própria protelação do Partido dos Trabalhadores em escolher um candidato com alguma viabilidade eleitoral após ficar patente que o Judiciário não iria reverter a decisão condenatória. Esses são alguns dos inúmeros fatores que possibilitaram a ascensão do candidato Jair Bolsonaro na corrida presidencial. Suas ideias sempre foram vistas com certa repulsa por uma parcela esclarecida da população brasileira, como a defesa aberta da tortura contra opositores políticos ou a legalização da pena de morte contra criminosos. A questão que o cientista político Jairo Nicolau tenta responder é a seguinte: “Como alguém com esse perfil chegou à presidência”?

Para Jairo Nicolau, a vitória de Bolsonaro foi o evento mais surpreendente no mundo da política nos últimos tempos, fato comparável apenas ao triunfo eleitoral do republicano Donald Trump nos Estados Unidos e a decisão popular pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) – os dois acontecimentos ocorridos em 2016. Apesar do que sugeria as pesquisas de opinião alguns meses antes, todos esses eventos se caracterizaram pela reduzida probabilidade de sucesso.

Não menos importante do que o triunfo eleitoral de Bolsonaro no pleito presidencial, a força política do bolsonarismo pode ser constatada na votação expressiva nos demais cargos em disputa: deputado estadual, governador, deputado federal e senador. Seja no PSL ou em partidos aliados, o movimento alavancado por Bolsonaro se transformou em um resultado eleitoral avassalador impressionando analistas políticos de dentro e fora do país. Poucos dias após o fim do primeiro turno, a imprevisibilidade que marcou a vitória incontestável do bolsonarismo no processo eleitoral foi classificada por Jairo Nicolau como uma “hecatombe de renovação”.

De um modo geral, candidatos ao cargo de presidente da República que se posicionam no extremo do espectro político apresentam certa dificuldade para vencer uma eleição majoritária de dois turnos, como ocorre no Brasil. Este fato ocorre porque a maioria dos eleitores moderados migra para o concorrente buscando inviabilizar a candidatura extremista. Nos anos de 2002 e 2017, os candidatos do partido de extrema direita francês Frente Nacional acabaram derrotados no segundo turno da eleição presidencial por concorrentes de centro-direita, com o apoio do eleitorado de esquerda.

Dentre as pautas defendidas por Bolsonaro durante a sua trajetória política, duas em especial (defesa de questões moralistas e política de combate à criminalidade) não apresentam grandes distinções de outros políticos conservadores. Não obstante, Bolsonaro se diferencia do restante da classe política por seu histórico em defesa do regime militar no Brasil. Em época recente, Bolsonaro foi o único político de expressão nacional a elogiar abertamente a ditadura militar, tendo como principal referência ideológica o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que atuou como chefe do DOI-CODI de São Paulo sendo acusado por organizações ligadas aos Direitos Humanos como responsável pela tortura de presos políticos.

No já distante ano de 2015, quando Bolsonaro se lançou como pré-candidato ao cargo de presidente da República, poucos analistas políticos viam em sua candidatura alguma viabilidade eleitoral. Na melhor das hipóteses, o

político fluminense conseguiria arregimentar uma fração radical do eleitorado do PSDB, descontente com os rumos da agremiação, orientando ideologicamente algum partido de direita. Para ter alguma chance no pleito de 2018, Bolsonaro teria que angariar o voto de eleitores moderados, que historicamente se mantiveram refratários às suas ideias radicais. Igualmente importante seria o apoio do eleitorado tucano localizado nas grandes capitais da região Sul e Sudeste do país.

Contrariando a lógica, um líder do campo extremista conseguiu ser alçado à chefia do Executivo nacional sem, para isso, precisar moderar o discurso para convencer o eleitorado de centro. Saindo do seu nicho eleitoral, a candidatura de Bolsonaro avançou sobre uma parcela do eleitorado até então identificada com o PSDB ao vencer em todos os estados das regiões Sul e Sudeste do país. Bolsonaro conquistou o voto não apenas do eleitor de alta renda e de maior escolaridade das grandes cidades, mas também o eleitor de baixa escolaridade da periferia. No entendimento de Jairo Nicolau, o principal desafio consiste em entender como Bolsonaro conseguiu se tornar presidente sem que precisasse moderar o discurso de campanha para contemplar o eleitor de centro.

De um modo talvez exagerado, o cientista político classifica a vitória de Jair Bolsonaro como o feito político mais impressionante da vida democrática brasileira por contrariar a lógica que permeia qualquer manual de campanha. Com pouco recurso disponível para alavancar a sua candidatura, o presidencialista tinha durante o primeiro turno um tempo de horário eleitoral exíguo para se tornar competitivo eleitoralmente. Sem contar que Bolsonaro, além de não moderar o discurso para cativar o eleitor de centro, ainda conquistou uma ampla maioria de votos nas maiores cidades do país fidelizando o apoio masculino e o público evangélico.

Em virtude da excepcionalidade da vitória de Bolsonaro, o cientista político Jairo Nicolau investigou o processo eleitoral do ano de 2018 explorando os bancos de dados disponíveis pelas pesquisas de opinião, além de coletar os resultados oficiais publicados pela Justiça Eleitoral. Assim, o autor concluiu que havia pontos em comum com as eleições anteriores do PSDB, mas havia também, em múltiplos aspectos, elementos novos, que distinguiam o eleitorado bolsonarista de processos eleitorais do passado brasileiro. Um elemento original suscitado por Nicolau consiste em analisar a ascensão do bolsonarismo a partir de evidências quantitativas, e não apenas em interpretações acerca do fenômeno em curso. Como colocado anteriormente, uma abordagem qualitativa não deveria prescindir do uso de um referencial estatístico para

a compreensão de um fenômeno complexo. Considero ainda que o referido estudo nos auxilia na compreensão de certas políticas públicas adotadas pelo governo Bolsonaro, na medida que tais ações se orientam no sentido de assegurar a sua base eleitoral.

A repercussão acadêmica da obra de Jairo Nicolau não pode ser apreendida por completo devido ao pouco tempo em circulação. Entendo que o livro trará uma nova compreensão sobre a ascensão do bolsonarismo na vida política brasileira. É importante frisar que, apesar de ter como objetivo a análise acerca do eleitorado bolsonarista, Nicolau não deixou de traçar o perfil do eleitor petista. Por contraste, o autor analisou o resultado eleitoral do candidato adversário Fernando Haddad nas eleições de 2018, bem como os resultados oficiais das últimas duas eleições vencidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de uso extensivo de pesquisas de opinião e de resultados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o autor pode categorizar o eleitor brasileiro por segmentos específicos, como região, idade, escolaridade, gênero e religião. Outro ponto não menos importante consiste no estudo acerca da força social do antipetismo na última eleição e a instrumentalização política das redes sociais.

A despeito do valor da pesquisa desenvolvida sobre o processo eleitoral de 2018, o autor reconhece algumas limitações em relação à sua capacidade explicativa, como, por exemplo, a preferência eleitoral do público evangélico em razão da multiplicidade de denominações religiosas existentes, ou mesmo, a identidade política de grupos religiosos urbanos (espíritas kardecistas, por exemplo) (NICOLAU, 2020, p. 121). A pesquisa não teria levado em conta perguntas relativas a valores e questões de natureza comportamental. Detendo-se quase exclusivamente em uma abordagem quantitativa, Jairo Nicolau não explorou outros estudos relevantes sobre as eleições de 2018 que se valerem de uma metodologia qualitativa, por admitir a sua falta de treinamento neste domínio analítico.

Algumas conclusões importantes podem ser extraídas da pesquisa desenvolvida por Jairo Nicolau. Ao contrário de eleições anteriores, a vitória de Jair Bolsonaro rompeu com o paradigma vigente de que um candidato para alcançar à Presidência deveria cumprir algumas condições, como ter um aporte financeiro para subsidiar uma eleição nacional, realizar alianças políticas com lideranças regionais e ter um tempo significativo de propaganda no horário eleitoral. Com um escasso apoio no âmbito regional, pelo menos no primeiro turno, Bolsonaro conseguiu alavancar a sua candidatura sem

necessitar de um tempo considerável na televisão e sem contar com apoios dos “caciques locais”.

Diferente dos pleitos anteriores, em que o Partido dos Trabalhadores conseguira a maioria dos votos do eleitor de baixa e média escolaridade, a campanha bolsonarista ganhou a disputa em todos os níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior) com uma substancial diferença em relação ao cidadão com ensino médio completo. Outro ponto digno de nota diz respeito ao componente regional do eleitor com baixa escolaridade. Dentre as regiões do país em que a população possui um baixo índice de escolarização o Nordeste ocupa um papel de destaque. Assim, segundo o entendimento de Jairo Nicolau haveria uma relação entre o eleitor iletrado ou de baixa escolaridade com o voto no PT na região nordestina, ao passo que o mesmo processo não ocorre nas demais regiões do país, em que o mesmo estrato da população votou no candidato do PSL. Neste quesito, considero frágil o argumento de vincular o eleitor de baixa escolaridade com o voto no Partido dos Trabalhadores. Entendo que a fidelização do eleitorado nordestino ao candidato petista pouco tem a ver com o fator “escolaridade”, mas deriva de incontáveis políticas públicas voltadas para uma região do país historicamente abandonada pela classe política.

Importante constatação se refere ao componente gênero para distinguir as candidaturas de Jair Bolsonaro e de Fernando Haddad. Se é fato que Bolsonaro teve a maioria dos votos tanto de homens como de mulheres, também é verdade que o percentual de homens que escolheram Bolsonaro presidente foi superior ao de mulheres. Por outro lado, o voto feminino teve um peso maior no eleitorado do candidato Fernando Haddad, que pode ser assim considerado como “o candidato das mulheres”. Quando ocorre o cruzamento do fator gênero com o quesito escolaridade, a pesquisa evidencia que a preferência do público masculino por Bolsonaro se dá em todas as faixas de escolaridade, com um maior percentual de adesão dos eleitores com ensino médio e superior. Por sua vez, há um equilíbrio de preferência entre ambos os candidatos no que tange à escolha do eleitorado feminino, com uma maior probabilidade de apoio entre as mulheres com ensino médio completo no candidato Jair Bolsonaro.

Em relação à segmentação por faixa etária, a votação nos candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad não apresentou na pesquisa uma diferença substancial que indique uma relação direta entre idade e preferência eleitoral. Pelo menos nas últimas eleições, o fator idade parece ter pouca relevância na

predileção política. Ao realizar a segmentação das faixas etárias por gênero, a pesquisa evidenciou que as mulheres mais velhas tinham uma maior tendência a votar em Bolsonaro, ao passo que as mulheres de 16 a 29 preferiram o candidato petista.

Pelo menos desde 2002, nenhum candidato que concorreu ao cargo de Presidente da República obteve um apoio tão expressivo do público evangélico como se deu com Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Nada menos do que 70 % dos evangélicos votaram no candidato do PSL, em um processo que mobilizou as mais variadas lideranças religiosas. Também entre os católicos, Bolsonaro teve uma votação expressiva. Porém, neste caso, o percentual foi menor justamente por conta do Nordeste, que é a região do país com a maior proporção de católicos. Diferente das outras regiões, a proporção de católicos nordestinos votantes em Haddad se deu em número maior do que do candidato Bolsonaro. Até mesmo entre os evangélicos, o percentual de eleitores de Bolsonaro na região se deu em um percentual inferior ao patamar conquistado nas demais regiões do Brasil.

Conforme previsto, o antipetismo foi um fator determinante nas eleições de 2018, de modo que a quase totalidade do contingente do eleitorado contrário ao PT votou em Jair Bolsonaro para o cargo de presidente. Pelo menos em 2018, Nicolau concluiu que ser antipetista era sinônimo de ser bolsonarista. Enquanto um percentual de 10% do eleitorado diz se identificar com o Partido dos Trabalhadores, aproximadamente 1/3 do eleitorado rechaçava votar no PT em qualquer situação. A pesquisa ainda identificou que cerca de metade do eleitorado nacional não tinha nem identificação nem repulsa pelo partido do ex-presidente Lula.

Diferente do que ocorreu nas últimas quatro décadas no Brasil, a televisão deixou de ser o principal meio de comunicação política entre o eleitor e o candidato. Particularmente nas eleições de 2018, a principal forma de comunicação do cidadão passou a ser a Internet. Com o uso cada vez mais disseminado entre a população brasileira, os candidatos postulantes aos cargos do Legislativo e Executivo intensificaram a sua estratégia eleitoral nas redes sociais. O debate político migrou assim da televisão para o universo das redes sociais, como o Facebook, o Twitter e o *WhatsApp*. Por conseguinte, a pesquisa constatou que o percentual de eleitores que usava frequentemente as redes sociais para debater política era maior no eleitorado de Jair Bolsonaro. Já Fernando Haddad foi o candidato favorito entre os eleitores que não usavam redes sociais, como o Facebook e o *WhatsApp*.

Como foi amplamente divulgado pela imprensa na época, o eleitorado nacional se dividiu de um modo nunca visto antes. Se Bolsonaro conseguiu uma vitória esmagadora em todas as regiões do país, o voto da população nordestina no candidato petista no segundo turno das eleições presidenciais manteve o patamar histórico de cerca de 70% das eleições anteriores. Como a vantagem do Partido dos Trabalhadores se mantém expressiva no Nordeste, os candidatos adversários necessitam reverter a diferença em outras regiões do país, fato que jamais aconteceu até a eleição de 2018. Ao contrário dos candidatos tucanos nas eleições de 2002 a 2014, a candidatura de Jair Bolsonaro conseguiu reverter a vantagem do PT abrindo uma sensível diferença nos estados do Sudeste.

Em certa medida, a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 está atrelada ao sucesso eleitoral nos estados mais populosos da federação. No Rio de Janeiro, Bolsonaro foi o único candidato de direita a vencer desde a eleição de 1994. Em São Paulo, o candidato do PSL obteve mais votos do que todos os demais candidatos do PSDB postulantes ao cargo de Presidente. Até mesmo em Minas Gerais, a vitória de Bolsonaro rompeu uma sequência de oito eleições consecutivas de triunfo petista no estado. Cotada nas pesquisas eleitorais como provável ocupante à cadeira senatorial por Minas Gerais, a ex-presidente Dilma Rousseff amargou um frustrante quarto lugar.

Do ponto de vista sociológico, o bolsonarismo deve ser entendido como um fenômeno eminentemente urbano. Nas cidades mais populosas do país, a votação em Jair Bolsonaro foi superior a todas as outras eleições protagonizadas por candidatos tucanos. Em oposição, Fernando Haddad conquistou a maioria dos votos em cidades com menor peso populacional, com destaque para o Nordeste. Enquanto o voto petista foi alavancado pelas pequenas cidades, com uma população de menor escolaridade, o voto bolsonarista se centrou nas regiões metropolitanas do Sul e Sudeste do Brasil.

Apesar de Jairo Nicolau se voltar para o estudo segmentado do eleitorado, deve-se observar que na realidade estes múltiplos fatores se conectam e não podem ser explicados isoladamente. Trata-se, na verdade, de um jogo de quebra-cabeças, em que o analista deve organizar as diversas peças em uma sequência lógica para que o diagnóstico se torne factível. Não obstante, a pesquisa tem um significativo grau de importância por revelar um conjunto de informações inéditas a respeito da vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018. Se cabe aqui alguma crítica ao primoroso trabalho de pesquisa de Jairo Nicolau, entendo que uma abordagem teórica supriria a abundância de dados disponíveis dando o impulso necessário a um veículo em movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçando um paralelo com o modelo proposto por Robert Dahl no que tange à democratização da sociedade em razão do uso das variáveis liberalidade (contestação pública) e inclusividade (participação política), a democracia brasileira parece se afastar gradativamente do eixo que conduziu o país em passado recente rumo a uma poliarquia plena (ou uma quase-poliarquia) (DAHL, 2015). Ao que tudo indica, a estratégia de atuação governista se orienta basicamente em duas frentes, uma voltada para o aparelhamento político dos órgãos de estado; e outra enquadrando grupos políticos, sindicatos e movimentos sociais identificados com a oposição. Dentre os casos de intervenção política em órgãos públicos merece destaque a não nomeação dos candidatos mais votados para os cargos de reitor das universidades e institutos federais, rompendo assim uma tradição que remonta ao período da redemocratização do país. A troca no comando da Polícia Federal no primeiro semestre de 2020 foi outro episódio que ganhou repercussão pública após contenda envolvendo o presidente Jair Bolsonaro e o então ministro da Justiça e Segurança Pública, o ex-juiz Sergio Moro. Conforme noticiado pela imprensa, o interesse direto do presidente pela substituição na direção da Polícia Federal decorria da tentativa de controlar o rumo de investigações em curso no Rio de Janeiro.

Em outra frente, o bolsonarismo busca esvaziar a agenda pública arrebatando pautas relevantes para determinados grupos ou segmentos sociais, como se deu com a nomeação de um negacionista para ocupar a presidência da Fundação Cultural Palmares. Entidade pública responsável pela promoção e valorização da cultura negra no Brasil, nada mais simbólico do que colocar um negro para cumprir a inglória tarefa de minimizar o racismo. Estamos a falar da manifesta capacidade do consulado bolsonarista em se apropriar dos lugares de fala para arrebatando pautas específicas, como a luta antirracista e os direitos das mulheres. Não se trata, portanto, do diagnóstico aligeirado por parcela da intelectualidade brasileira de imputar ao bolsonarismo a pecha de fascista. Conforme argumentado anteriormente por Renato Lessa, o fascismo histórico buscou encapsular a sociedade civil dentro do estado regulando o universo das interações sociais. Ao contrário de um modelo centrado na organização corporativa do mundo do trabalho permeado por um alto grau de estatalidade, o indivíduo bolsonarista é libertado de suas amarras sociais ao ser devolvido ao beligerante estado de natureza. Dentro desta lógica, o

bolsonarismo dirigiria a sua conduta política a partir de uma visão de mundo acanhada ao abandonar certos preceitos civilizacionais consagrados pela Carta Constitucional, como a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a solução pacífica dos conflitos e o repúdio ao racismo (BRASIL, 1988). Em suma, o predomínio da violência que circunda o estado de natureza hobbesiano configuraria o *habitat* natural deste “homem novo” de tempos distópicos.

A onda extremista que colocou em xeque democracias consolidadas nos últimos anos parece sinalizar para um ponto de esgotamento²⁷. O discurso pautado na negação da política, na disseminação do ódio e na perseguição a grupos sociais minoritários não encanta mais como antes. Transcorrida a primeira metade do governo, a força do bolsonarismo enquanto movimento político se fragilizou significativamente, o que não quer dizer que esteja perto do fim. Na atualidade, a conjuntura política brasileira repousa sobre uma zona de indeterminação. Ao contrário do conjecturado por alguns analistas políticos que previram a decadência do bolsonarismo após uma redução acentuada na popularidade pessoal do Presidente da República em meio à crise desencadeada pela pandemia da Covid-19, o que se verifica é uma tentativa de adaptação à realidade, inclusive, estabelecendo alianças estratégicas com lideranças do chamado “centrão”²⁸. A convergência de interesses entre a elite nacional, sobretudo, em matéria econômica, avaliza a política protagonizada pelo ministro da Economia Paulo Guedes. O discurso da austeridade fiscal insurge como ponto de apoio de uma *elite de rapina* que busca ao mesmo tempo se apropriar das riquezas nacionais e destruir os serviços públicos²⁹. É

27 A conjuntura política internacional alterou significativamente nos últimos dois anos (2019-2020). A correlação de forças começou a apresentar sinais de mudança não apenas no Hemisfério Sul, mas em outras regiões do mundo com o desgaste eleitoral de partidos e lideranças populistas de direita. Aliado de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro, a derrota eleitoral do republicano Donald Trump para o candidato do Partido Democrata Joe Biden, em uma eleição marcada por denúncias infundadas de fraude, representou um duro golpe para a diplomacia brasileira. Dentre os casos dignos de menção, cabe destaque a vitória eleitoral do candidato esquerdista Luís Arce pelo Movimento ao Socialismo (MAS) revertendo um golpe de estado na Bolívia perpetrado por forças extremistas contra o presidente Evo Morales em 2019. Na Argentina, o fracasso do projeto neoliberal protagonizado por Mauricio Macri se viu derrotado diante de uma frente de esquerda que levou ao poder o professor Alberto Fernandez junto com a ex-presidente Cristina Kirchner.

28 O termo “centrão” é um jargão político para designar o conjunto de partidos que circundam o chamado centro do espectro político. Dentre os partidos que compõem o centrão estão o PP, PL, Republicanos, Solidariedade e PTB. De um modo geral, estes partidos são considerados fisiológicos e buscam se valer da proximidade em relação ao governo para contrair as mais variadas vantagens. A governabilidade depende, em alguma medida, da composição parlamentar junto às lideranças partidárias do centrão.

29 O termo elite de rapina tem sido utilizado pelo sociólogo Jessé Souza para se referir a uma elite que busca saquear as riquezas públicas se valendo cinicamente de um discurso anticorrupção. O impeachment

também verdade que o apoio ao bolsonarismo se mantém elevado em alguns segmentos da sociedade, notadamente, entre o eleitorado evangélico, apesar de não apresentar a mesma energia de outrora. O resultado das eleições municipais de 2020 representou uma derrota política do bolsonarismo, sobretudo, nas capitais dos principais estados da Federação. De todo modo, a questão que se coloca é a seguinte: O que será do Brasil após o fim do governo Bolsonaro? De fato, é possível falar do fim do bolsonarismo? Tudo leva a crer que o bolsonarismo deixará marcas profundas no tecido social que não serão cicatrizadas em pouco tempo. O *ethos* autoritário habitará o cotidiano da política brasileira por anos a fio. Trata-se somente de encontrar uma fórmula capaz de domesticar o ímpeto deste homem violento reduzindo o seu potencial destrutivo.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. *et al.* **Democracia em risco?** – 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte.** São Paulo: Boitempo, 2020.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 nov. 2020.

CHOMSKY, Noam. **Não podemos deixar a Covid-19 nos levar ao autoritarismo.** 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/chomsky-nao-podemos-deixar-o-covid-19-nos-levar-ao-autoritarismo/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

DAVIS, Mike. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes.** Brasil: Terra sem Amos, 2020.

contra a presidenta Dilma Rousseff contou com o apoio de grupos empresariais que tiraram proveito do sentimento antipetista presente na classe média para levar adiante um projeto ultraliberal de desmonte do Estado. A agenda de reformas estruturais, dentre as quais está a Reforma Administrativa, nada tem a ver com a eficiência do serviço público e com a austeridade fiscal. O que está em jogo é a privatização dos serviços públicos para o enriquecimento de uns poucos empresários e acionistas. Cf. SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.

- DAHL, Robert. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.
- GONÇALVES, Eduardo. **Ricardo Salles fala em aproveitar a pandemia para “ir passando a boiada”**. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ricardo-salles-fala-em-aproveitar-a-pandemia-para-ir-passando-a-boiada/>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. [1936]. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LESSA, Renato. **Homo bolsonarus**. De como nasceu e se criou o confuso e perigoso animal artificial que encarna momentos arcaicos da sociabilidade brasileira. **Serrote**, Edição Especial, jul., 2020. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/07/serrote-edicao-especial/>. Acesso em: 20 out. 2020.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 122-152, dez., 2016.
- NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SETO, Guilherme. **Slogan de Bolsonaro foi inspirado em brado de paraquedistas militares**. Folha de São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do governo Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018a.
- SINGER, André. **Dois passos adiante, zigue-zague e queda**. *Abya Ayla*: revista sobre acesso à justiça e direito nas Américas, Brasília, v. 2, n. 3, p. 206-214, ago./dez, 2018b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/22975/20961>. Acesso em: 20 out. 2020.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

DIREITOS HUMANOS E TÉCNICAS JURÍDICAS- PENAIAS NAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

Caroline Soares de Andrade Caldas³⁰

Carolina de Freitas da Cunha³¹

Flávia Mendes Ferreira³²

Carlos Henrique Aguiar Serra³³

INTRODUÇÃO

Um dos desafios contemporâneos é a incorporação da cultura de direitos humanos capaz de equalizar as relações de poder na sociedade. Neste sentido, inúmeras iniciativas propõem, em seus discursos, a ruptura dos padrões de violação dos direitos humanos. Entretanto, percebemos que as práticas podem não entregar os resultados prometidos. Essa questão funciona como um termômetro nos debates aqui propostos, que embora sejam frutos de pesquisas em campos distintos, converge no que se refere a certas inquietações sociais, tais como: como vamos promover direitos humanos e equalizar as relações de poder na sociedade acessando as ferramentas clássicas criminalizantes? Assim, neste trabalho, propomos reflexão sobre as iniciativas de promoção dos direitos humanos, que de alguma forma trazem em si dispositivos próprios

30 Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

31 Advogada, Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

32 Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

33 Professor Associado IV da UFF. Doutor em História pela UFF.

do direito penal. Na verdade, cabe registro, este trabalho possui como eixo temático a reflexão acerca dos dispositivos de controle punitivo.

Nosso trabalho estrutura-se em três partes que se articulam e, portanto, estabelecem interfaces entre elas. A primeira é uma pesquisa sobre a persecução criminal dos crimes da ditadura militar de 1964, proposta pelo Ministério Público Federal. A ideia aqui é compreender um pouco do percurso da instituição e da virada que saiu de um cenário de inviabilidade jurídica dessas ações para a propositura delas. A segunda é uma pesquisa sobre as técnicas jurídico-penais que passam a ser aplicadas nas escolas quando estas são militarizadas. E, por fim, a terceira, que se dispõe a analisar um conjunto de práticas, próprias da gestão do cárcere feminino, confrontando-o com a gestão da vida das mulheres, fora do cárcere.

1. A TRAJETÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA A PERSECUÇÃO CRIMINAL DOS CRIMES DA DITADURA MILITAR DE 1964: O DIREITO PENAL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Em 2011, o Ministério Público Federal criou o Grupo de Trabalho Justiça de Transição (GTJT). Apesar de existirem esforços no âmbito civil desde 2008³⁴, esse GT, que se mantém em atividade até hoje, tem como escopo de trabalho promover a persecução criminal de violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos contra opositores do regime ditatorial. Um ano depois, em 2012, a despeito da lei da anistia, foi protocolada pelo Ministério Público Federal (MPF) a primeira ação judicial criminal com intuito de promover punição criminal contra membros das Forças Armadas do Brasil por crimes cometidos no período da ditadura militar. A ação em questão estimula um debate antigo sobre a persecução criminal em casos de violações de direitos humanos cometidos por agentes públicos durante o período da ditadura militar no Brasil.

Da *blanket amnesty* aos direitos à verdade e a memória (HOLLANDA, 2018, p. 3) contabilizamos pelo menos três décadas entre o ano de promulgação

34 O Ministério Público Federal e parte da sociedade civil protocolaram ações civis de diversas naturezas: indenizatórias, declaratórias e até mesmo ações civis públicas para responsabilizar patrimonialmente agentes públicos por danos provocados por suas atividades em cargos públicos.

da lei da anistia até o primeiro decênio dos anos 2000. Este período dos anos 2000, que compreende também o intervalo de tempo entre o projeto da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade até a entrega de seu relatório final possibilitou, no Brasil, um ambiente de debates intensos em torno das experiências da ditadura militar, que na oportunidade da transição para a democracia, no Brasil, ainda não haviam sido explorados no cenário brasileiro.

Uma dessas ausências foi a discussão em torno do que se chama justiça de transição, que pode ser explorada como campo de atuação para promoção de políticas públicas patrocinadas pelo Estado, e ao mesmo tempo, um campo de estudos em constante desenvolvimento. O nome “justiça de transição” e seu conceito passou a ser discutido a partir do início dos anos 1990 (CALDAS, 2016; WEICHERT, 2015) e se tornou uma área conhecida, por tratar de eventos políticos e jurídicos atentos à promoção de medidas que visam a qualidade de um novo regime político, orientados por valores morais diferentes do regime antecessor. Neste sentido, o termo “justiça de transição” passou a ser desenvolvido a partir de experiências em países que conduziram transições políticas para regimes democráticos e que lidaram com violações de direitos humanos (WEICHERT, 2015).

Até então, mesmo sem mobilizar a expressão “justiça de transição”, as violações cometidas na ditadura militar foram discutidas com investimentos do Estado em três oportunidades (CALDAS, 2016): na comissão externa parlamentar destinada a atuar junto aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos após 1964, na localização dos seus restos mortais, de 1992; a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), de 1995; e a Comissão de Anistia, de 2002. Nas palavras de Anthony Pereira (2014) os esforços da Justiça Transicional no Brasil são focados primordialmente em reparações, ocorridas em dois momentos. Percebe-se que o processo de reparação tem sido o “eixo estruturante da agenda da transição política” (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 212), a essa concepção soma-se Mezarobba (2010) e Pereira (2014), “A justiça pós-transicional brasileira focou, primeiramente, em reparação” (PEREIRA, 2014, p.520).

Essa discussão revela a trajetória do Brasil na adoção de políticas nesse tema. Dos anos 1990 até o período inicial dos anos 2000, incluindo também a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, possibilitou um ambiente de debates intensos em torno das experiências da ditadura militar, que na oportunidade da transição para a democracia ainda não havia sido explorado.

Para muitos autores da literatura sobre transição política (HUNTTINGTON, 1991; VITULLO, 2001; SCHMITTER, 2000), discutir as violações e crimes cometidos pelo regime militar poderia provocar retrocessos ao avanço democrático brasileiro. Ao mesmo tempo, a lei de anistia de 1979 impedia o desenvolvimento de teses jurídicas que pudessem propor a persecução criminal. Dessa maneira, a discussão sobre a judicialização dos crimes da ditadura militar de 1964 esteve restrita aos grupos diretamente envolvidos, sem ganhar expressão mais ampla na sociedade.

Esse é um debate que expõe um conflito de premissas entre as literaturas que se dedicam sobre o tema. Mesmo sob o argumento de se intitularem descritivas, trazem consigo um elemento normativo relevante. Por um lado, há o grupo que se dedica à discussão sobre transições políticas, e que sugere um efeito perverso às jovens democracias que se debruçam sobre seu passado. Por outro lado, o grupo que se dedica à discussão sobre justiça de transição parte da premissa de que a prestação de contas é imperativa para que se construa uma democracia minimamente possível. Essa concepção se une à formação discursiva presente na literatura internacional e nacional sobre justiça de transição, onde se supõe que tratar das violações de direitos humanos do passado é condição de possibilidade para as novas democracias.

O termo justiça de transição e seu conceito foram introduzidos internacionalmente a partir do início dos anos 1990 (CALDAS, 2016; WEICHERT, 2015) e se tornou uma área conhecida por tratar de eventos políticos e jurídicos atentos à promoção de medidas que visam, em termos qualitativos, o novo regime político, que viria a ser orientado por valores morais opostos aos do regime antecessor. Podemos compreender também, que a justiça de transição é encarada como um campo de atuação para promoção de políticas públicas patrocinadas pelo Estado, e ao mesmo tempo, um campo de estudos. Neste sentido, o termo justiça de transição passou a ser desenvolvido a partir de experiências em países que conduziram transições políticas para regimes democráticos e que lidaram com violações de direitos humanos (WEICHERT, 2015).

De acordo com as teorias da justiça de transição, alguns mecanismos são propostos para dar conta de um passado onde o Estado e seus agentes praticaram violações de direitos. Entre eles, e com especial destaque, aparece a persecução criminal. Dentre os países que adotaram a persecução criminal, o caso brasileiro é o mais recente, e possui característica *sui generis* pois, entre o evento que deu causa à ação e a judicialização dos casos, temos pelo menos

30 anos de intervalo. Desse modo, como convencer os operadores do direito³⁵ de que isso é possível?

Em outro sentido, essa empreitada protagonizada pelo Ministério Público Federal contribui para o debate em torno da atividade judicial, atividade jurídica particular que é capaz de produzir efeitos gerais. Em outras palavras, ação penal individual que pode produzir efeitos estruturais para a sociedade, sem esquecer questões igualmente importantes, tais como: a disputa entre os entendimentos dos operadores do direito sobre esse tema.

Desse modo, identifico junto com o que chamo de práticas judiciais, uma tendência da literatura sobre justiça de transição (BISSET, 2013; SIKKINK, 2011) a encarar a dimensão judicial de forma positiva, negligenciando os limites da punição e da criminalização. A ideia é favorecer um debate que possibilite a inclusão de alternativas ao paradigma penal, e aos usos do direito penal como ferramenta para proteção dos direitos humanos.

Soma-se a essa empreitada uma busca de maior rigor penal, nos últimos anos, protagonizada pela classe política e jurídica (operadores do judiciário). Assim, persegue-se maior rigor penal, tanto em termos de mudanças legislativas, propondo aumento de penas, quanto em nível judicial, propondo punição com penas altas. A essa realidade, somam-se as demandas de parte da sociedade, na mesma direção punitiva. Na prática, o que observamos é a disseminação da ideia de que penas mais altas e democratização punitiva seriam capazes de lidar com a falta de alternativas jurídicas para casos de alta complexidade como os de justiça de transição.

Para compreender o fenômeno da judicialização penal da justiça de transição no Brasil, as ideias de “justiça em cascata” de Sikkink (2011) e de “verdade em cascata” de Daly (2008) nos oferecem ferramentas interessantes. A busca por justiça no programa de justiça de transição é encarada com otimismo por Sikkink (2011). Para ela, a persecução judicial dos agentes envolvidos em violações de direitos humanos no curso de regimes autoritários beneficia os países que a adotam, na medida em que fortalecem a democracia (SIKINKK, 2011, p. 161). Além disso, a punição criminal serve de instrumento para prevenir novas violações de direitos humanos no futuro (SIKINKK, 2011, p. 170).

Por outro lado, Daly (2008) contribuiu para o debate sobre o uso da verdade, como pilar principal do programa transicional, um exemplo disso são

35 Uso o termo “operadores do direito” e não apenas juízes, pois como a Ação Penal Pública prescinde de propositura por parte dos membros do Ministério Público, cabe a eles o primeiro convencimento sobre esse tema.

as comissões de verdade e os relatórios que elas produzem. A esses últimos se reputa que a busca pela verdade promoveria entre outros efeitos positivos, a *accountability*. Segundo a autora, os possíveis benefícios esperados podem não ser atingidos, uma vez que a verdade não é um monolito (DALY, 2008, p. 23).

Muitas vezes, o debate sobre justiça de transição produz uma tensão entre a busca da verdade versus a busca por justiça, como se a presença de mecanismos que privilegiam comissões de verdade, sufocassem a adoção por uma medida judicial (LEFRANC, 2008; TEITEL, 2000; ELSTER, 2004; RO-TBERG, 2000). Mesmo com essa discussão, a trajetória brasileira mostra que as ações judiciais podem conviver com a comissão de verdade. Ao quebrar esse paradigma da literatura de justiça de transição, 2012 se tornou o ano em que a Comissão Nacional da Verdade iniciou suas atividades e que o Ministério Público Federal protocolou sua primeira ação penal em vista de buscar punição de agentes públicos por violações de direitos humanos cometidas no período da ditadura militar.

1.1 O Ministério Público Federal: da inércia à ação penal

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país passou por diversas alterações de engenharia institucional, e um exemplo disso é o Ministério Público Federal, “nenhuma outra instituição sofreu tão profunda modificação e teve igualmente alargada a sua possibilidade de atuação” (SA-DEK, 2009, p. 1). A Constituição Federal de 1988 inovou com a “combinação entre autonomia, instrumentos de poder e amplo leque de atribuições” (KERCHE, 2014).

Entretanto, de 1988 até 2012, as inovações legais³⁶ que foram incorporadas à instituição não são suficientes para compreender a nova postura do Ministério Público Federal em relação aos crimes da ditadura. Deste modo, analisando a trajetória do Grupo de Trabalho Justiça de Transição (GTJT), podemos compreender as disputas institucionais enfrentadas pelos membros do MPF para que houvesse um *turning point* na postura e na atuação do MPF. Dada a sensibilidade de um grupo de Procuradores da República foi criado o Grupo de Trabalho Justiça de Transição (GTJT) no ano da promulgação da lei da Comissão Nacional da Verdade.

36 A lei orgânica do Ministério Público da União, Lei Complementar 75, data de 1993 e regulamenta as atividades dos Procuradores da República.

O grupo mantém atividade com finalidade em promover o encaminhamento judicial dos crimes cometidos no período de regime autoritário iniciado em 1964. Atualmente, o GT representa uma resposta institucional, que percorreu um caminho de disputas internas sobre o tema até alcançar esse *status*. No ano de sua criação, o GTJT já contava com 49 investigações em andamento, evoluindo para 130 investigações criminais e 4 ações criminais propostas em 2012. Um artigo do jornal O Globo (SASSINE, 2015) atualizou os resultados do GTJT em 2015 e divulgou mais de 335 investigações criminais patrocinadas pelo MPF totalizando hoje 47 ações criminais em andamento, todas divulgadas em seu sítio eletrônico.³⁷ Isto é, de 2014 até hoje foram realizadas investigações que se deram após o encerramento das atividades desenvolvidas pela CNV. Atento ao documento, o MPF disparou internamente ofícios para todos os Procuradores da República no intuito de promover novas investigações, contemplando todas as vítimas relacionadas no relatório.

Desde a criação do grupo de trabalho, já exerceram mandato de Procurador Geral da República três representantes do MPF, contabilizando o quarto atualmente, todos com posições distintas sobre o tema. Entre eles esteve Rachel Dodge que antes de exercer o mandato na Procuradoria Geral coordenou a 2ª câmara criminal, e nesta ocasião, estruturou o GTJT. As câmaras são órgãos do MPF e neste caso, a segunda câmara abriga o grupo de trabalho justiça de transição. Atualmente, o GT é composto por 13 membros do MPF que acumulam suas atribuições com as atividades do grupo.

Para Kerche (2009), o Ministério Público tem autonomia suficiente para conseguir imprimir suas visões particulares sobre o mundo em sua atuação, e esta é uma particularidade difícil de encontrar dentre os demais órgãos públicos. Ao que tudo indica, essa característica permitiu que o GTJT fosse estruturado e pudesse atuar com o tema da responsabilização criminal dos agentes militares por atos praticados durante a ditadura militar de 1964.

Pelas leis brasileiras, um membro do Ministério Público possui autonomia para arquivar ou prosseguir juridicamente com um caso, e esses casos são atribuídos conforme a legislação processual penal, muitas vezes vinculados a uma questão geográfica. Em outras palavras, recebe à causa quem estiver desempenhando atividades no local em que o crime aconteceu. Cabe à câmara criminal, entre outras atividades internas, a revisão desses atos de arquivamento.

37 Sobre os resultados do GTJT conferir em: <http://www.justicadetransicao.mpf.mp.br/>

Antes mesmo da criação do GTJT houve algumas iniciativas para processar e julgar crimes ocorridos durante a ditadura militar, que nem sempre foram investimentos protagonizados pelo MPF. Um deles, foi o primeiro caso de aplicação da lei de anistia em 1980, em razão de atos de tortura cometidos em 1976 (MARX, 2014, p. 197), o segundo se deu pela explosão ocorrida no Rio Centro em 1981 (MARX, 2014, p. 198). Ambos foram processados na justiça militar e arquivados com base na lei da anistia. A terceira tentativa, foi encaminhada pelo Ministério Público de São Paulo, em 1992, terminou extinta no STJ (MARX, 2014) e atualmente tramita na Corte IDH³⁸.

Após uma década, o tema ficou adormecido até que “as primeiras iniciativas do MPF nessa matéria apareceram em 2005, quando houve a identificação dos restos mortais de um desaparecido político conduzida pelo órgão” (OSMO, 2016, p. 43). Em relatório de atividades do GTJT de 2017, elaborado pelo MPF, as primeiras iniciativas de investigação criminal para encaminhamento judicial foram solicitadas, entre 2008 e 2009 (BRASIL, 2017, p. 17), por dois procuradores federais aos seus colegas para que realizassem as apurações. Neste mesmo período surgiriam as primeiras ações de responsabilização em matéria civil.

As ações, do ponto de vista jurídico, alteraram a forma como se compreendia internamente o tema. Assim, de maneira experimental na esfera civil, apenas aplicado aos casos envolvendo a vala comum de Perus, dois procuradores da república desenvolveram a ideia de permanência do desaparecimento, uma vez que os restos mortais permanecem, até os dias de hoje, em local incerto, o Estado estaria responsável pelas buscas dos restos mortais.

Essa iniciativa foi estendida aos casos criminais e por fim, provocou uma mudança que os membros do GTJT anunciam como uma postura institucional. Assim, depois de décadas sem que o tema tivesse sido mobilizado na esfera criminal e sem que houvesse uma alteração legal ou administrativa no órgão, os casos encaminhados ao judiciário passaram a serem passíveis de judicialização. Em outras palavras, estavam à disposição para o encaminhamento judicial há muitos anos, entretanto, frente a uma nova postura e compreensão sobre a possibilidade jurídica da persecução criminal desses casos, fez com que eles pudessem ser apreciados perante o judiciário.

Assim, numa dinâmica complexa que envolve a legislação internacional sobre imprescritibilidade dos crimes e violações de direitos humanos e os pactos

38 O caso 12.879 submetido em 22/4/2016 que apura a morte de Vladimir Herzog.

internacionais celebrados pelo Brasil, a legislação doméstica com a lei de anistia e critérios de prescrição dos crimes, os fatos, documentos e depoimentos coletados pelos investigadores dessas ações sobre os eventos judicializados forçam que operadores do direito travem uma disputa sobre os casos. Em outras palavras, Juízes, Desembargadores, Ministros do STJ, STF e Ministério Público Federal travam uma disputa em torno da interpretação jurídica que prevalecerá. Por hora, a interpretação privilegiada é de que a lei de anistia impede os encaminhamentos judiciais e que, mesmo afastada sua aplicação, os crimes estariam prescritos e assim, impossíveis de serem apreciados pelo judiciário.

Desse modo, podemos identificar por meio dessa disputa, duas questões importantes que os discursos sobre os direitos humanos, a justiça de transição e o direito penal mobilizam. Uma delas é a possibilidade de contornar a discussão no cenário político, incorporando a agenda da judicialização dos crimes praticados por agentes públicos no período da ditadura militar. Entretanto, a opção em abordar esse tema de forma técnica cria uma despolitização que reforça a limitação do campo dos direitos humanos. Uma noção que compreende a crença de que “com a agitação da varinha dos ‘direitos humanos’” (BLACKBURN, 2011, p. 129) se resolvem questões importantes da sociedade.

2. PODER, CONTROLE E MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS

Uma importante pauta apresentada por Jair Bolsonaro durante as eleições presidenciais de 2018 é a agenda para a educação. Faz parte dessa agenda o projeto de militarização de escolas que parte de uma compreensão sobre a educação como um dos instrumentos para controle e disciplinamento de alunos oriundos das classes populares matriculados nas escolas públicas de todo o país. A agenda para a educação nos ajuda a compreender as propostas políticas da extrema direita e como esses grupos, incluindo aí também o governo Bolsonaro, pensam a sociedade. Jair Bolsonaro apresentou no primeiro ano de mandato, 2019, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, Pecim. Este programa reflete a fantasia do controle total das vidas, dos pensamentos e dos corpos, o autoritarismo e as permanências históricas autoritárias e conservadoras mantidas mesmo após a redemocratização e a Constituição de 1988. Na atual conjuntura convivemos com um passado autoritário nos assombrando com projetos políticos para o presente e o futuro.

Em 05 de Setembro de 2019, Jair Bolsonaro assinou o decreto 10.004 que cria o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Promessa de campanha, o programa visa transformar escolas públicas de todo o país em escolas cívico-militares. Vale ressaltar que este processo já vinha ocorrendo há alguns anos e diversos estados brasileiros já possuíam escolas neste formato. Nos programas desenvolvidos pelos estados, as gestões pedagógicas e administrativas das escolas são transferidas para a Polícia Militar. Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Bahia, Amazonas, Acre, Piauí, Pará, Pernambuco e Goiás, antes do governo Bolsonaro já tinham como parte da política educacional a militarização de escolas públicas (RICCI, 2018). Entre estes estados, Goiás é o que mais militarizou escolas. Apenas este estado tinha em 2018, 46 escolas, um total de 53 mil alunos, em 2019 esse número subiu para mais de 70 escolas (GOIÁS, 2018). Em 2013 o Brasil possuía um total de 39 escolas militarizadas, em 2018 esse número era de 122. Um aumento de 212% numa amostra de 14 estados da federação (CAMPOREZ, 2018).

A promessa é que o Pecim em 2020 fosse implementado em 54 escolas no país. Até o início do ano de 2020, a informação oficial era que o MEC destinaria R\$ 54 milhões de reais para as novas escolas militarizadas, cada escola receberia R\$ 1 milhão de reais. No site do programa não existem notícias atualizadas sobre o repasse dessa verba. A suspensão das aulas em todo o país em virtude da pandemia da COVID-19 atrasou o desenvolvimento do programa. No site é possível encontrar a lista das escolas selecionadas para a militarização: 18 escolas na região norte, 7 escolas na região nordeste, 11 escolas na região centro-oeste, 5 escolas na região sudeste e 13 escolas na região sul. Os únicos estados que nessa primeira etapa não terão escolas públicas militarizadas são Alagoas, Espírito Santo, Sergipe e Piauí, porque esses estados não aderiram ao programa e os municípios que se interessaram não possuem contingente suficiente de militares na reserva para participarem do programa (BRASIL, 2020).

O crescimento do número de escolas militarizadas, podemos afirmar, está diretamente relacionado com o crescimento da extrema direita no país, com os movimentos que apoiaram o golpe que resultou no processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, e com as inúmeras manifestações que ocorreram entre os anos de 2015 e 2016 que pediam o retorno da ditadura militar e, principalmente, com as eleições presidenciais de 2018 que deram vitória a Jair Bolsonaro.

O Pecim é desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC – com apoio do Ministério da defesa para ser implantado nos estados, municípios e Distrito Federal. Vale ressaltar que o Pecim não possibilita que os alunos sigam carreira militar como ocorre com as escolas militares que já existem no país, o que o programa faz é militarizar o ambiente escolar, transformar a rotina e o espaço, com administração e pedagogia militares. Passam a fazer parte da rotina escolar o apreço pela hierarquia, pelos rituais que minuciosamente controlam os corpos, pela formalização e inúmeras regras que tentam além de controlar os alunos, transformá-los a partir deste modelo de educação.

O Decreto que institui o Programa afirma que um dos objetivos do PECIM é:

[...] gestão de processos educacionais – promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula. (BRASIL, 2019)

Quando o decreto afirma que visa estimular o desenvolvimento de valores cívicos, há nessa afirmação estreita relação com o militarismo que defende um certo nacionalismo que esteve muito presente durante a recente ditadura civil-militar vivida no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 e tinha como uma das propagandas a afirmação: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Além disso, bons comportamentos neste caso, significa a obediência às inúmeras regras militares, uma interpretação muito diferente daquela que educadores e psicólogos afirmam ser ideal para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos num ambiente escolar plural e democrático. O modelo de escola militarizada, ao contrário, visa o engessamento dos modos de ser, num projeto que pretende transformar os alunos em indivíduos iguais e que se comportem dentro e fora do espaço escolar com um modo de agir, se comportar, e podemos afirmar, de viver, que coaduna com aquilo que pensam os militares.

Outro objetivo do Pecim presente no decreto é a “redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares” (BRASIL, 2019). Um dos argumentos utilizados na defesa da transformação das escolas regulares em escolas militarizadas é a violência escolar. Embora não sejam apresentados dados sobre os índices de violência, a formação discursiva que relaciona escolas públicas e, portanto, os jovens que ali estudam à violência, é parte do senso comum que relaciona pobreza com violência e direciona as políticas

de controle social para a população mais pobre. Mas, vale ressaltar, que este senso comum presente na sociedade brasileira é também uma maneira de agir do Estado brasileiro que não é novidade, pois durante séculos uma enorme população de escravos no Brasil era controlada com violência, e mesmo após a abolição da escravatura o processo de controle foi mantido, com a criação de diversas políticas jurídico-penais para controlar os ex-escravos. Não surpreende que os dias atuais a proposta para melhorar a educação seja a militarização do ambiente escolar. Este projeto entrega a direção das escolas e toda organização escolar para militares da ativa e da reserva das Forças Armadas, das polícias e corpos de bombeiros, além de prever a participação das secretarias de segurança pública dos estados, que no Brasil transforma a questão da segurança pública em guerra contra os grupos mais vulneráveis, como os negros e a população mais pobre.

Existe um tipo de currículo educacional que é defendido neste programa. Tomaz Tadeu da Silva (2010) pensa o currículo escolar numa perspectiva pós-estruturalista, explica que mais importante que compreender o que é o currículo, é pensar na questão: como em diferentes momentos e com diferentes teorias o currículo é definido? Uma pergunta que aproxima o autor do pensamento de Michel Foucault sobre pensar e compreender o tempo presente, sem excluir a relação entre saberes e poderes. Mais importante que entender o que é o currículo escolar é saber quais questões esse discurso quer responder. Na perspectiva do Tomaz Tadeu da Silva aqui utilizada, currículo é discurso, ou seja, uma construção que relaciona os saberes e poderes legitimados, porque na decisão sobre como compor o currículo escolar está a questão central sobre quais conhecimentos devem ser ensinados. Assim, a pergunta que existe implicitamente em cada currículo é o quê? O que os alunos devem aprender? O que deve ser ensinado nas escolas? Quais conhecimentos são considerados importantes para compor o currículo? Ou seja, o currículo é resultado de escolhas. Discursivamente na disputa entre saberes e poderes, alguns saberes serão incluídos e outros não, porque “as teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que ‘esses conhecimentos’ e não ‘aqueles’ devem ser selecionados” (SILVA, 2010, p. 15). Um currículo forma e transforma as pessoas que serão formadas por ele. Quando as escolas militares definem minuciosamente como a escola funcionará, existe o tipo de ser humano que se pretende formar para determinado tipo de sociedade.

A relação do currículo e as disputas discursivas sobre a necessidade de implantação de escolas militarizadas no Brasil no contexto atual, é uma disputa de saberes e poderes. Saberes e poderes não estão separados, “por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (FOUCAULT, 2003, p. 51). Não à toa, os mesmos defensores da militarização das escolas públicas fazem oposição ao pensamento do educador brasileiro Paulo Freire, que afirmava o papel emancipador da educação com uma pedagogia voltada para a libertação e autonomia. Tensionar, questionar, problematizar, são fundamentais, segundo Paulo Freire, para o estímulo ao olhar que a educação deve despertar nos alunos, de perguntarem e tentarem entender o que acontece na sociedade. Ou seja, o conhecimento escolar relacionado com o que acontece na vida em sociedade.

Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? Que ética de classe está embutida neste descaso? (FREIRE, 2019, p. 32)

Paulo Freire, ciente dos argumentos que os conservadores utilizam para falar da escola, chega a imaginar um discurso:

[...] dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferí-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos (FREIRE, 2019, p. 31-32, Grifo nosso).

O Pecim do governo Bolsonaro vem sendo implementado. Existe uma grande dificuldade de acesso aos dados oficiais, pois há um interesse em divulgar notícias positivas sobre o programa. O site do Pecim escolacivicomilitar.mec.gov.br explica que a proposta é implementar até o ano de 2023, 216 escolas em todo o país. Como o programa ainda está em processo de implantação e as notícias oficiais são poucas, é possível compreender o funcionamento

desse modelo de militarização da educação observando as escolas que foram militarizadas nos últimos anos e que dependendo do ente federativo e da relação dos respectivos governadores de estados, passarão a integrar o Pecim, pois são projetos muito semelhantes.

Goiás foi o estado que mais militarizou escolas nos últimos anos. O regimento das escolas militarizadas, deste Estado, nos ajuda a compreender como as escolas públicas que são militarizadas funcionam. Existe uma grande preocupação em disciplinar os alunos, inclusive porque um dos discursos que legitima a necessidade de militarização é a violência.

O que acontece, com a nossa chegada, é uma quebra de cultura. Os alunos vinham de uma cultura de libertinagem. Tinha menina que chegava na hora do intervalo, abraçava o colega e enganchava nele com as pernas. “Tinha homossexual aqui que pintava o cabelo de alaranjado, de vermelho, de roxo. Com a nossa chegada, a gente diz: ‘Rapaz, você pode ser homossexual, mas tem de manter a postura’. Dentro da razoabilidade, o que a gente cobra é o mínimo de moral (Comandante Luiz Mário Guimarães, diretor de um colégio militarizado em Goiás em entrevista à Revista Época. Julho de 201839).

O regimento das escolas militares organiza o que chamam de “transgressões disciplinares” em leve, média e grave. Entre as transgressões de natureza leve estão por exemplo “usar óculos com lentes ou armações de cores esdruxulas, mesmo sendo de grau, boné, tiaras, ligas coloridas ou outros adornos, quando uniformizados” (Art. 168, § 1º, n. 12 Regimento escolas Militares GO). A observação de que os alunos não podem usar os adereços citados quando uniformizados, significa que mesmo fora do espaço escolar, se o aluno estiver uniformizado, não poderá ser visto com tais adereços. Entre as transgressões de natureza média estão: “ter em seu poder, introduzir, ler ou distribuir, dentro do Colégio, publicações, estampas ou jornais que atentem contra a disciplina, a moral e a ordem pública” (Art. 168, § 1º, n. 12, Regimento escolas Militares GO). Entre as transgressões de natureza grave “provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando no Colégio, em manifestações de natureza política” (Art. 168, § 3º, n. 73, Regimento escolas Militares GO); e “Manter contato físico que denote envolvimento de cunho amoroso (namoro, abraços, beijos etc.) dentro do Colégio, em suas adjacências ou em ato representativo

39 Disponível em: <https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>. Acesso em: 10 nov. 2020

escolar ou fora dele, estando uniformizado (Art. 168, § 3º, n. 81, Regimento escolas Militares GO).

O regimento reproduz uma lógica jurídico-penal ao tratar os casos de indisciplina escolar como um julgamento penal. Existe um capítulo intitulado “Do julgamento das transgressões” em que prevê “julgamento do transgressor” (Art. 170, I, Regimento escolas militares GO), prevê sanções e fala em situações agravantes e atenuantes (Art. 172 e 173, Regimento escolas Militares GO) na aplicação do que chamam de “punições disciplinares” (Título X, Regimento escolas Militares GO). Existe uma lógica punitivista que permeia a organização dessas escolas. Uma repetição dos ideais de controle, disciplinamento e punição que perpassa outras instituições em nossa sociedade, numa lógica que pensa cada vez mais o controle e militariza a vida.

3. MULHERES EM CÁRCERE: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE CUSTÓDIA DAS MULHERES E SUA INTERAÇÃO COM O SISTEMA PENAL NO BRASIL

Quais são os discursos legitimadores das práticas cotidianas, “não oficiais”, que engendram os “porões” dos órgãos e repartições administrativas, integrantes do sistema de justiça criminal brasileiro? Que condições específicas autorizam a aplicação discricionária de leis, estatutos, portarias, regimentos internos, protocolos, entre outros, por agentes públicos em relação às mulheres, considerando sua histórica invisibilidade, enquanto vítimas e autoras, na Criminologia – “uma ciência sobre homens, de homens, mas que, pretensamente, se diz para todos?” (MENDES, 2017, p. 13).

O sistema penal e a política criminal do Brasil são braços articulados do Estado capitalista, à moda periférica; fundamentais à compreensão da formação da burguesia brasileira e de suas formas de sociabilidade – razão pela qual se tornou crucial identificar os fatores sociais, econômicos, políticos, jurídicos, culturais etc., que autorizam ou impedem determinados grupos sociais de acessar determinados lugares de cidadania.

Na cultura ocidental o sagrado e o profano se encontram no corpo da mulher. Fundamental para a reprodução da vida, essencial ao modo de produção capitalista, esse corpo foi capturado pelo consórcio estabelecido entre os homens, o Estado e a Igreja, explorado em silêncio e invisibilizado pela

história, sobretudo os corpos das mulheres negras – desumanizados, escravizados e estuprados. “[...] Não à toa, o corpo pode ser tanto uma fonte de identidade quanto uma prisão para as mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 34).

É, portanto, da gestão desse corpo,⁴⁰ marcado historicamente por diversas formas de opressão – sobretudo a partir do surgimento do poder punitivo, mediante processos de colonização e escravização, como é o caso no Brasil –, pelo sistema penal, que atua como dispositivo de controle, segregação e hierarquização, no capitalismo periférico, que pretendo tratar, aqui.

3.1 PROCESSO DE CUSTÓDIA E “TRANSIÇÃO” PARA O CAPITALISMO

Considerando o conceito de “processo de custódia” (MENDES, 2017, p. 116), compreendido como o conjunto de tudo o quanto se faz para reprimir, vigiar e aprisionar (em casa, no convento ou penitenciária), mediante a articulação de mecanismos de exercício do poder do Estado, da sociedade, de forma geral, da família, poderíamos dizer que processo de custódia seria toda uma sequência de atos e procedimentos oficiais, não oficiais, formais e informais, provenientes da interação e do exercício de poder do Estado, do patriarca, da Igreja, da sociedade, da família – a partir do poder punitivo – que até os dias de hoje, mantêm todas as mulheres, embora de maneiras distintas e em graus distintos (em virtude de classe e raça), sob constante controle e vigilância, como uma espécie de cárcere sem grades – e, evidentemente, com grades, quando ingressam no sistema penitenciário.

Da interação desses procedimentos e dispositivos de controle; do exercício do poder punitivo e de suas articulações para criminalizar ou vitimizar as mulheres, é que se pretende dizer alguma coisa sobre o Estado e o sistema capitalista. A partir da seleção de alguns recortes da história busquei compreender como o poder punitivo manteve e ainda mantém as mulheres sob

40 “Desde o início do movimento de mulheres, as ativistas e teóricas feministas viram o conceito de ‘corpo’ como uma chave para compreender as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina. Para além das diferenças ideológicas, chegaram à conclusão de que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino. Desse modo, a análise da sexualidade, da procriação e da maternidade foi colocada no centro da teoria feminista e da história das mulheres”. Conferir Federici (2017, p. 31-32).

custódia, considerando tanto o velho mundo quanto a perspectiva periférica do Brasil para análise da “transição”⁴¹ para o sistema capitalista.

3.1.1 Discursos da custódia

O discurso, segundo Foucault (2012, p. 10), “não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, nem simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que, se luta; o poder do qual nós queremos apoderar”. Para o filósofo francês, o discurso não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais de produção, mas produtor e instituinte de “reais”. A produção do conhecimento se dá, portanto, pelo poder. É um efeito do poder, assim como os indivíduos.

Não se trata aqui de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “se presentifica-las”; [...]; substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico. (FOUCAULT, 2012, p. 58)

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma economia dos discursos de verdade que funcione segundo essa dupla exigência e a partir dela: “Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 279).

Foucault (2016), para sustentar as análises que fez sobre as relações entre direito, poder e verdade adotou como princípio geral, dentre outros, o seguinte: nas sociedades ocidentais, desde a Idade Média, a elaboração do

41 “O conceito de ‘transição’, portanto, nos ajuda a pensar em um processo prolongado de mudança e em sociedades nas quais a acumulação capitalista coexistiam com formações políticas que não eram ainda predominantemente capitalistas. Contudo, o termo sugere um desenvolvimento histórico gradual, linear, ao passo que o período a que o termo se refere foi um dos mais sangrentos e descontínuos da história mundial – uma época que foi testemunha de transformações apocalípticas que os historiadores só podem descrever nos termos mais duros: a Era de Ferro (Kamen), a Era do Saque (Hoskins), a Era do Chicote (Stone). O termo ‘transição’, então, é incapaz de evocar as mudanças que abrirão o caminho para a chegada do capitalismo e das forças que conformam essas mudanças”. Conferir Federici (2017, p. 116-117), pois aqui o termo, quando utilizado, vai significar apenas a passagem de um tempo.

pensamento jurídico se deu em função dos interesses do rei. “No Ocidente, o direito é encomendado pelo rei” (FOUCAULT, 2016, p. 280).

Neste sentido, a que conjunto de regras está relacionado os discursos da custódia, os objetos sobre os quais ele trata e que constituem suas condições de aparecimento histórico? “De que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade? [...] Que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos?” (FOUCAULT, 2016, p. 278).

O renascimento do Direito Romano, a partir do século XII, foi fundamental para a reconstrução do “edifício jurídico” que havia desabado com o fim do Império Romano e para a retomada do poder concentrado. O ressurgimento do Direito Romano foi um dos “instrumentos técnicos e constitutivos do poder monárquico autoritário, administrativo e, finalmente, absolutista” (FOUCAULT, 2016, p. 280), responsável pela criação das instituições de base do Estado em formação. É neste projeto de poder que o processo de custódia das mulheres se inscreve.

O período de “transição” para o capitalismo foi um período de lutas, de resistência à violência imposta aos pobres e trabalhadores, de inúmeros conflitos sociais, preparando o terreno para as iniciativas estatais, que, segundo aponta Federici (2017, p. 162) “ao julgar por seus efeitos” tiveram três objetivos: a) criar uma força de trabalho disciplinada; b) dispersar os protestos sociais; c) fixar os trabalhadores nos postos de trabalho.

O processo de custódia teve início no século XIII, com o processo inquisitorial, e produziu uma pedagogia direcionada às mulheres que conciliava três discursos: o discurso teológico, o discurso médico e o discurso jurídico. A interação desses três discursos deu origem à construção do padrão feminino ocidental a partir do qual se constituiu uma régua para a medição da conduta das mulheres e para a produção de um discurso criminológico sobre elas, desde então (MENDES, 2017, p. 117-118).

O impacto desses discursos produziu toda sorte de literatura, ditos populares, em que as mulheres sempre eram hostilizadas e desumanizadas e que se espalharam por toda a Europa. Surgiram novas leis e novas técnicas de tortura destinadas a controlar a mulher dentro e fora de casa, pondo em evidência um projeto político cuja finalidade era deixá-las sem autonomia e poder social, contribuindo para a explosão de uma onda de violências que teve na caça às bruxas a principal engrenagem na construção de uma nova função social da mulher e na degradação de sua identidade. “Na Europa da Era da Razão, eram

colocadas focinheiras nas mulheres acusadas de serem descartadas, como se fosse cães, e elas eram exibidas pelas ruas” (FEDERICI, 2017, p. 203).

3.1.1.1 Discurso teológico

A partir do século XIII paira sobre a Europa Ocidental uma espécie de “tensão mística”, que vai culminar com a repressão das mulheres, sobretudo, no que diz respeito ao ofício da prédica. Falar sobre Deus e em nome de Deus vai se tornar competência exclusiva dos homens da Igreja, pois tal ofício exige uma condição de superioridade e plenitude intelectual de que as mulheres não dispõem, segundo eles. É certo que as pregadoras incomodavam a Igreja, mas não somente elas. Artesãs, rainhas, professoras, escritoras, entre outras, também representavam um obstáculo ao seu projeto misógino de poder (MENDES, 2017, p. 130-131).

A violência inicialmente verbal vai dando lugar a uma violência física contra as mulheres, endossada pelo Tribunal do Santo Ofício, a Inquisição, por seus julgamentos e torturas.

As mulheres participaram de maneira significativa das sedições deste período e, assim como os judeus, elas eram consideradas agentes de Satã, não apenas por homens da Igreja, mas também por juízes leigos, o que foi muito difundido pela imprensa. No inconsciente masculino a mulher desperta o mal, a inquietude, não só porque ela é o “juiz da sexualidade”, mas porque ele a imagina irascível, devoradora e insaciável (DELUMEAU, 2009, p. 462; 467).⁴²

Os discursos de custódia terão papel fundamental no processo de normatização das mulheres. A partir deles, e da interação entre eles, o poder punitivo vai produzir outro modelo de feminilidade: “a mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (FEDERICI, 2017, p. 205). Portanto, a cisão entre um mundo matriarcal, onde a mulher tinha participação, poder, expressão, seu próprio dinheiro e acesso à terra, para um mundo patriarcal, se deu de maneira brutal e com intensa participação do estatal que desencadeou uma campanha de terror contra as mulheres, que vai desencadear na caça às bruxas.

Trata-se de uma “luta pelas calças”, como mencionado por Federici (2017, p. 65) e por Delumeau (2009). O medo das mulheres dominadoras,

⁴² O medo da castração entre os homens aparece, segundo Delumeau (2009, p. 466), em vários dossiês clínicos, mitologia e história que o confirmam. Este medo também aparece ao longo de todo o capítulo VII, da Segunda Parte de *O Martelo das Feiticeiras*. Conferir em Kramer e Sprenger (2015, p. 248-254).

das mulheres rebeldes, baseado nas histórias, mitos e na arte, justificam, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, a representação de cenas de família e de repreensão aos maridos complacentes com suas esposas. As mulheres são pecado e revolta, principalmente se são mulheres pobres.

Diante de um novo “contrato social-sexual” que vai se constituir, sobretudo, após os cercamentos de terras, as mulheres trabalhadoras tornam-se, para os homens trabalhadores, a substituição da terra perdida. Os efeitos desta “apropriação primitiva” podem ser percebidos pela expressão “mulher comum”, que no século XVI servia para qualificar as mulheres que se prostituíam. Só que, a partir desta nova configuração do trabalho, todas as mulheres, “exceto as que haviam sido privatizadas pelos burgueses”, tornaram-se bens comuns. No momento em que “as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos” (FEDERICI, 2017, p. 191).

3.1.1.2 Discurso médico

Fazendo coro com os homens da Igreja, os médicos afirmavam a inferioridade estrutural das mulheres – o que foi difundido amplamente pela imprensa, nos mais diversos setores dirigentes. Uma extensa literatura deu conta de difundir um discurso hostil e por vezes de extrema violência contra a mulher (DELUMEAU, 2009, p. 493).⁴³ A representação da mulher na medicina foi condicionada por ideias simples e por isso mesmo facilmente absorvidas pelas pessoas. Os textos produzidos discorriam sobre a anatomia e a fisiologia femininas e serviram de chancela ao desprezo expresso pelos teólogos, que, apoiados no Gênesis, consideravam a mulher nada além de um produto secundário, pois, tendo sido gerada a partir de um homem, ou melhor, de parte dele, seria sempre inferior a ele (MENDES, 2017, p. 133).

As premissas de Aristóteles tiveram grande influência sobre o discurso médico. Alguns comentários, extraídos do seu livro *De generatione animalium* sobre sêmen, menstruação e a contribuição da mulher na procriação tiveram considerável impacto, principalmente a partir do século XII, quando sua obra começou a ser estudada na Universidade de Paris. Os preceitos aristotélicos

43 Conforme aponta Delumeau (2009, p. 493), o juiz, André Tiraqueau, publicou em 1513: “De legibus connubialibus”, “que é uma obra violenta contra as mulheres”. “Em 1541 aparece” *L'amie de coeur*, de La Borderie, livro hostil à mulher, [...]”, entre vários outros mencionados pelo autor.

influenciaram a construção de uma linguística e uma retórica, imaginária e literária, da figura feminina (FONSECA, 2010, p. 01).

Desde a tradição aristotélica, quando o funcionamento do corpo feminino passou a ser visto de forma tão negativa, a menstruação tornou-se tema de preocupação e de interesse da medicina, da religião e da moral medievais. Não faltavam boatos como, por exemplo, os que afirmavam que se um homem mantivesse relações sexuais com uma mulher no período menstrual poderia contrair lepra. Nessa esteira aristotélica, centrada na ideia da inferioridade biológica e fisiológica da mulher, Galeno (131-201) desenvolveu seus pontos de vista sobre a deformidade anatômica da genitália feminina. Ao comentar, em seu *De usu partium*, (final do século II), sobre a diferença de temperatura entre o sexo feminino e o masculino, ele acreditava que o calor, em boa quantidade nos machos, e deficiente nas fêmeas, seria o responsável pela deformação de suas genitálias (FONSECA, 2010, p. 2-3).⁴⁴

O que se vê são as raízes do paradigma etiológico sendo construídas a partir de explicações pseudocientíficas e interdições que também serviram de fonte para as políticas higienistas que seriam adotadas séculos mais tarde (MENDES, 2017, p. 135).

3.1.1.3 Discurso jurídico

Entre os séculos X e XI não existiram escritos jurídicos. Praticamente todo o vestígio do direito romano desapareceu por volta do século X. O direito canônico manteve-se na Idade Média como único direito escrito e universal. Sua unidade e uniformidade decorriam do fato de o Papa ser o único responsável por sua interpretação. “Embora tivesse o direito clerical contribuído para a manutenção da tradição jurídica romana ao longo da Idade Média,

⁴⁴ E continua: “Com isso, é claro, a fêmea deve ter testículos menores e menos perfeitos, e o sêmen gerado neles deve ser mais escasso, mais frio e mais úmido (porque essas coisas também acontecem necessariamente devido ao calor deficiente). Certamente, tal sêmen seria incapaz de gerar um animal. [...] Os testículos do macho são maiores à medida que ele é um animal mais quente. O sêmen gerado neles, tendo recebido o máximo de refinamento, torna-se o princípio eficiente do animal. Então, de um princípio planejado pelo Criador em sua sabedoria, aquele princípio, de acordo com o qual a fêmea foi feita menos perfeita do que o macho, derivaram todas estas coisas úteis para a geração do animal: que as partes da fêmea não podem escapar para fora; que ela acumula um excesso de nutriente útil, e tem sêmen imperfeito e um instrumento oco para receber o perfeito sêmen; que, uma vez que, tudo no macho é o oposto (daquilo que está na fêmea), o membro do macho foi alongado para estar mais apropriado para o coito e para a excreção do sêmen; e que este sêmen foi feito grosso, abundante e quente”. A citação de Aristóteles feita por Fonseca (2010, p. 3), evidencia a maneira como a mulher era representada no discurso médico e de que maneira, e com quais argumentos, foi construída a “fraqueza” da mulher a partir de sua fisiologia e biologia.

por outro lado limitou os seus postulados ao lhe impor preceitos de ordem moral retirados do *ius divinum*” (MARTINS, 2012, p. 210-211).

Teólogos e médicos, juntos, apoiando-se uns aos outros, forneceram subsídios aos juristas para desvalorizar a mulher. Quer fosse mais influenciado pelo direito canônico ou pelo direito romano, fato é que o discurso dos juristas medievais se constituiu como pilar fundamental na construção da custódia feminina. Afirmam de maneira categórica a inferioridade das mulheres a partir de citações extraídas dos textos de Aristóteles, Plínio e Quintiliano, de leis antigas e de obras teológicas (DELUMEAU, 2009, p. 498-499).

A “fragilidade” apontada pelos juristas, no entanto, não os impediu de enviar muitas mulheres à fogueira. O jurista francês, Jean Bodin (1530-1596), no entanto, não acreditava nesta fragilidade. Ele foi um dos mais virulentos adversários das mulheres. Em citação feita por Delumeau (2009, p. 501), Bodin disse:

Que se leiam os livros de todos aqueles que escreveram sobre feiticeiros e encontrar-se-ão cinquenta mulheres feiticeiras, ou então demoníacas, para um homem [...]. O que ocorre não pela fragilidade do sexo, em minha opinião: pois vemos uma obstinação indomável na maioria [...]. Haveria mais evidência em dizer que foi a força da cupidez bestial que reduziu a mulher à miséria por gozar desses apetites ou por vingança. E parece que por esta razão Platão botou a mulher entre o homem e o animal bruto. Pois vêem as partes viscerais maiores nas mulheres do que nos homens, que não têm uma cupidez tão violenta; e ao contrário, as cabeças dos homens são muito maiores e em consequência, eles têm mais cérebro e prudência que as mulheres (DELUMEAU, 2009, p. 501).

As mulheres foram proibidas de ocupar funções públicas, como juíza ou advogada. Um decreto de 1687 as proibiu de serem professoras primárias de meninos: seria “indecente”. Alguns tribunais admitiam que o testemunho de um homem valia pelo de duas mulheres. Jean Bodin, citando uma lei de Veneza, assegurava que os testemunhos das mulheres eram “sempre menos confiáveis do que os dos homens” (DELUMEAU, 2009, p. 502)

O renascimento do direito romano, a escalada do absolutismo monárquico e a ação conjunta dos três discursos “oficiais”, apoiando-se um no outro, agravaram, no início da Idade Moderna a situação jurídica da mulher casada, aumentando, significativamente, o controle do marido sobre os atos jurídicos da esposa (DELUMEAU, 2009, p. 505).

O direito e o sistema judicial devem ser vistos como procedimentos de sujeição, que eles desencadeiam, e não como uma legitimidade a ser estabelecida.

Como ensina Foucault (2016), a questão é examinar como a punição e o poder de punir materializa-se nas instituições; é “estudar o poder em sua face externa”, na extremidade cada vez menos jurídica, para então compreender como os súditos se constituíram. Ou seja, a partir de quais mecanismos, técnicas e leis se deu a “sujeição enquanto constituição dos sujeitos”, para “captar a instância material da sujeição” (FOUCAULT, 2016, p. 282-283).

3.2 PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES E A FUNÇÃO DO SISTEMA PENAL NO CAPITALISMO

O Estado moderno é o legado das revoluções burguesas. Não houve Estado antigo da mesma forma como não houve Estado medieval. O Estado é a materialização dos discursos de poder da classe burguesa, que ascendeu politicamente e passou a controlar os meios de produção. Foi revolucionária até obter o controle e uma vez que “chegou lá”, todo seu empenho foi direcionado à conservação desse estado de coisas. Conservar implica conter as massas, conter o povo e sua demanda por direitos, por transformação. E o direito é a forma jurídica do Estado capitalista burguês.⁴⁵

Neste sentido, o sistema penal é o principal braço do capitalismo na submissão da força de trabalho aos critérios da lógica de mercado. É um dos agentes de maior expressão na gestão da demanda por postos de trabalho e na submissão da venda da força de trabalho a preços vis. Atua como uma espécie de regulador, que se recolhe ou se expande conforme a conjuntura demande. No caso do sistema prisional feminino, ele ainda imprime sobre as mulheres não apenas a marca dos desvios às normas, mas também, e de maneira indelével, a marca de uma sociedade misógina, sexista, racista, que as julga, condena e pune, também e principalmente, por serem mulheres que

45 “Estado na perspectiva teórica de Pachukanis, indissociavelmente é uma etapa capitalista, burguesa. A ruptura com o Estado e com o direito talvez seja um dos mais marcantes dísticos da perspectiva de Pachukanis. Toda insistência em um direito proletário, em um direito revolucionário, ou é do momento revolucionário – portanto fadado a um breve fim – ou é meramente reformista”. Para isso, conferir Mascaro (2016, p. 418). “O Estado jurídico é uma miragem que muito convém à burguesia, uma vez que substitui a ideologia religiosa em decomposição e esconde aos olhos das massas a realidade do domínio da burguesia. A ideologia do Estado jurídico convém ainda mais do que a ideologia religiosa porque ela não reflete completamente a realidade objetiva ainda que se apoie nela. A autoridade como ‘vontade geral’, como ‘força do direito’ concretiza-se na sociedade burguesa na medida em que esta representa um mercado. De acordo com este ponto de vista, os regulamentos de polícia também podem ser concebidos como a encarnação da ideia kantiana da liberdade limitada pela liberdade de outrem”, para isso conferir Pachukanis (1988, p. 100).

ousaram transgredir a barreira moral do lugar da vítima. Uma vez capturadas pelo sistema são enquadradas e punidas pelo estado de exceção – que confirma a regra⁴⁶. O sistema prisional “reflete e consolida ainda mais a estrutura de gênero da sociedade como um todo” (DAVIS, 2018, p. 66).

A punição masculina estava ligada ideologicamente à penitência e à reforma. A própria perda de direitos e liberdades implicava que, por meio da reflexão, do estudo religioso e do trabalho, condenados do sexo masculino poderiam alcançar a redenção e recuperar esses direitos e liberdades. No entanto, uma vez que não se considerava que as mulheres estivessem seguramente em posse desses direitos, elas não estavam aptas a participar desse processo de redenção.

De acordo com os pontos de vista dominantes, as mulheres condenadas eram irremediavelmente perdidas, sem possibilidades de salvação. Ao passo que os criminosos do sexo masculino eram considerados indivíduos que tinham simplesmente violado o contrato social, as criminosas eram vistas como mulheres que tinham transgredido princípios morais fundamentais da condição feminina. (DAVIS, 2018, p. 75-76)

A inserção das mulheres no sistema prisional demandou do Estado burguês medidas específicas que incluíram um projeto arquitetônico específico que substituísse as celas por pequenas casas de modo a domesticá-las para o espaço da vida privada familiar, reintegrando-as ao que seria o modelo de vida estabelecido pelo poder punitivo patriarcal, capitalista e burguês, como esposas e/ou criadas, a depender da classe e da raça a qual faziam parte. Depois da libertação seus destinos estavam traçados: o lar.

O sistema penal é androcêntrico, e só residualmente feminino. Isto porque, historicamente, para este sistema, a mulher só poderia ser inserida como vítima. O sistema penal opera o controle social sobre os homens. O mecanismo de controle social das mulheres é outro. Reside na família, na esfera privada, nas figuras do pai, padrasto, marido, companheiros, e num consórcio estabelecido com as escolas, a religião e a moral (ANDRADE, 2012, p. 145). O sistema penal, portanto, incorporou o *modus operandi* “necessário” ao controle social das mulheres presas, trazendo para dentro do sistema a régua que estrutura e organiza a sociedade patriarcal. A mulher presa continua sendo

46 Foi Carl Shmitt (1888-1985) quem, através de sua Teoria do Decisionismo, postulou que o fenômeno jurídico está intimamente ligado às manifestações do poder. Para o autor “o direito não é compreendido como uma processualidade formal e automática [...]. Pelo contrário, o direito é compreendido como decisão independente das normas, como ato que instaura uma condição que não haveria de outro modo”. Para isso, conferir Mascaro (2016, p. 362).

punida dentro do cárcere por questões de ordem moral o que se expressa na baixíssima presença de seus companheiros, maridos ou namorados nos dias de visita, bem como na de seus familiares. A mulher presa recebe bem menos visitas. É isolada. Muitas presas grávidas dão à luz em solitárias, algemadas e não ficam com seus bebês pelo período que a lei autoriza por ausência de condições mínimas para que isso aconteça.

Os espaços específicos para exercício da maternidade são excepcionais e localizados somente em algumas capitais brasileiras, não atingindo a população prisional de forma geral. Ainda assim, mesmo os estabelecimentos considerados modelos têm falhas estruturais e conjunturais que nos permitem afirmar que o exercício da maternidade de mulheres presas nos diversos contextos brasileiros é precário. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015, p. 77)

O controle social que o patriarcado exerce sobre a mulher se expressa enquanto controle sobre a sexualidade. E aí opera a seletividade do sistema para separar as mulheres em vítimas (honestas, do ponto de vista da moral sexual dominante) e não vítimas (desonestas, das quais a prostituta é o símbolo maior) (ANDRADE, 2012, p. 146-7). Estas são relegadas pelo sistema e sobre elas se impõe a mão do poder patriarcal do Estado. Veja que a régua utilizada para a criminalização das mulheres reside no aparato moral, a partir do paradigma Maria (mãe de Jesus) e Eva (culpada pela saída do paraíso, que teria levado o homem para o “mau caminho”).

O sistema penal, portanto, reproduz a estrutura da sociedade, integra o controle informal de mercado, reforçando o controle capitalista e as opressões de classe, raça e gênero. Além disso, imprime sobre as mulheres criminalizadas uma etiqueta que vai além da condenação pela quebra do pacto social, as condenando, também, pela subversão à condição de vítima preferencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três pesquisas aqui apresentadas, de maneira sintética, se dispuseram a investigar as iniciativas institucionais que mobilizaram o vocabulário de promoção à cultura de direitos humanos. Apesar das diferentes instituições analisadas e dos repertórios igualmente distintos, seus objetos orbitam em torno do Estado e do sistema capitalista, como o capitalismo impõe limites ao Estado de direito e como os poderes são exercidos. As três pesquisas mantêm

entre si uma relação dialógica no que concerne ao uso do dispositivo do direito penal e do sistema penal para sustentar seus processos decisórios e suas atividades institucionais.

Desse modo, a proposta apresentada foi observar o modo como as temáticas se apresentam, tais como se externalizam, e a partir daí promover uma reflexão sobre as práticas institucionais que visam a expansão da cultura de direitos humanos, mas que ao mesmo tempo incorporam em suas práticas recursos clássicos do direito penal e da justiça criminal. Esse debate, que não se esgota aqui, evidentemente, propõe analisar também os alcances, as contribuições e os efeitos que tais práticas têm produzido socialmente e o quanto correspondem, em escala menor, à própria sociedade, reproduzindo as contradições e os paradoxos que a constituem.

Por fim, o capítulo sugere, a título de contribuição, a necessidade de ultrapassar o uso dos recursos de dispositivos de direito penal, e, ao mesmo tempo, se pergunta sobre esses alcances, se eles estão conectados com os propósitos iniciais de intensificação da cultura de direitos humanos. Esta discussão, no entanto, não acontece no vácuo. O chão teórico de onde ela parte é a realidade brasileira, suas especificidades históricas e conjunturais que forjam o Estado burguês brasileiro e imprimem os limites de um capitalismo periférico, dependente, no núcleo de suas instituições e de suas práticas oficiais e não oficiais.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. **Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação**. Introdução à Comissão de Anistia: manual de orientação. Secretaria Executiva, dez. 2011, p. 14-54.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des) ilusão**. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19.

BISSET, Alison. **Truth Commissions and Criminal Court**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013.

BLACKBURN, Robin. Reclaiming human rights. **New Left Review**, n. 69, 2011, p. 115-127.

BRASIL. Ministério da Educação. Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC. 2020. Disponível em: <http://escolacivicomilitar>.

mec.gov.br/noticias-lista/72-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. GTJT. **Crimes da Ditadura Militar**: série relatórios de atuação, 2. Brasília, 2017.

BRASIL. Diário Oficial da União. Decreto 10.004 de 05 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares**, 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/legislacao-lista>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CALDAS, Caroline Soares de Andrade. **Nada mais que a verdade? Um mapeamento da experiência de justiça de transição brasileira**. 2016. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

CAMPOREZ, Patrick. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos. **Revista Época**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CUNHA, Carolina. **Educação – Número de escolas públicas militarizadas cresce no Brasil**. UOL, 2019. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/educacao---numero-de-escolas-publicas-militarizadas-cresce-no-brasil.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DALY, Erin. Truth skepticism: an inquiry into the value of truth in time of transition. *The international journal of transitional justice*. **Oxford University Press**, v. 2, n. 1, 2008, p. 23-41.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ELSTER, Jon. **Closing the books**: Transitional justice in historical perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Supervisão final de texto: Léa Porto de Abreu Novaes. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 58º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOIÁS. Polícia Militar do estado de Goiás. **Regimento escolar**. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/wp-content/uploads/2018/05/document.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GRAVIA, Geovana. Quinze estados e o DF aderem ao modelo das escolas cívico-militares. **G1 – educação**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/01/quinze-estados-e-o-df-aderem-ao-modelo-das-escolas-civico-militar.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GUILHOT, Nicolas; SCHMITTER, Philippe. De la transition à la consolidation: une lecture rétrospective des democratization studies. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 50, n. 4-5, p. 615-631, août-oct, 2000.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos Humanos e Democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, p. 1-18, 2018.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUNTINGTON, Samuel. **The third wave**: democratization in the late twentieth century. Oklahoma: Oklahoma University Press, 1991.

IGNATIEFF, Michael. **Human Rights as politics and idolatry**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

JOAS, Hans. **A sacralidade da pessoa**: nova genealogia dos direitos humanos. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

KELLY, Patrick William. “Magic Words”: The advent of transnational human rights activism in Latin America’s southern cone in the long 1970s. *In*: ECKEL, Jan.; MOYN, Samuel. (org.). **The Breakthrough: Human Rights in the 1970s**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

KERCHE, Fábio. O Ministério Público no Brasil: relevância, características e uma agenda para o futuro. **Revista USP**, n. 101, p. 113-120, mar./abr./maio, 2014.

KERCHE, Fábio. **Virtudes e limites**: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil. São Paulo: Edusp, 2009.

LEFRANC, Sandrine. **La justice transitionnelle n’est pas un concept**. *Mouvements*, n. 53, p. 61-69, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mouvements-2008-1-page-61.htm>. Acesso em: dezembro 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira. O direito romano e seu ressurgimento no final da Idade Média. *In*: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

MARX, Ivan Claudio. **Justiça de transição**: necessidade e factibilidade da punição aos crimes da ditadura. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista**: novos paradigmas. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

MEZAROBBA, Glenda. **Entre reparações, meias verdades e impunidade**: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 7, n. 13, p. 7-25, dez., 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL). Dar a luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Brasília: Ministério da Justiça/ Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL), Ipea, 2015.

MOYN, Samuel. **The last utopia**: Human Rights in history. Massachusetts, EUA: Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

MOYN, Samuel. **Christian Human Rights**. Philadelphia, EUA: University of Pennsylvania Press, 2015.

OSMO, Carla. **Judicialização da justiça de transição na América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, v. 1, 134p., 2016.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PEREIRA, Anthony. **Brazil's truth commission**: opportunities and risks. *In*: PIOVESAN, Flávia Piovesan.; SOARES, Inês. (org.). **Direitos Humanos atual**. São Paulo: Elsevier Editora, 2014.

PIRES, Álvaro P. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. **Novos Tempos**, São Paulo, n. 68, p. 39-60, mar., 2004.

POSSAS, Mariana T. **Systeme d'idées et création de lois criminelles**: le cas de la loi contre la torture au Brésil. Tese (doutorado). Ottawa: Universidade de Ottawa, Departamento de Criminologia, 2009.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. **Jornal Le Diplomatique** Setembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-militarizacao-das-escolas-publicas/>. Acesso: 12 nov. 2020

ROTBURG, Robert. Truth commissions and the provision of truth, justice, and reconciliation. *In*: ROTBERG, Robert.; Thompson, Dennis. (org.). **Truth versus Justice**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

SADEK, Maria Tereza. **Cidadania e ministério público**. In: SADEK, Maria Tereza. (org.). SANCHES FILHO, Alvino Oliveira, *et al.* Justiça e cidadania no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. p. 3-22. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SASSINE, Vinicius. **MPF: 45 novos crimes de militares são investigados**. O Globo, Rio de Janeiro, 04 out. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/mpf-45-novos-crimes-de-militares-sao-investigados-17684722>. Acesso em: 04 jun. 2019.

SIKKINK, Kathryn. **The justice cascade**: how human rights prosecutions are changing world politics. New York, NY: W.W. Norton & Company, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Introdução: Teorias do currículo o que é isso? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TEITEL, Ruti. **Transitional Justice**. New York: Oxford University Press, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck *et al.* **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. [1999]. 2ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VITULLO, Gabriel. Transitologia, consolidologia e democracia na américa latina: uma revisão crítica. **Revista de sociologia e política**, n. 17, p. 53-60. nov, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a05n17.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

WEICHERT, Marlon. Justiça Transicional. In: WEICHERT, Marlon. **Para entender direito**. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FORMAIS NA FORMAÇÃO DA AGENDA EM POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: A TRAJETÓRIA DAS UPPs.

Patricia de Oliveira Burlamaqui

INTRODUÇÃO

A formação da agenda de políticas públicas é uma fase do processo político no qual atores relevantes definem, entre diversas alternativas, problemas e soluções que poderão merecer ações do governo. Essa fase, analiticamente, precede as demais: a implementação, o monitoramento e avaliação. Dada sua relevância, diversas abordagens teóricas foram elaboradas ou adaptadas para estudá-la, como a teoria de múltiplos fluxos, o equilíbrio pontuado e teoria da difusão, por exemplo.

A despeito de diferenças entre essas abordagens, elas compartilham uma orientação mais ampla da teoria institucional, chamando a atenção para pelo menos dois aspectos: a dificuldade da mudança ou inovação institucional e a relevância da ação individual ou coletiva (coalizões de defesa, grupos de pressão, burocratas, especialistas etc.) sob oportunidades e restrições de regras formais e informais vigentes (PIERSON, 2004; THELEN; MAHONEY, 2010; IMMERGUT, 1992). No entanto, estudos recentes chamam a atenção para o fato de a abordagem teórica como o modelo de múltiplos fluxos negligenciar, ou subestimar, a política formal vigente, ou seja, a configuração do sistema político, com suas regras e atores (ZOHLNHOFER; HERWEG; HUB, 2015).

Nesse sentido, há um recente esforço de preencher essa lacuna e acrescentar as características da política formal ao arcabouço teórico da formação da agenda. O *objetivo* deste trabalho foi de investigar se a dinâmica política democrática teve impacto na formação da agenda da segurança pública do Rio de Janeiro e explica a entrada nessa agenda da política de pacificação no Rio de Janeiro, que mescla atuações preventivas – policiamento comunitário – e repressivas – retorno de território. Especificamente, buscou verificar se:

1 – O ciclo eleitoral definiu a agenda da segurança pública.

2 – A coalizão político partidária entre o PMDB e PT e o alinhamento político entre os entes federados foi importante para definir o tipo de estratégia e o programa político na área de segurança pública no governo de Sérgio Cabral.

3 – O apoio do Governo Federal foi importante na mudança na agenda governamental da área de segurança pública no governo de Sérgio Cabral, mesmo sendo um assunto de competência dos estados.

A *hipótese* geral do trabalho foi que a dinâmica e as características da política democrática vigente influenciaram o escopo daquilo considerado problemático e que, portanto, terá atenção do governo e as alternativas para resolvê-lo, e contribuir, dessa forma, para as diferentes soluções concretas apresentadas. De forma mais objetiva, o trabalho observou as seguintes dimensões da política na formulação do problema e suas soluções possíveis: 1) o ciclo eleitoral; 2) as coalizões políticas partidárias; 3) os alinhamentos políticos entre entes federados.

O problema da segurança pública no Rio de Janeiro é um tema que ocupa a agenda governamental a mais de trinta anos. É um tema de bastante disputa em todas as eleições governamentais. A política de pacificação, mais conhecida como a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é uma solução/alternativa que tem uma formulação definida e atores dispostos a difundir-la. Ela incorpora ações mais ou menos preventivas e repressivas (SAPORI, 2007). A sua elaboração mais concreta pode ser concebida como uma disputa entre alternativas que dividem opiniões de especialistas e do público em geral (BURLAMAQUI, 2017, 2020; GOMES; BURLAMAQUI, 2016).

A proposta deste trabalho é contribuir para a literatura e chamar atenção da importância de incorporar nos estudos da formação da agenda a política formal. Nesse sentido, compreender como as instituições formais afetam a agenda de políticas públicas. A partir desse estudo de caso é possível perceber que a mudança de governo e a liderança política foram fatores relevantes para

a abertura da janela de oportunidade e entrada de um problema na agenda, porém insuficiente para explicar a escolha da solução selecionada. Esse estudo revela que a teoria de múltiplos fluxos pode ser reformulada a partir da incorporação sistemática, nessa abordagem, das instituições políticas formais tal como indicado por Zohlnhofer, Herweg e Hub (2015).

O trabalho está dividido da seguinte forma: a primeira seção apresenta revisão teórica sobre formação da agenda em políticas públicas e sua relação com a política formal. Fica ressaltado que a abordagem teórica adotada nesse artigo é o modelo de múltiplos fluxos. A segunda seção trata do estudo de caso sobre a trajetória da UPP. A terceira e última seção revela os achados dessa pesquisa.

1. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE PROCESSO DE FORMAÇÃO DE AGENDA

Os estudos sobre o processo de formação da agenda de políticas públicas, em geral, procuram explicar como problemas e possíveis soluções ganham ou não atenção dos governos.

Os estudos sobre o tema remontam à década de 1960. Desde então, diversas abordagens teóricas e estudos empíricos específicos foram elaborados. Nos anos 1960 e 1970, a literatura predominantemente ressaltava a importância dos atores individuais e coletivos na formação de agenda, dando pouca ênfase aos aspectos estruturais ou institucionais vigentes. Um dos primeiros autores a chamar a atenção para isso foi Schattschneider (1960). Segundo o autor, a formação da agenda é conflituosa, certos grupos dominam o jogo político e acabam por determinar quais os temas e possíveis alternativas entrarão na agenda de políticas públicas. A expansão da agenda irá depender do escopo do conflito. Ou seja, do quanto um dado grupo irá mobilizar a opinião pública e chamar atenção das autoridades públicas para a resolução de um problema. Isto foi denominado pelo autor de “mobilização de viés”.

Seguindo essa linha, Bachrach e Baratz (1962) chamaram atenção para o fato que é preciso entender também a não decisão. Os atores se mobilizam não apenas para influenciar o processo de tomada de decisão, mas também para limitar ou ampliar o que entra nesse processo. O viés do que entra ou não na agenda pública. Isto quer dizer que a não decisão sugere que os elaboradores de políticas detêm o poder e tenham capacidade de manter certos temas fora da agenda que controlam.

Cobb e Elder (1995), nos anos 1970 vão além da questão dos vieses levantados pelos autores acima e se preocuparam em compreender de forma mais detalhada como as questões são geradas e como elas entram na agenda de políticas públicas. Chamam a atenção para a importância da relação entre atores políticos e o público em geral e, também, já incorporando aspectos institucionais. Para eles, era preciso que agentes políticos e sociais, denominados pelos autores como “detonadores”, fossem capazes de inserir o assunto na agenda de política pública e converter em questão ou assunto a ser resolvido. Para eles, a formação da agenda pode ser gerada por eventos conjunturais dos mais diversos que envolvem questão de segurança (motins em presídios, ônibus queimados por traficantes de drogas etc.), questão econômica (queda da bolsa de valores etc.); questão política (denúncias de corrupção), etc.

Para Cobb e Elder, a agenda pode ser dividida analiticamente em: 1) a agenda sistêmica, quando uma questão estaria em discussão dentro da sociedade e gerando uma preocupação compartilhada pela população de que tal questão seria merecedora de uma ação por parte das autoridades públicas, com objetivo de resolver tal problema; 2) a agenda institucional, diz respeito a alguns itens que integram a responsabilidade cotidiana da autoridade pública, englobaria questões como pagamentos, processo orçamentário, processos burocráticos, decisões sobre tarifas, taxas, etc. Segundo eles, o conteúdo de uma agenda tenderá a refletir a distribuição estrutural e institucional dos atores sociais e políticos, segundo a diferença de recursos e posições entre eles. Os atores que mais influenciam o conteúdo da agenda são os partidos políticos, grupos de pressão e a mídia. Já o acesso desses grupos à autoridade pública se relaciona com identificação entre os grupos e agentes do governo; recursos e poder de mobilização dos grupos (sindicatos, associações etc); posição estratégica dos grupos na estrutura social e econômica (empresários, agricultores, igrejas etc.).

Essa literatura foi importante para influenciar abordagens teóricas específicas para analisar o processo de agenda de políticas públicas elaboradas a partir dos anos 1990. Uma abordagem importante, nesse sentido, foi a denominada “equilíbrio pontuado” desenvolvida por Baumgartner e Jones (1993). Os autores afirmam que quando certos grupos poderosos perdem o controle da agenda, outro grupo ganha espaço, podendo assim, inserir novas questões e interpretações sobre possíveis alternativas a solução de um dado problema na agenda de políticas públicas. Isto porque o “monopólio de políticas” (*policy monopolies*) foi quebrado, e novos atores passaram a controlar tanto o

entendimento sobre um dado problema, quanto a capacidade de solucioná-lo. Sendo assim, é possível mudar a agenda de políticas públicas.

Nessa linha explicativa, Frances Berry e Willian Berry (2014) procuram explicar como os governos adotam novos programas e, conseqüentemente, isso acaba gerando uma mudança institucional por inovação. A partir disso, mostram como um novo tema entra na agenda de políticas públicas de um dado país e, ao mesmo tempo, este é difundido em vários outros países. Nesse sentido, os autores chamam atenção para o papel das ideias na difusão de novos temas. Essa abordagem foi denominada por eles de “teoria da difusão”. Sendo assim, essa difusão de ideias poderá ocorrer por aprendizado (informação da efetividade da política pública adotada), imitação (independente da efetividade da política, simplesmente, porque o país de origem tem uma boa reputação), *normative pressure* (adota porque outros países adotaram e/ou porque divide normas e crenças parecidas), competição (custos e benefícios de adotar essa nova política) e coerção (quando um governo A incentiva e/ou força o governo B a adotar essa política).

Uma outra abordagem teórica bastante difundida nos estudos de formação de agenda é o Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon (2003), que buscou investigar os motivos pelos quais as agendas governamentais são formuladas e alteradas. Segundo o autor, isto seria resultado de três fluxos independentes, mas interrelacionados: “problema”, “alternativa” e “política”.

O “problema” (fluxo) estaria relacionado em como as condições problemáticas são percebidas pelas autoridades públicas e merecem atenção dos governos como algo a ser enfrentado com uma solução de política pública. Segundo Kingdon (2003), indicadores (taxa de criminalidade, analfabetismo etc.), eventos focalizados (desastres ambientais, atos de violência) e feedback de outras políticas podem chamar atenção para a gravidade de um problema a ser enfrentado. Mas, para que tal problema seja resolvido, seria preciso ter alternativas (fluxo) para solucionar tal problema. No caso, essas respostas alternativas seriam produzidas por especialistas responsáveis pela realização de diagnósticos a respeito da condição problemática e pela formulação de alternativas para a sua resolução. Kingdon (2003), alerta que esse diagnóstico técnico não estaria separado dos conjuntos de valores e crenças sociais e argumentando que as diversas comunidades (acadêmica, científica, política etc.) buscam promover suas ideias e interpretações e, isto, tem que ser levado em conta nas análises de processo de formação da agenda. Nesse sentido, ideias

podem tanto ser promovidas, quanto restringir a entrada de um problema e alternativas de solução na agenda formal.

A política (fluxo) é considerada por Kingdon (2003) o fluxo mais importante, aquele que de fato pode mudar o rumo político e produzir ou limitar as políticas públicas. O autor destaca quatro elementos: 1) o “humor” da opinião pública; 2) forças políticas organizadas: partidos, grupos de pressão, e outros; 3) mudanças no governo, tanto aquela que ocorre nos cargos eletivos de tempos em tempos, quanto de competência/pessoal e jurisdição dentro do governo; 4) construção de consenso: negociações, adesões e intercâmbios. A construção de consenso dentro do governo é fundamental para que uma determinada questão entre ou não dentro da agenda governamental.

Segundo Kingdon (2003), quando esses três fluxos interagem entre si há uma grande probabilidade de ocorrer mudanças na agenda governamental. Ou seja, quando uma dada questão é reconhecida como um problema, há uma mobilização de apoio da comunidade para resolvê-la, e apoio político dentro do governo significa que existe uma grande chance que a agenda de política pública seja reconfigurada. Kingdon (2003) chama isso de “janela de oportunidade”. No entanto, é preciso um “empresário político”, a liderança política que irá conduzir a alteração da agenda. Essa combinação de fatores é importante, mas a liderança política é uma condição necessária para a condução da agenda.

Apesar do modelo de Múltiplos Fluxos – dentre as diversas abordagens que tentam explicar a formação da agenda – ser o mais bem elaborado e que tenta abarcar todos os conflitos e ambiguidades (ZAHARIADIS, 2003) do processo de formação da agenda, ele não aborda de forma detalhada a dinâmica política. Recentemente existem propostas mais concretas de trazer de volta a política formal aos estudos de formação de agenda. O trabalho de Zohlnhofer, Herweg e Hub (2015) é um exemplo de trabalho que procura inserir a política formal no modelo de múltiplos fluxos. Eles propõem estender o modelo de múltiplos fluxos até a tomada de decisão. Essa proposta de ampliar o escopo do modelo, também, foi feita por Zahariadis (2003). Entretanto, diferentemente desse autor, eles propõem diferenciar os dois processos acoplados, um para cada estágio. O primeiro processo é o de estabelecimento da agenda. Ou seja, quando uma questão é reconhecida como um problema e propostas para solucionarem entram na agenda governamental. O segundo é o processo de tomada de decisão em que uma alternativa foi selecionada. Nessa etapa cabe explicar como o “empresário político” ganhou o apoio majoritário para que

o seu projeto fosse adotado e, assim, revelam três estratégias utilizada por ele: concessão (como por exemplo poder modificar o projeto original para que o mesmo seja compatível com a ideologia dos atores relevantes), *package deal* (ao incluir outros projetos ao original, colocando tudo dentro de um pacote de reformas) e manipulação (processo de convencimento dos *policy makers* e/ou público em geral sobre a existência de um problema que deve ser solucionado por tal solução). Nesse caso, não apenas os atores, mas também, as instituições políticas ganham relevância nesse modelo explicativo. Os autores acreditam que com essa reformulação é possível apreender como as instituições formais afetam esses dois processos, assim como, diferenciar como a dinâmica do estabelecimento da agenda impacta no processo decisório.

2. FORMAÇÃO DA AGENDA DAS UPPS

O PMDB nos seus governos estaduais no Rio de Janeiro⁴⁷ sempre adotou políticas repressivas na área de segurança pública. Na campanha ao governo do Estado em 2006, o então pré-candidato, Sérgio Cabral Filho dizia que a área de segurança pública seria prioridade em seu governo e o tópico mais importante era o enfrentamento da violência, neste caso, fortemente identificada, pelo documento, como resultado do tráfico de drogas e de armas. Segundo o documento, quadrilhas de tráfico de drogas mantinham o seu poder econômico e territorial em áreas favelizadas da cidade e, ainda, eram responsáveis por uma série de crimes praticados no estado, tais como: homicídios, tráfico de armas e drogas, corrupção de menores, roubo e furto de veículos. Nesse Plano de Governo (CABRAL FILHO, 2006), o futuro governador prometia, para enfrentar esse problema, investir na melhoria do braço armado do estado, BOPE – Batalhão de Operações Especiais da PMERJ e CORE – Coordenadoria de Operações Especiais da Polícia Civil, e, também, na repressão ao tráfico de drogas com a prisão de seus líderes, bens, armas e drogas. Após assumir o governo do Estado, manteve por quase dois anos uma política de “enfrentamento” ao tráfico de drogas no estado (BURLAMAQUI, 2017).

47 O primeiro governador do PMDB no Rio de Janeiro, após a volta às eleições diretas a governador, foi Wellington Moreira Franco (1987-1991) ganhou as eleições dizendo que acabaria com a violência do Rio de Janeiro em 100 dias. Rosinha Garotinho ganhou as eleições em 1999 o cargo de governadora do Estado do Rio de Janeiro pelo PSB (2000-2004), mas em 2004 deixou o PSB e foi para o PMDB (2004-2009).

Entretanto, em janeiro de 2009 lançou as Unidades de Polícia pacificadora – UPPs, posteriormente, nomeada de política de pacificação, que mesclava atuação repressiva – retorno de território – e atuação preventiva – policiamento comunitário – e mais próximo de políticas públicas de segurança adotadas pelo Ministério da Justiça do governo federal. Até que ponto a política formal influenciou o rumo de mudança na agenda da segurança pública no estado do Rio de Janeiro? Trataremos dessa questão nessa seção.

2.1 Novos atores e novas alianças

Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula contava com apoio de uma coalizão de doze partidos – PT, PMDB, PRB, PCdoB, PSB, PP, PR, PTB, PV, PDT, PAN e PSC – e mais três partidos – PT do B, PMN e PHS – que faziam parte da base de apoio do governo no Congresso. Até as eleições de 2002 o PT (Partido dos Trabalhadores) e PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) eram partidos opositores. Mas, se tornaram aliados e disputaram juntos as eleições ao cargo de presidente em 2002 formando uma chapa PT/PMDB e, respectivamente, para o cargo de presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e para o de vice-presidente José Alencar Gomes da Silva⁴⁸.

Vale destacar aqui algumas características dos dois partidos principais dessa coligação. O PT (Partido dos Trabalhadores) é um partido homogêneo, criado em 1980 e considerado como único partido político brasileiro cujo processo de formação se assemelhou ao processo de formação dos partidos de orientação social-democrata que surgiram na Europa no início do século passado. De fato, o PT foi originalmente composto por líderes sindicais, organizações marxistas e católicos progressistas. Além de trabalhadores sindicalizados, o PT, também, contava com a adesão de estudantes e profissionais liberais que compunham as diversas organizações marxistas (entre elas: Movimento de Emancipação do Proletariado, Convergência Socialista, Centelha, Liberdade e Luta, Avançar na Luta) e um amplo setor social de baixa renda formado por moradores de bairros populares, trabalhadores rurais e moradores de pequenos municípios (KATZ; MAIR, 1995). Já o PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro), partido heterogêneo formado a partir da reintrodução do pluripartidarismo no Brasil, Lei de Reforma Partidária (Lei n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979). Isto provocou a extinção das siglas

48 Os dois governaram o país de 2003 a 2010.

Arena (Aliança Renovadora Nacional) que foi substituída pela PDS (Partido Democrático Social) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) desmembrou-se em dois partidos, PMDB⁴⁹ (Partido Movimento Democrático Brasileiro) e o PP (Partido Popular).

Em 2004, Anthony Garotinho, que era presidente do PMDB do Rio de Janeiro,⁵⁰ junto com a sua esposa e então governadora Rosinha Garotinho e movimentaram dentro do partido uma declarada oposição ao presidente Lula. O objetivo de Garotinho era que o PMDB lançasse um candidato próprio ao cargo de presidente nas eleições de 2006, no caso, ele mesmo (SILVEIRA, 2004). Entretanto, Garotinho perdeu força interna e não conseguiu se eleger a presidente pelo PMDB, pois o partido decidiu não lançar candidatura própria e apoiar o presidente Lula à reeleição.

Nesse mesmo período, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE decretou ilegível a candidatura de Rosinha Garotinho à reeleição ao governo do estado do Rio de Janeiro. Com a ilegitimidade de sua candidatura, o casal Garotinho apoiou o candidato Sérgio Cabral Filho para disputar o cargo de governador do estado pelo PMDB (FREIRE; MENEZES, 2006; GOMIDES; TORRES, 2006). Na época que Garotinho⁵¹ foi governador recebeu apoio de Cabral, então deputado federal pelo PMDB e Presidente da Assembleia Legislativa. Da mesma forma, Garotinho apoiou a candidatura de Cabral para o Senado em 2002. Eles eram velhos aliados políticos.

Sérgio Cabral tornou-se o pré-candidato ao cargo de governador nas eleições de 2006. No segundo turno, disputou com a deputada federal Denise Frossard (PPS) e, nesse momento, declarou apoio à reeleição de Lula e prometeu mais integração entre os municípios, estados e governo federal. Em seguida formalizou uma aliança com o PT e o presidente Lula (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006). Cabral que manteve a liderança durante todo o primeiro e segundo turno venceu as eleições sem dificuldade. Após a vitória afirmou que o seu governo seria de conciliação e costurou uma aliança do PMDB estadual do Rio de Janeiro com o PT (O GLOBO, 2006f). Posteriormente, quando Cabral assumiu o governo do estado, Garotinho foi perdendo

49 Em 2017, o PMDB foi renomeado MDB novamente.

50 Garotinho foi presidente do PMDB-RJ de 2003 até junho de 2009. Após a sua saída, o então presidente da Alerj, Jorge Picciani, é nomeado presidente do PMDB-RJ.

51 Garotinho trocou de partido por diversas vezes ao longo de sua carreira política. Quando se candidatou e venceu as eleições de 1998 para governador do estado do Rio de Janeiro era filiado ao PDT. Ele saiu do PDT em 2000 por divergência com Brizola e foi para o PSB. Em 2003 se filiou ao PMDB. Atualmente é filiado ao PRP.

força interna no diretório do partido no Rio de Janeiro. O ápice da disputa de poder entre os dois aconteceu quando Cabral trouxe Eduardo Paes para o PMDB e o apoiou a sua candidatura a Prefeito da cidade do Rio de Janeiro (FOLHA DE PAULO, 2007; ESTADÃO, 2007). Garotinho, então presidente do PMDB-RJ tentou barrar a candidatura de Paes, mas não conseguiu. Paes não só se candidatou como ganhou as eleições de 2008. Garotinho cada vez mais enfraquecido decidiu sair do PMDB em 2009.

2.2 Crise da segurança pública, operação alemão e o Pronasci

Após a vitória nas urnas, Cabral manteve o discurso de conciliação e integração com os governos federal e municipais do estado e nomeou para a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESEG o delegado José Mariano Beltrame, que tinha sido indicado pelo então secretário da SENASP o delegado Luiz Fernando Corrêa (CORRÊA, DUARTE, BORRI, 2017). Os atores do Ministério da Justiça esperavam que com a entrada de Beltrame na SESEG houvesse um alinhamento entre os governos na área de segurança pública (ABRAMOVAY, 2018). Beltrame, por sua vez, antes mesmo de assumir o cargo prometeu que investiria em inteligência policial, política técnica e que buscaria conhecer iniciativas fora ou dentro do país que foram efetivas na redução da criminalidade (GOULART; MAGALHÃES, 2006). Apesar de ainda não haver clareza que tipo de política pública de segurança seria formulada pelo seu governo (BURLAMAQUI, 2017, 2020). Nesse período, o futuro secretário chegou a visitar Bogotá (Colômbia), com o objetivo de conhecer as iniciativas que fizeram com que houvesse uma alta redução na criminalidade na cidade (GOULART; MAGALHÃES, 2006). Portanto, havia indícios que a área de segurança pública de fato seria prioridade no governo Cabral e, conseqüentemente, percebia-se uma possível abertura de uma “janela de oportunidade” para mudanças na área (KINGDON, 2003).

No entanto, os acontecimentos dias antes de sua posse definiram como o governo Cabral atuaria na área de segurança pública. Na madrugada do dia 28 de dezembro dois ônibus foram incendiados por bandidos na alça que liga a rodovia Washington Luiz à Avenida Brasil. Nesse dia, ao contrário das outras vezes que transportes públicos foram incendiados no Rio, não houve tempo hábil para que todos os passageiros saíssem dos ônibus e, conseqüentemente, dois passageiros acabaram morrendo queimados e mais de quatro ficaram gravemente feridos. Nesse mesmo dia, delegacias e cabines da polícia foram

atacadas, assim como, o comércio. Os jornais chegaram a anunciar 15 ataques, 18 mortos e 23 feridos (DUTRA, 2006; O GLOBO, 2006c, BBC NEWS, 2006).

No dia seguinte, surgiram uma série de especulações no jornal que o ataque teria sido ordenado pelo traficante preso Marcinho VP, da facção criminosa Comando Vermelho, que controlava o tráfico do Complexo do Alemão. Segundo as notícias da época, o traficante teria mandado um recado para milícia, queria deixar claro o que aconteceria caso eles tentassem invadir as favelas do Complexo do Alemão (O GLOBO, 2006a-d). Em resposta, Cabral afirmou que não toleraria esse tipo de coisa em seu governo e que ao tomar posse, se fosse preciso, solicitaria a Força Nacional de Segurança Pública ao presidente Lula e enfrentaria os traficantes e os tiraria das favelas (O GLOBO, 2006d).

Em discurso de posse, Sérgio Cabral exaltou palavras de enfrentamento, ordem e guerra: “ordem pública se faz com polícia [...] nosso governo vai ganhar a guerra contra esses criminosos. Nosso governo vai dar segurança a nossa população e nosso governo não vacilará”. Durante o discurso voltou a afirmar que solicitaria as Força Nacional ao governo federal e se fosse preciso até mesmo as Forças Armadas a SENASP, órgão do Ministério da Justiça.

No dia seguinte, os ataques a ônibus voltaram a acontecer e, consequentemente, Cabral reagiu declarando guerra ao tráfico de drogas. Desta forma, iniciou uma política de “enfretamento” ao tráfico de drogas que durou dois anos, como única política defendida e utilizada pelo seu governo. O início do governo de Sérgio Cabral foi marcado por operações policiais e da Força Nacional dentro ou no entorno das comunidades e tinham como objetivo “sufocar” as quadrilhas de tráfico de drogas. Nenhuma favela ou complexo de favelas enfrentou essa política mais do que o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro.

Durante dois anos foram realizadas diversas operações policiais e da Força Nacional no Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro. Sendo os seis primeiros meses de 2007 os mais sangrentos, levando a morte de 44 pessoas e o ferimento de 78 pessoas por “bala perdida”, entre civis, policiais e supostos criminosos (DAMASCENO, 2007). Sendo a operação mais lembrada, nesse período, a do dia 27 de junho de 2007, que levou a morte de 19 pessoas e 14 ficaram feridas (COSTA; CÁSSIA, 2007). Na época diversas autoridades e entidades da sociedade civil se manifestaram e reprimiram a ação, levantando suspeita sobre possível execução sumária na operação. Em novembro de 2007, o relatório da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

da República concluiu que de fato houve execuções sumárias na operação do dia 27 de junho. Essa notícia não foi bem recebida pelo governo do estado, que negou qualquer tipo de violação nas operações policiais no Alemão, as operações não foram interrompidas e ninguém foi indiciado (GOULART, 2007; COSTA; DAFLON, 2007; FOLHA DE SÃO PAULO, 2007; IPEA, 2009; FILHO, 2016).

Essa operação ocorreu 15 dias antes da abertura dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro. Criando um certo desconforto entre as autoridades do governo federal. Como, também, uma certa contradição, tendo em vista que a SENASP era a responsável pela organização da segurança pública dos jogos do Pan e o discurso do Ministério da Justiça (MJ) e seus atores políticos eram alinhados com princípios de segurança cidadã. Enquanto, o governo estadual estava a todo valor defendendo uma política de “enfrentamento” ao tráfico de drogas, que se tratava simplesmente de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro com objetivo de prender traficantes, apreender armas e drogas. Após as operações todo o aparato policial era retirado, deixando a população local ainda mais vulnerável (RIBEIRO, 2014; BURLAMAQUI, 2020).

Naquele momento, não existia um caminho para controlar o crime por meio da alternativa preventiva. O programa de policiamento comunitário da época, o Grupamento de Policiamento em Áreas especiais – GPAE (ALBERNAZ; PATRÍCIO, 2007; RIBEIRO, 2015; BURLAMAQUI, 2017), por exemplo, apesar de não ter sido a princípio descontinuado havia sido implantado em apenas mais uma comunidade em seis meses de governo Cabral (GOULART, 2007) pelo então Comandante Geral da PMERJ, Coronel Ubiratan Ângelo na comunidade de Rio das Pedras (Jacarepaguá).

Para os atores políticos estaduais esta política de “enfrentamento” não era apenas a única, mas também, vista como bem-sucedida, legítima e, até mesmo, como estratégica para enfrentar o crime organizado, que estaria localizado em comunidade onde um “exercitozinho” fortemente armado dominava essas localidades e o poder público teria obrigação de atuar (CABRAL FILHO, 2012, p. 327-328). Na visão do secretário Beltrame, esse contexto de “guerra” que essas comunidades viviam não permitia que outro tipo de política fosse implementado nessas localidades, porque era preciso antes “pacificar” esses lugares (BELTRAME, 2012, p. 228).

Por outro lado, o Ministério da Justiça no comando de Tarso Genro tinha propostas diferentes para a área de segurança pública. Em 20 agosto

de 2007, Tarso Genro lançou o Pronasci em evento no Palácio do Planalto e comprometendo-se em investir 6,707 bilhões de reais até 2012, na redução da taxa de homicídios de 29 para 12 por 100 mil habitantes até 2012 e no pagamento de quase 500 mil bolsa-formação para policiais de baixa renda. O programa envolvia um conjunto de 94 ações e 19 ministérios, que seriam implementadas, inicialmente, em 11 regiões metropolitanas consideradas mais violentas do país – Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Belo Horizonte, Salvador, Maceió, Recife, Brasília (entorno), Belém, Curitiba e Porto Alegre –, em intervenções articuladas com os entes federados e com foco nos jovens, na faixa etária 15 a 29 anos (MADEIRA; RODRIGUES, 2015; FERREIRA; BRITO, 2010; GOIS; DAMÉ, 2007).

Entretanto, a maioria dos governadores, incluindo Cabral, não compareceram ao evento e parte dos governadores presentes questionaram o investimento vendo-o como insuficiente para atender as demandas da área em seus estados (GOIS; DAMÉ, 2007). Dias depois Tarso Genro se reuniu com Cabral para tratar das políticas do Pronasci a serem implementadas na capital e regiões metropolitanas do Rio de Janeiro. Segundo Alberto Kopitke (2018), Tarso Genro via o Rio como prioritário e a entrada do governo no programa seria fundamental.

O ministro Tarso Genro (2010) via a política de “enfrentamento” do governo do Rio de Janeiro, como algo persistente da conduta das operações policiais no Estado. Segundo ele, não apenas a polícia como o Estado, como um todo, utilizava de forma negativa a violência para dialogar com a sociedade. O objetivo das políticas do Ministério da Justiça era justamente mudar o paradigma da segurança pública do país. Nesse sentido, existia uma clara indução da União de modificar a agenda da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o secretário da SENASP Ricardo Balestreri (2010), na época, uma forma encontrada de fazer pressão no governo estadual por mudança de rumo político na área foi não financiar mais armamentos de guerra com “alto poder destrutivo”. Abramovay (2018) reafirmou esse fato e acrescentando que o Ministério não iria mais financiar a compra de “Caveirão” para o estado do Rio de Janeiro.

Em agosto de 2007, um mês após o fim dos Jogos do Pan, a Lei n. 11.530/2007 de criação do Pronasci foi aprovada, mas sem os seus principais programas. Posteriormente, foi alterado pela Lei n. 11.707/2008 que incluiu os seguintes programas: projeto Reservista-Cidadão, Proteção de Jovens em

Território Vulnerável, projeto Mulheres da Paz, projeto Bolsa-Formação (MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

Em dezembro de 2008, Cabral e Lula lançaram o Projeto Território da Paz (Pronasci) no Complexo do Alemão, que prometia afastar o crime organizado dos jovens das favelas (O GLOBO, 2008) e foi instalado no início de 2009. No entanto, não significou qualquer mudança em termos de segurança na região (GENRO, 2010; BELTRAME, 2010). A “retomada” da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão somente ocorreu em 2010 e a implantação de uma UPP em 2012 (BELTRAME, 2014, p. 16).

2.3 Virada para as UPPs

A política exclusiva de guerra ao tráfico do governo Cabral continuou até o final de 2008. No entanto, em meados de novembro de 2008, uma operação policial que contou com o apoio do BOPE na comunidade do Santa Marta resultou no mês seguinte na implantação da “Companhia de Policiamento Comunitário do Santa Marta”, considerada o plano piloto das Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, programa criado oficialmente em janeiro de 2009, decreto n. 41.650/2009. Ao contrário de outras operações policiais como ocorreram no Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro, este se tratava de um projeto de implantação de um policiamento comunitário no Santa Marta com apoio do 2º Batalhão da PMERJ de Botafogo (BURLAMAQUI, 2020; PEREIRA, 2017; BECHIOR, 2008).

Após a implantação da “Companhia de Policiamento Comunitário do Santa Marta”, Beltrame afirmou que a polícia ficaria dentro da comunidade (WERNECK; DAMASCENO, 2008; FREIRE, 2008). Cabral e o prefeito eleito Eduardo Paes, em visita a comunidade, se comprometeram em investir na segurança pública e trazer melhorias sociais à população local (O GLOBO, 2008f).

A entrada da política de pacificação na agenda governamental do estado levou a uma mudança de discurso do governo. Ainda que o discurso de guerra ao tráfico não tivesse completamente se dissipado, ele foi descaracterizado. Beltrame passou a dizer que era necessário “retomar os territórios” ocupados por quadrilhas de tráfico de drogas e, no local, o estado entraria com segurança pública e melhorias sociais para essa população periférica (BURLAMAQUI, 2020; BELTRAME, 2014).

Apesar de reconhecer que a implantação das UPPs dado a “urgência da situação” ocorreu de forma precária (BELTRAME, p. 104), ou seja, a implementação foi feita antes da sistematização do que de fato se tratava a política de pacificação, ele deixou claro que se tratou de uma opção. Na visão do Beltrame (2012, p. 16) o percurso de defender as UPPs perante a sociedade antes e depois implementá-las poderia retardar ou até mesmo inviabilizar o processo. Essa sistematização da política e do programa de pacificação ocorreram em 2015, por meio dos Decretos n. 45.146/2015 e n. 45.186/2015 respectivamente, quando a política de pacificação já se encontrava em decadência (BURLAMAQUI, 2020).

Beltrame foi o “empreendedor político” da política de pacificação, aquele que ao abrir a janela de oportunidade inseriu na agenda governamental da segurança pública do estado do Rio de Janeiro essa proposta de mudança nessa área (KINGDON, 2003). Portanto, as suas crenças e ideias são importantes para compreender os contornos pelas quais a política de pacificação foi desenhada. Dessa forma, é importante compreender a “visão de mundo” do secretário. A partir da biografia e entrevistas disponíveis do Beltrame foi possível identificar três pré-concepções a respeito da:

Sociedade carioca para Beltrame vivia uma “cultura de corrupção”, isto pode ser exemplificado pelo trecho a seguir:

[...] A polícia fluminense era muito complicada. Mas o policial não vem de marte, ele pertence a uma sociedade e é influenciada pelos valores transmitidos por essa cultura. A transgressão não ocorre só do lado do policial. Ela está impregnada no ambiente, nas hierarquias. No Rio, a promiscuidade se alastrou sob a leniência das autoridades e, de certa forma, foi aceita pela população (da grande à pequena transgressão). (BELTRAME, 2014, p. 76-77)

Local onde o crime era produzido, nesse caso, identificado por ele como as favelas do Rio de Janeiro, locais sem lei, conforme os trechos a seguir,

[...] A cidade assistiu à violência crescer como chaga e nada fez para detê-la. As favelas se expandiram a olhos vistos, com barracos construídos sobre encostas e córregos, ante a apatia da população, da Justiça e dos governos municipal e estadual. O descaso teve como consequência a insegurança. O caos urbano fertiliza as ações criminosas. Foi desse vácuo legislativo e do poder público que se aproveitaram as quadrilhas para tomar conta da região.

Todo esse problema do Rio passa pela desordem pública. É o que pavimentou o caminho para o crime, para a insegurança dos cidadãos. (BELTRAME, 2014, p. 77)

[...] áreas onde as pessoas não sabem o que é lei, o que é Constituição, o que é código do processo. Não sabem. Porque o Estado nunca foi lá. Nem polícia, nem educação, nada. (BELTRAME, 2010, p. 263)

A solução para Beltrame (2014, p. 81) seria através da “*retomada dos territórios*” do “senhor das drogas”, que no caso da cidade do Rio de Janeiro se tratava de quadrilhas de tráfico de drogas que controlavam os morros da cidade (favelas) e, este, seria exatamente o seu poder. Cabia, então, ao Estado impor sua autoridade e “retomar esses territórios”.

Essa “visão de mundo” do secretário não foi alterada até mesmo com a entrada da política de pacificação na agenda governamental, o que se observou foi uma política que mescla atuação repressiva com ações do governo de “retorno de território” de áreas dominadas por quadrilhas de tráfico de drogas pelo estado e de ações preventivas com a instalação de UPPs, que seguiu diretrizes de policiamento comunitário (BURLAMAQUI, 2020).

Mas, o que é pacificação afinal para o “empreendedor político”? No documentário “Batalha pelo Rio” (2014) o Secretário deixa claro que “pacificação” seria o oposto de “guerra”. Ou seja, que certas áreas do Rio de Janeiro vivem em “guerra” e o objetivo do programa era justamente “pacificar” esses lugares e devolver o direito de ir e vir aos moradores das comunidades, porque o Estado passaria a ter controle sobre essas áreas e não mais os criminosos armados.

Com essa decisão do secretário, a normatização do programa UPP acabou se estendendo por sete anos. Ele teve início com o Decreto n. 41.650/2009 que somente informava que essas unidades executariam “ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”. Após dois anos da implantação da primeira UPP no Santa Marta, o Decreto n. 42.787/2011 definia os objetivos, o público-alvo, a estrutura de organização e como deveriam ser implantadas às UPPs. Além de inserir as UPPs dentro do Programa de Polícia Pacificadora. Como dito, anteriormente, apenas em 2015, o Decreto n. 45.146 instituiu a Política de Pacificação e o Decreto n. 45.186 regulamentou o Programa.

O Programa de Polícia Pacificadora, por sua vez, seria o resultado de 5 etapas. 1) Análise estratégica, a SESEG seleciona a partir de critérios técnicos e objetivos a área que será contemplada pela Política de Pacificação e

o Programa de Polícia Pacificadora; 2) Intervenção tática, consiste em ações policiais táticas com objetivo de recuperar o controle estatal e implantar o Programa de Polícia Pacificadora na área selecionada. A ação é realizada por forças do Comando de Operações Especiais (COE) da PMERJ com participação da Polícia Civil, visando a operacionalização das investigações em curso referentes ao local; 3) Estabilização da área selecionada, momento em que são intercaladas tanto ações de intervenção tática, quanto de delimitações de áreas. Esse processo é anterior às ações da polícia pacificadora; 4) Implantação da Polícia Pacificadora efetivamente acontece após a estabilização da área e quando os fatores de risco à integridade física das pessoas estão relativamente controlados pelas forças de segurança. A partir disso, é possível o exercício da Polícia Pacificadora; 5) Avaliação e monitoramento do programa é previsto após a implantação da polícia pacificadora. O objetivo é tanto orientar possíveis correções futuras da política, quanto para acompanhar a evolução dos riscos à integridade física das pessoas envolvidas no processo, para a adoção das ações de polícia mais adequadas (Decreto n. 45.186/ 2015).

Apesar da decadência atual da política de pacificação, foi uma política que teve força e legitimidade dentro da sociedade, do governo estadual e nacional e dentro da própria polícia como nenhuma outra experiência implantada no Rio de Janeiro (BURLAMAQUI, 2017, 2020; CARNEIRO, 2012). Desta forma, parece ter formado uma coalizão que tinha como objetivo final diminuir a criminalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro, ainda que não possamos dizer que existia algum consenso em relação a quais seriam os objetivos e meios para alcançar tais fins. No entanto, chama atenção o envolvimento do governo, empresários,⁵² sociedade, mídia, intelectuais e intelectuais orgânicos⁵³ nesse processo (BURLAMAQUI, 2020; PEREIRA, 2017; TRISTÃO, 2017; BELTRAME, 2014; TARDÁGUILA, 2010).

Depois da experiência piloto foram implantadas 38 UPPs no estado do Rio de Janeiro, entre 2008 e 2014, contemplando 196 comunidades, com efetivo policial de 9 mil homens, que corresponde a 18% do efetivo da PMERJ (ISP, 2015). A partir de 2012, a UPP começou a enfrentar problemas sobre sua legitimidade dentro da polícia com a morte de uma policial em serviço em área de UPP (PODER LEGISLATIVO, 2017, p. 9), dentro da sociedade com o sequestro, tortura e desaparecimento do pedreiro Amarildo na comunidade

52 Como, o Grupo EBX, Coca-cola, Souza Cruz, Bradesco, Firjan, Sebrae. Conferir Beltrame (2014), Terra Online (2010), Lobato e Antunes (2010).

53 Me refiro a atores de dentro da polícia.

da Rocinha, os principais suspeitos eram os próprios policiais locados na UPP da Rocinha (MUSUMECI, 2017, p. 10). Em seguida, a situação só foi se agravando, com a volta dos tiroteios em áreas de UPP,⁵⁴ crise do governo estadual e demissão do Beltrame em 2016. Em 2018, o Rio de Janeiro sofreu uma intervenção federal na segurança pública⁵⁵ devido ao suposto agravamento da ordem pública na cidade, que levou a mudanças e redução do número de UPPs.⁵⁶ Mesmo com a descontinuidade de algumas UPPs o programa ainda existe, apesar de tramitar desde 2018 o Projeto de Lei n. 4395/2018, de autoria do Deputado Rosenverg Reis, que pede a extinção da política de pacificação.

Em síntese o processo pode ser visualizado, a partir do modelo de Múltiplos Fluxos, no quadro a seguir:

54 Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/chacina-na-baixada-e-tiroteios-em-comunidades-pacificadas-marcam-semana/>. Acesso em: 04 set 2017.

55 Conferir Decreto n. 9288/2018 sobre a “intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública”, até 31/12/2018. Apesar de se tratar de uma intervenção civil foi nomeado para o cargo de Interventor o general do Exército Walter Souza Braga Netto.

56 Segundo o ISPDados, em 2018 as seguintes UPPs foram extintas: Cidade de Deus; Jardim Batam; Co-roa, Fallet e Fogueteiro; São Carlos; Caju; Cerro-Corá; Camarista Méier; Complexo da Mangueirinha e Vila Kennedy.

Quadro 1 – Formação da agenda: “janela de oportunidade” para entrada de um problema e solução na agenda de segurança pública.

Problema	Combater a violência.
Solução	Fase 1: política de “enfrentamento”: Guerra ao tráfico. Fase 2: política de pacificação: Retomada de “território” + policiamento comunitário (mudança de relação da polícia com a comunidade)
Dinâmica política-institucional	Período democrático. Mudança de governo/troca da equipe da Secretaria de Segurança Pública do Estado: Sérgio Cabral, secretário Beltrame e equipe. Reeleição do presidente Lula com troca de atores políticos do Ministério da Justiça com a entrada de Tarso Genro no lugar de Márcio Thomaz Bastos para o cargo de ministro. Velhos problemas com a violência - crise da segurança pública. Novas aliança entre os governos estadual, federal e municipal;
Atores	Defesa: Fase 1 – projeto inicial defendido pelo governador e o secretário de segurança pública. Fase 2 – projeto defendido pelo governador, o secretário de segurança pública, governo federal (SENASP e o Ministro da Justiça), mídia, empresários, intelectuais, intelectuais orgânicos e a opinião pública. Bloqueio: não houve bloqueio do governo federal e sim negociação para mudar o tipo de política adotado na fase 1. A mídia e a opinião pública atuaram na fase 1.
Estabelecimento da agenda/tomada de decisão: entrada da política pública na agenda.	Abertura da “janela de oportunidade”. “Empresário político”: Beltrame. Entrada do problema na agenda. Entrada na agenda da política de “pacificação”. Política de “pacificação”: policiamento comunitário (mudança da relação estado e sociedade) + continuidade da política repressiva (legado institucional) ⁵⁷ .

Fonte: elaboração própria

⁵⁷ O quanto essa política significa mudança e/ou continuidade institucional na agenda da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro foi tratado em Burlamaqui (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da criminalidade violenta no estado do Rio de Janeiro é um tema que ocupa a agenda governamental há mais de 30 anos. Sérgio Cabral (2006) ganhou as eleições prometendo enfrentar a violência no estado, que para ele era resultado da disputa entre quadrilhas de tráfico de drogas por controle de território em áreas de favelas. Essas mesmas quadrilhas eram responsáveis, para ele, por uma série de crimes como: homicídios, tráfico de armas e drogas, corrupção de menores, roubo e furto de veículos. A solução inicial para enfrentar esse problema pelo seu governo foi a repressão ao tráfico de drogas, que ficou conhecida como política de “enfrentamento” e se tratando de uma velha política repressiva conhecida no estado, que se resumia a operações policiais em áreas de favelas com o objetivo de prender os líderes do tráfico local, suas drogas e armas.

No meio do mandato, esse governo que inicialmente era orientado para uma agenda repressiva na área de segurança, foi justamente aquele que formulou propostas posteriormente nomeadas de política de pacificação, nascia em janeiro de 2009 à Unidade de Polícia Pacificadora, uma política que mescla atuação repressiva com “retorno de território” pelo estado em áreas de favelas e atuação preventiva com a implantação de uma UPP.

Mas, até que ponto a política formal influenciou o rumo dessa mudança na agenda da segurança pública no estado do Rio de Janeiro? Nesse trabalho, buscamos verificar se:

1 – O ciclo eleitoral definiu a agenda da segurança pública.

2 – A coalizão político partidária entre o PMDB e PT e o alinhamento político entre os entes federados foi importante para definir o tipo de estratégia e o programa político na área de segurança pública no governo de Sérgio Cabral.

3 – O apoio do Governo Federal foi importante na mudança na agenda governamental da área de segurança pública no governo de Sérgio Cabral, mesmo sendo um assunto de competência dos estados.

A partir desse estudo de caso foi possível perceber que as características da política formal, como o ciclo eleitoral, relação federativa e alianças partidárias, assim como, a mudança de governo e dentro do governo não tiveram impacto sobre o processo de tomada de decisão. Ou seja, esses fatores não explicam a entrada na agenda da solução política de pacificação. Além disso,

mostramos que se tratou de uma política defendida e dentro da “visão de mundo” do secretário Beltrame.

É possível observar que as reformulações propostas por Zohlnhofer, Herweg e Hub (2015) ao modelo de múltiplos fluxos possibilitou um maior aprofundamento sobre as instituições políticas e seus atores políticos. Além disso, ao dividir a agenda em dois estágios – estabelecimento da agenda e seleção de alternativa de solução – possibilitou diferenciar os dois momentos (tempos) antes e depois da escolha da solução política de pacificação e verificar que os atores e as instituições nesse processo se mantiveram constantes, assim como, o problema. Isto, nos faz concluir que esses fatores não explicam a escolha dessa solução (ZOHLNHOFER; HERWEG; HUB, 2015).

Por fim, ainda assim, concluímos que tal como já revelado por Zohlnhofer, Herweg e Hub (2015) que o modelo de múltiplos fluxos pode ser reformulado a partir da incorporação sistematicamente, nessa abordagem, das instituições políticas formais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Pedro Vieira. Entrevistado por Patricia de Oliveira Burlamaqui. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2018. *In*: BURLAMAQUI, Patricia de O. *Contingência e Estrutura de Oportunidades no Processo Decisório da Segurança Pública do Rio de Janeiro: o Caso da Política de Pacificação*. 2020. Tese. Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, 2020.
- ALBERNAZ, Elizabete; PATRÍCIO, Luciane; CARUSO, Haydée. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, 2007.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Two faces of power. **The American Political Science Review**, v. 56, n. 4, 1962.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Entrevistado por Maria Helena Moreira Alves e José V. Palácios em julho de 2008. *In*: ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favelas, traficantes de drogas e violência policial no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Entrevista realizada em 2009. *In*: **Segurança e Cidadania: memórias do Pronasci**. Depoimentos ao Cpdoc/FVG. Rio de Janeiro: FGV. 2010.

BATALHA PELO RIO. Direção: Gonzalo Arijón. Coprodução Arte, Pumpnickel Films e Canal Brasil. Documentário. Rio de Janeiro. 2014.

BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan D. **Agendas and instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BBC New. Rio hit by deadly gang violence: Gang attacks on buses and police stations in the Brazilian city of Rio de Janeiro have left at least 18 people dead, officials say. BBC NEWS, UK, 28 dez. 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6214299.stm>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BELCHIOR, Luisa. Polícia começa hoje a ocupação integral no morro Dona Marta, na zona sul do Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de dez 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/12/481506-policia-comeca-hoje-ocupacao-integral-no-morro-dona-marta-na-zona-sul-do-rio.shtml> Acesso em: 10 out. 2017.

BELTRAME, José Mariano; GARCIA, Sérgio Henrique da Silva. **Todo dia é segunda-feira**. Rio de Janeiro: GMT Editores Ltda, 2014.

BERRY, Frances Stokes; BERRY, William D. Innovation and diffusion models in policy research. In: SABATIER, Paul A; WEIBLE, Christopher M. **Theories of policy process**. 3ed. Boulder, CO: Westview Press, 2014.

BURLAMAQUI, Patricia de O. **O caso da política de pacificação**: processo de formação de agenda da segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Autografia. 2017.

BURLAMAQUI, Patricia de O. Contingência e Estrutura de Oportunidades no Processo Decisório da Segurança Pública do Rio de Janeiro: o Caso da Política de Pacificação. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal Fluminense, 2020.

CABRAL FILHO, Sérgio. **Plano de Governo 2007-2010**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A1706098>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CABRAL FILHO, Sérgio. Entrevistado por Philip Evanson em ago. 2008. In: ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado**: moradores de favelas, traficantes de drogas e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CARNEIRO, Leandro Piquet. **A fabricação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro: um estudo sobre inovação e liderança**. 2012. Disponível em: http://nupps.usp.br/downloads/relatorio/Anexo_09_UPP_Carneiro.pdf. Acesso em: 22 fev. 2018.

COBB, Roger W; ELDER, Charles D. Issues and Agendas. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A (org). **Public Policy**: the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

- CORRÊA, Luiz Fernando; DUARTE, Mário Sérgio; BORRI, Henrique. **Mais forte**: Olimpíadas seguras em meio ao caos. Rio de Janeiro: Editora Maquinária, 2017.
- COSTA, Ana C; CÁSSIA, Cristiane. Polícia mata 19 no Alemão. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2007, p. 13. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020070628>. Acesso em: 10 nov 2018.
- COSTA Célia; DAFLON, Rogério. Denúncia será investigada. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 03 nov. 2007, p. 12. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020071103> . Acesso em: 05 jun 2017.
- DAMASCENO, Natanael. Polícia festeja baixas no arsenal. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2007, p. 14. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Pol%C3%ADcia+festeja+baixas+no+arsenal> . Acesso em: 10 nov 2018.
- DUTRA, Marcelo. Rio vive nova madrugada de mortes e terror: traficantes queimam ônibus, atacam delegacias, metralham cabine e PM e polícia entra de prontidão. **O Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2006, p. 17. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Marcelo+Dutra&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2006&mesSelecionado=12&diaSelecionado=28>. Acesso em: 15 out. 2020.
- ESTADÃO. Diretório municipal do PMDB do Rio renuncia após articulação de Garotinho. **Estadão**, São Paulo, 07 nov. 2007. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,garotinho-articula-e-diretorio-do-pmdb-no-rio-renuncia,77140>. Acesso em: 10 jul 2016.
- FILHO, José Rodrigues de Alvarenga. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. **Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 111-117, jan.-abr. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1163>.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Relatório da União acusa operação policial no Rio de “execução sumária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 nov 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u341949.shtml?origin=uol>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Diretório municipal do PMDB do Rio renuncia após articulação de Garotinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 nov 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/11/343698-diretorio-municipal-do-pmdb-do-rio-renuncia-apos-articulacao-de-garotinho.shtml/>. Acesso em: 16 jul. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Lula e Cabral formalizam aliança para 2o turno no Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 out. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0410200610.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Diretório municipal do PMDB do Rio renuncia após articulação de Garotinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/11/343698-diretorio-municipal-do-pmdb-do-rio-renuncia-apos-articulacao-de-garotinho.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Grupo de Garotinho empossa novo diretório municipal do PMDB-RJ. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/11/345516-grupo-de-garotinho-empossa-novo-diretorio-municipal-do-pmdb-rj.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FREIRE, Flávio; MENEZES, Maiá. Garotinho declara apoio a Alckmin e diz que não sobe em palanque de Cabral com Lula. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 03 out. 2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2006/garotinho-declara-apoio-alckmin-diz-que-nao-sobe-em-palanque-de-cabral-com-lula-5000935>. Acesso em: 10 out 2018.

FREIRE, Aluizio. Favela da Zona Sul é modelo de ocupação da polícia. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 6 dez. 2008, p. 18. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL913118-5606,00-FAVELA+DA+ZONA+SUL+E+MODELO+DE+OCUPACAO+DA+POLICIA.html> Acesso em: 10 out. 2017.

GENRO, Tarso. Entrevistado em 10 de novembro de 2008 no Rio de Janeiro e 6 de janeiro de 2009 em Brasília. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; BRITTO, Ângela. (org.). *Segurança e Cidadania: memórias do Pronasci*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GENRO, Tarso. Entrevistado por Maria Helena M. Alves e José V Palacios em 2008. In: ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado**: moradores de favelas, traficantes de drogas e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. *A tales of two cultures: qualitative and quantitative research in the social sciences*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

GOIS, Chico de; DAMÉ, Luiza. PAC da Segurança é lançado sem prestígio: Cabral, Serra, Aécio, Leda e Requião, governadores beneficiados com plano, faltaram a solenidade no Planalto. Rio de Janeiro, 20 ago. 2007. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Pac+da+seguran%C3%A7a&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2007&mesSelecionado=8>. Acesso em: 01 set. 2016.

GOMES, Eduardo R; BURLAMAQUI, Patricia de. *A trajetória da política de pacificação do Rio de Janeiro desde a redemocratização: encontros e desencontros*

de diferentes iniciativas. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, London, v. 4, n. 2. 2016.

GOMIDE, Raphael; TORRES, Sérgio. Cabral e Frossard disputam o 2º turno. **Folha de São Paulo**, 02 out. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0210200697.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

GOULART, Gustavo. Sinais de execução. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 02 nov. 2007, p. 16. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020071102>. Acesso em: 05 jun 2017.

GOULART, Gustavo; MAGALHÃES, Luiz Ernesto. A vez da inteligência: setor será prioridade para futuro de segurança, que assumirá sistema penitenciário. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 18 nov. 2006. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=A+vez+da+intelig%C3%Aancia%3A+setor+ser%C3%A1+prioridade+para+futuro+de+seguran%C3%A7a%2C+que+assumir%C3%A1+sistema+penitenci%C3%A1rio>. Acesso em: 01 set 2016.

IMMERGUT, Ellen M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. **RBCS**, São Paulo, n. 30, v. 11, 1996.

IPEA. **Brasil em Desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas – vol.3**. Brasília, DF: IPEA. 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf. Acesso em: 21 de out de 2018.

IPEA. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**, n. 6 fev. 2003. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_06.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

ISP. **Balanco de Indicadores da Política de Pacificação (2007-2014)**. ISP: Rio de Janeiro, 2015.

KATZ, Richard S; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. New York: Longman, 2003.

KOPITTKE WINOGRON, Alberto Liebling. Entrevistado por Patricia de Oliveira Burlamaqui. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2018. *In*: BURLAMAQUI, Patricia de O. **Contingência e Estrutura de Oportunidades no Processo Decisório da Segurança Pública do Rio de Janeiro: o Caso da Política de Pacificação**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal Fluminense, 2018.

LOBATO, Elvira; ANTUNES, Claudia. Empresas ajudam a financiar a pacificação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 nov. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811201040.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

MADEIRA, Lígia M; RODRIGUES, Alexandre B. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 3-21, jan./fev., 2015.

MOREIRA, Gabriela. Traficante preso ordenou os ataques: terror teria sido motivado por medo de perder favelas do Complexo do Alemão. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2006, p. 25. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Traficante+preso+ordenou+os+ataques%3A+terror+teria+sido+motivado+por+medo+de+perder+favelas+do+Complexo+do+Alem%C3%A3o.+>

Acesso em: 15 out 2020.

MUSUMECI, Leonarda. **UPP: Última Chamada: visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Política Militar na cidade do Rio de Janeiro**. CESEC, Rio de Janeiro, 2017.

O GLOBO. Ataques por causa de milícias: disputa de policiais com tráfico pode ter provocado união entre facções. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2006a, p. 10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Ataques+por+causa+de+mil%C3%ADcias%3A+disputa+de+policiais+com+tr%C3%A1fico+pode+ter+provocado+uni%C3%A3o+entre+fac%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 15 out. 2020.

O GLOBO. Autoridades já sabiam há pelo menos dois meses. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2006b, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020061229>. Acesso em: 15 out. 2020.

O GLOBO. A Guerra do Rio. Em 20 horas, 15 ataques, 18 mortos e 23 feridos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2006c, p. 12. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020061229>. Acesso em: 15 out 2020.

O GLOBO. Guerra do Rio. Rosinha descarta ajuda do governo federal: Sérgio Cabral, no entanto, admite pedir apoio da Força Nacional e anuncia plano para aumentar policiamento. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2006d, p. 16. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Guer-ra+do+Rio.+Rosinha+descarta+ajuda+do+governo+federal%3A+S%C3%A9rgio+-Cabral%2C+no+entanto%2C+admite+pedir+apoio+da+For%C3%A7a+Nacional+e+anuncia+plano+para+aumentar+policiamento.+>. Acesso em: 15 out 2020.

O GLOBO. Para especialistas, falta coordenação. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2006. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2006e, p. 17. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020061229> Acesso em: 15 out 2020.

O GLOBO. Eleito com maioria esmagadora, Sérgio Cabral fala em governo de conciliação. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 out. 2006f. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2006/eleito-com-maioria-esmagadora-sergio-cabral-fala-em-governo-de-conciliacao-5011685> Acesso em: 10 out 2017.

PARSONS, Wayne. **Políticas públicas**: una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas. México: Flacso, 2007.

PEREIRA, Íbis da Silva. Depoimento à Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia – Ata da 7º Audiência Pública. *In*: RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, Ano XLIII, n. 239, p. 6-10. Rio de Janeiro, 28 dez. 2017.

PIERSON, PAUL. **Politics in time**: history, institutions, and social analysis. Princeton University Press, 2004.

PODER LEGISLATIVO. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a. XLIII, n. 239 – Parte 2, p, 6-10. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2017.

RIBEIRO, Ludmilla. **O nascimento da polícia moderna**: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). *Análise Social*, v. 211, n. XLIX (2º), p. 272-309, 2014.

RIO DE JANEIRO. **Decreto-lei n. 41.650** de 21 de janeiro de 2009. Criação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Ato do governador. Diário Oficial do Rio de Janeiro, Ano XXXV, nº 012 – parte I. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Decreto-lei n. 42.787** de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estruturação, atuação e funcionamento das UPP. Ato do governador. Diário Oficial do Rio de Janeiro, Ano XXXVII, nº 05 – parte I. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 2011.

RIO DE JANEIRO. **Decreto-lei n. 45.146** de 05 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre a institucionalização, planejamento e controle da política de pacificação no estado do Rio de Janeiro e cria a CEMAPP. Ato do governador. Diário Oficial do Rio de Janeiro, Ano XXXVII, nº 05 – parte I. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 2015.

RIO DE JANEIRO. **Decreto-lei n. 45.186** de 17 de março de 2015. Regulamenta o programa de polícia pacificadora. Ato do governador. Diário Oficial do Rio de Janeiro, Ano XXXVII, nº 05 – parte I. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 2015.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer E. **The semisovereign people**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SILVEIRA, Rose Ana. Três diretórios estaduais do PMDB pedem rompimento com governo Lula. **Folha Online**, São Paulo, 24 nov. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u65938.shtml>. Acesso em: 15 out 2020.

TARDÁGUILA, Cristina. Polícia, câmera e ação: como as Unidades de Polícia Pacificadora ocuparam dez favelas e todo o noticiário do Rio. **Revista PIAUI**, edição 47, São Paulo, ago. 2010. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/policia-camera-acao/> Acesso em: 04 abr. 2017.

TERRA ONLINE. Rio assina convênio para investimentos privados nas UPPs. **Terra Online**, 24 ago. 2010. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/rio-assina-convenio-para-investimentos-privados-nas-upps,6a58217b5160b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 16 jul 2016.

THELEN, Kathleen; MAHONEY, James. Theory of gradual institutional change. *In*: THELEN, Kathleen; MAHONEY, James. **Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power**. Cambridge University Press, 2010.

TRISTÃO, Marise. B. **Medo e violência**: discursos do poder As violências nas páginas de O Globo de 2002 a 2010 ou Do medo à “pacificação”. De Benedita a Sérgio Cabral: o Rio de Janeiro e o discurso sobre “a violência” nas páginas de “O Globo”. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. 270f.

ZAHARIADIS, Nikolaos. **Ambiguity and choice in public policy**: political decision making in modern democracies. Washington: Georgetown University Press. 2003.

ZOHLNHOFFER, Reimut; HERWEG, Nicole; HUB, Christian. Bringing formal political institutions into the multiple streams framework: an analytical proposal for comparative policy analysis. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 18, n. 3, p. 243-256, 2015.

WERNECK, Antônio; DAMASCENO, Natanael; AUTRAN, Paula. Dona Marta livre dos bandidos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 03 dez. 2008, p. 12. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacao>Data=relevancia&allwords=Dona+Marta+livre+dos+bandidos.&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2008>. Acesso em: 09 nov 2016.

O GOLPE DE 2016 NO BRASIL: IDENTIFICANDO ATORES E MEIOS

Rafael Polari de Alverga Kritski

Lúis Alves Falcão

INTRODUÇÃO

O *impeachment* de Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, suscitou debate na ciência política se este evento teria correspondido a um golpe de Estado propriamente. Contudo, pouco se tematiza sobre este processo – o que se evidencia no levantamento feito por Gabriel Eduardo Vitullo e Fabricio Pereira da Silva (2020). Consideramos que a deposição de Dilma Rousseff, como de outros presidentes latino-americanos, teve características que justificam sua identificação enquanto um golpe em seu sentido mais técnico e estrito do termo (AVRITZER, 2017; BIANCHI, 2019; KRITSKI, 2019; MENDES, 2018; PERISSINOTO, 2018; SANTOS, 2017; SILVA, 2019).

Este texto não tem o objetivo de defender a hipótese de que o referido evento se tratou de um golpe de Estado, mas, tomá-la como ponto de partida para identificar seus principais atributos. Considerando a teoria dos golpes de Estado, nomearemos os poderes de Estado que o conduziram neste caso, justificando sua adjetivação como um golpe *jurídico-parlamentar*, e identificando a parcela da burocracia estatal mobilizada direta ou indiretamente no processo. Apontaremos também um repertório das ações responsáveis pelo seu êxito, destacando-se as manifestações públicas que demandavam a derrubada da presidenta, a perseguição judicial de inimigos políticos (comumente

chamada de *lawfare*) combinada à sua exaustiva cobertura nos meios de comunicação e, ainda, a violência política misógina utilizada para deslegitimar Rousseff enquanto chefe de Estado.

1. POR QUE NOMEAR UM IMPEACHMENT DE GOLPE DE ESTADO?

Ao longo de quase quatro séculos, o conceito de golpe de Estado passou por transformações. Considera-se que a primeira aparição do *coup d'État* como um conceito identificado com esse nome tenha se dado no livro *Considérations politiques sur les coups d'État*, de Gabriel Naudé (1600-1653). Para Naudé, os golpes de Estado eram “ações audaciosas e extraordinárias que os príncipes estão obrigados a realizar [...], contra o direito comum e sem guardar sequer um procedimento ou formalidade de justiça, arriscando o interesse particular pelo bem público” (NAUDÉ, 1964, p. 112, tradução nossa). Ou seja, seriam ações em que o príncipe recorreria à utilização de meios extraordinários à política – fundamentalmente a violência, mas não só. O importante, para nossos objetivos, dessa definição é que ela carrega consigo a ideia de que golpes de Estado são atributos de integrantes do Estado para a manutenção do poder. Por um lado, o conceito se fixou na modernidade como uma ação oriunda do interior do Estado; por outro, alterou-se radicalmente sobre a manutenção da centralidade do poder, isso é, golpes de Estado passaram a ser progressivamente identificados como ações contra governos instituídos, mas, ainda assim, originados de uma força estatal.

No século XVIII, o termo se contrapôs à revolução e integrou o campo semântico da usurpação do poder. Os golpes de Estado de Naudé se identificariam cada vez menos como a ação do Estado e cada vez mais com a ação contra o Estado, particularmente, na figura dos governantes. Um golpe de Estado se tornou uma forma de usurpação do poder mediante força, coação ou constrangimento legal. A revolução francesa foi decisiva nisso, pois a versão clássica do conceito de revolução se apresentou em oposição ao golpe, tendo por base a legitimidade da ação frente ao poder. Tal inflexão, da ação do governante para se manter no poder para a ação contra o governante e ilegítima, abriu importante caminho para se identificar a legitimidade dos processos políticos mediante eleições, o que significou que a forma eleitoral de legitimação de governos não admitia constrangimentos externos.

No século XIX, o vocábulo *coup d'État* apareceu em panfletos (FAILLY, 1830; SANTO-DOMINGO, 1830) e ensaios políticos (MARX, 2011) para se referir a manobras de Napoleão e Luís Bonaparte. A formação do Estado moderno e de suas instituições fundacionais, além de sua disjunção em relação à pessoa príncipe, complexificaram a ação do golpe de Estado, que não poderia mais corresponder a apenas uma ação do príncipe, mas a um processo político intrincado, envolvendo alguns desses novos atores políticos, sobretudo aqueles que se encontravam no parlamento (BIANCHI, 2019). O golpe de Estado, então, passou a ser compreendido como uma conspiração de atores políticos para romper com a institucionalidade vigente, derrubando o governante e tomando o poder político, particularmente por agentes que possuem de alguma forma poder para produzir tal ruptura. Essa concepção moderna ainda aparece nos estudos contemporâneos sobre golpes de Estado, sendo utilizada em manuais e dicionários (BEALEY, 1999).

O sentido que usualmente se atribui aos golpes de Estado surge apenas no século XX em sua versão final. Em algumas leituras, o golpe de Estado seria a *técnica* aplicada no momento da tomada do poder (MALAPARTE, 1931), inserida num processo mais amplo de derrubada de um governo. Reduzindo o alcance teórico do conceito de golpe de Estado ao aspecto técnico da insurreição de um pequeno grupo político, ampliou-se o alcance histórico do conceito, o qual poderia ser empregado para uma série de eventos, desde que apresentassem a característica comum de tomada do poder do Estado, a qual, considerando a estrutura do Estado contemporâneo, costuma ser conduzida por um pequeno grupo – partindo da burocracia estatal – capaz de alterar o centro político decisório do Estado. O golpe de Estado poderia até manter o governante do regime anterior, mas esvaziando suas atribuições e transferindo o poder político à outra esfera.

Esse modo tecnicista de abordar o problema teve resvalos inclusive em processos revolucionários, como no caso da Revolução Russa, na qual os bolcheviques debatiam incessantemente se o *locus* do poder era um lugar físico, o Palácio de Inverno do Czar em São Petersburgo, ou o centro de comando de onde partiam as ordens, como ocorria já em Moscou.

Para Luttwak (1991), autor de um manual sobre golpes de Estado que é referência constante no estado da arte sobre golpes, havendo um procedimento legal para a mudança de liderança de governo, todos os outros métodos podem ser considerados ilegais; ou seja, o golpe seria um “rompimento das regras do jogo sucessório” (PERISSINOTO, 2018, p. 2). Ou seja, independentemente do

uso de violência – a qual é empregada na maioria dos exemplos históricos de golpes, mas não é uma característica definidora de um golpe de Estado – se se interrompe a linha sucessória prevista na institucionalidade vigente naquele Estado, podemos caracterizar esse processo como um golpe de Estado.

Podemos observar, então, que o conceito de golpe de Estado está sempre sendo atualizado: seu uso adjetiva novos eventos que, por sua vez, reúnem características que são incorporadas no cânone do vocábulo. Tal trajetória do *coup d'État* na teoria e discurso políticos nos permite olhar para os eventos que se inserem no chamado *neogolpismo* (REIS, 2017; SOLER, 2015) e discordar da tese de Pérez-Liñan (2007) de que o impedimento seria uma resolução para crises presidenciais que não feriria o sistema político em questão, posto que é um instrumento de interrupção de governos eleitos, alterando a previsibilidade do jogo sucessório. Ou seja, um *impeachment* pode ser a técnica utilizada para a edificação de um golpe de Estado – e os golpes recentes, como o ocorrido no Brasil, fornecem novos elementos a serem considerados para uma teoria dos golpes de Estado.

As ações da oposição ao governo reeleito em 2014 evidenciam que o impedimento foi uma entre uma série de possibilidades levantadas para destituí-lo. Quatro dias após a derrota, imbuídos do que chamaram de “desconfianças por parte da população brasileira” expressas nas redes sociais, os tucanos entraram com pedido da auditoria da eleição presidencial no TSE, chegando a questionar a segurança do sistema eletrônico de votação em detrimento de votação em cédulas de papel (CONGRESSO EM FOCO, 2014). Esse gesto seria a primeira expressão de um comportamento lacerdista do PSDB, sobretudo do candidato derrotado (FALCÃO, 2015; KRITSKI, 2019, p. 118-123).⁵⁸ Ainda naquele ano, os tucanos empreenderam mais uma ação judicial contra o governo eleito: após a diplomação de Dilma e Temer como presidente e vice (TSE, 2014a) e a aprovação com ressalvas de suas contas de campanha (TSE, 2014b), apresentaram pedido de cassação de registro da chapa (TSE, 2014c) no tribunal. Para Juarez Guimarães (2014), o PSDB tornara-se um partido golpista. Contudo, não temos como objetivo nos entendermos no comportamento do candidato derrotado ou seu partido, mas,

58 Aécio Neves, especificamente, chegou a defender “qualquer saída possível” para o governo de Dilma Rousseff, mas priorizando a impugnação da chapa Dilma-Temer via TSE e TCU, para tentativa de novo pleito. Conferir matéria disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-manifestacao-de-bh-aecio-defende-qualquer-saida-contra-dilma-18865771>. Acesso em: 10/02/2019. Conferir matéria disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/psdb-defende-acao-do-tse-para-impugnar-dilma-diz-aecio/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

sim, de caracterizar o golpe de 2016 a partir dos elementos centrais na teoria dos golpes de Estado: quais foram os poderes de Estado e/ou a(s) parcela(s) da burocracia estatal que edificaram o golpe.

2. CARACTERIZANDO O CASO BRASILEIRO

O golpe de Estado desferido no Brasil em 2016 pode ser encarado como um caso contingente a uma determinada conjuntura, marcada temporal e regionalmente, se pensado em conjunto com outros, destacando-se Honduras em 2009, Paraguai em 2012 e Bolívia em 2019. Contudo, a despeito de semelhanças que poderiam ser elucidadas através de um trabalho comparativo, cada um desses eventos é singular em suas características.

O caso brasileiro, diferentemente do ocorrido em Honduras, Paraguai e Bolívia – e talvez da maioria dos golpes de Estado ocorridos até o presente momento, tendo em vista a necessidade da ação furtiva para o sucesso do golpe –, foi fruto de uma longa construção. Formalmente, a deposição de Dilma Rousseff teve duração de nove meses (da autorização da abertura do processo à destituição definitiva) e com uma preparação de tempo de difícil previsão, tendo em vista a imprevisibilidade dos atores políticos envolvidos e a dificuldade presente em mesurar o quanto os interesses comuns pelo *impeachment* foram, de fato, pactuados previamente e em quais momentos.

Wanderley Guilherme dos Santos (2017, p. 47-48), ao distinguir as técnicas utilizadas nas tomadas de poder de 2016 e 1964, atribui a diferenciação à evolução da “ecologia política do país”, sob os indicadores do grau de urbanização, tamanho do eleitorado e extensão da mobilização social do país. Acrescentamos ainda o nível de complexidade da burocracia estatal no Brasil contemporâneo, a alta competitividade eleitoral após a redemocratização e a posição relevante do país no cenário geopolítico como três marcadores dessa diferenciação.

Monteiro (2018, p. 83-84) elenca as seguintes características no golpe ocorrido no Brasil: a) apoio popular à destituição, simbolizado pelas grandes manifestações de rua organizadas sob esse eixo; b) fragilidade governamental, sobretudo na relação com os parlamentares; c) respeito ao rito constitucional, com interpretação casuística da lei, apoiada por setores jurídicos, políticos e militar; d) participação efetiva do Supremo Tribunal Federal (STF). Wanderley Guilherme dos Santos elucidada o sentido do respeito ao rito constitucional:

A ruptura tenta preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais, substituindo o luzeiro teleológico, a finalidade que, alegadamente, preside as decisões subversivas. [...] em golpes civis, busca-se a redenção da conspiração pela troca na mecânica de governo quando se trata, cruamente, de substituição dos ocupantes e da ideologia do poder. (SANTOS, 2017, p. 12-13)

Isto é, a legalidade do rito oculta a substituição de governo supracitada, o que, tendo este sido eleito pelo voto popular, fere o preceito legal “de natureza constitucional, contido no artigo 1º, parágrafo único da Carta Magna, que enuncia o cerne de nossa legitimidade” (PERISSINOTO, 2018, p. 5). Além disso, a interpretação casuística da lei que versa sobre os crimes de responsabilidade – extensa e vaga – viola o princípio característico da democracia liberal representativa, da validade universal das leis (PERISSINOTO, 2018, p. 4), como descrito na seção anterior. Identificaremos, então, quais foram os atores partícipes e meios utilizados na execução do golpe. Primeiramente, contudo, estabeleceremos uma cronologia do golpe de 2016, a qual reunirá os principais eventos deste processo que subsidiam nossa interpretação e argumentação subsequente.

3. O GOLPE DE 2016 NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE LINHA DO TEMPO

Outubro – dezembro de 2014: em 31 de outubro, PSDB pede ao TSE auditoria no sistema de apuração. No mês de novembro, Dilma Rousseff anuncia Joaquim Levy como futuro ministro da Fazenda, gerando insatisfação entre partidários e apoiadores. No dia 10 de dezembro, o TSE aprova com ressalvas contas da campanha de Dilma Rousseff; em 18 de dezembro, PSDB protocola pedido de cassação do registro de candidatura da chapa da coligação “Com a Força do Povo”.

Janeiro – março de 2015: em 17 de janeiro, Nestor Cerveró, diretor da área internacional da Petrobrás entre 2003 e 2008 e diretor financeiro da BR Distribuidora entre 2008 e 2014, é preso, intensificando a crise na gestão da Petrobrás. Em 1 de fevereiro, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) é eleito presidente da Câmara dos Deputados, pregando independência em relação ao Executivo.

Março – maio de 2015: em 8 de março, ocorre o primeiro “panelaço” contra Dilma Rousseff, uma novidade na performance confrontacionista da direita brasileira (TATAGIBA, 2017, p. 84); em 11 de março, os depoimentos do primeiro delator da Lava Jato, Paulo Roberto Costa, tornam-se públicos; em 15 de março, acontece a primeira manifestação nacional com motes de combate à corrupção e derrubada do governo eleito; em abril, novos protestos e ações relevantes da Lava Jato, como a prisão do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e a primeira condenação de réus na operação, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef. Em maio, os ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa anunciam corte no orçamento federal, aumentando o tensionamento entre apoiadores do governo e subsidiando a crítica da oposição em relação ao ajuste fiscal; ainda neste mês, Miguel Reale Jr. apresenta a petição que daria origem à ação sobre as chamadas *pedaladas fiscais*.

Junho – setembro de 2015: em junho, Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo, presidentes das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, são presos pela Polícia Federal em ação da Lava Jato; ainda neste mês, Eduardo Cunha utilizou a redução da maioria penal como barganha e, após derrota em plenário, fez uso de manobra regimental para conseguir sua aprovação no dia seguinte; duas semanas depois, em pronunciamento veiculado nas redes nacionais de televisão e rádio, anunciou seu rompimento oficial com o governo e sua consequente passagem à oposição. Duas semanas depois, a revista *ISTOÉ* publica número em que estampa a capa “A solução Temer”. Em agosto, o vice-presidente afirma a necessidade de alguém que reunificasse o país. Em 16 deste mês, uma nova série nacional de protestos ocorreu nas capitais e cidades de médio porte. Naquele mês, a junta econômica do governo estuda a recriação da CPMF, gerando insatisfação interna entre seus membros e entre entidades representativas do empresariado. Já em setembro, a agência de classificação de risco Standart & Poor’s rebaixou a nota do Brasil – e o governo anunciou novos cortes de despesas no orçamento. Num encontro com empresários, Michel Temer afirma que, se Dilma Rousseff continuasse com o mesmo nível de reprovação, não continuaria no cargo.

Outubro – dezembro de 2015: em outubro, Eduardo Cunha passa a estar na mira da artilharia de manifestações nas ruas, protagonizados por mulheres que protestavam contra o PL 5069, que dificultaria o aborto legal em caso de estupro (G1, 2015), além de estar envolvido numa série de denúncias de corrupção, amargando rejeição tão grande ou maior que a da

presidenta. Então, o PMDB divulga o documento *Uma Ponte Para o Futuro*, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, cujo arquivo vinculado no site do partido era nomeado “release_temer.pdf”. Em novembro, outras revistas de grande circulação anunciam Temer como alternativa presidencial; neste mês, ainda, durante o congresso nacional do PMDB, Temer é recebido pelos partidários como presidente. Em 2 de dezembro, após deputados petistas anunciarem que votariam pela procedência da investigação contra Eduardo Cunha na Comissão Ética, o presidente da Câmara autorizou a abertura do processo de *impeachment*. Cinco dias depois, após Temer faltar uma reunião da coordenação política do governo para apresentar o *Uma Ponte para o Futuro* para empresários na Fecomércio de São Paulo, é vazada sua carta em que alega ser um “vice decorativo”. No dia 13, ocorre a última bateria de protestos pela derrubada do governo; no dia seguinte, FIESP e CIESP anunciam seu apoio formal ao impedimento. Em 18 deste mês, Joaquim Levy pede demissão do governo.

Janeiro – abril de 2016: em 4 de março, Sergio Moro expede mandato de condução coercitiva do ex-presidente Lula, insuflando o clima para manifestações convocadas para 13 daquele mês; no dia 9, o Ministério Público de São Paulo denunciou Lula por lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio; os protestos do dia 13 foram os maiores da sequência de manifestações deposicionistas. No dia 16, após negociações, Lula é convidado para ocupar a Casa Civil, com o objetivo de auxiliar a presidenta a garantir a sequência de seu mandato; às 18:38 deste dia, uma gravação de um diálogo entre ele e Dilma é transmitida no canal GloboNews e veiculada no portal G1, numa gravação e divulgação posteriormente comprovada como ilegal. No dia seguinte, Lula tomaria posse junto a outros ministros; minutos depois, uma liminar de um juiz de primeira instância de Brasília suspendeu sua posse – posição que seria embargada pelo Tribunal Regional Federal; por fim, em 18 de março, o ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu sua nomeação. Neste dia, acontecem grandes manifestações a favor da continuidade do governo em quarenta e cinco cidades, mas menores que aquelas do dia 13. Entre março e abril, uma série de federações empresariais de grande porte anunciam seu apoio ao *impeachment*.

Em 17 de abril ocorre a votação na Câmara dos Deputados pela continuidade do processo de *impeachment*, com protestos divididos por um muro: de um lado, a manifestação convocada pelas Frente Brasil Popular e Frente Povo

Sem Medo, de apoio à continuidade do governo, e, do outro, os apoiadores da derrubada de Dilma Rousseff. 367 deputados votaram pela autorização do impedimento, enquanto apenas 137 se colocaram contrários.

Maio – agosto de 2016: em 12 de maio, o senado autoriza o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república durante a sequência do processo de *impeachment*, por 55 votos contra 22; no mesmo dia, apesar de não ser um afastamento definitivo, Michel Temer apresenta seu governo, alterando composição ministerial, orientação político-econômica e, ainda, anunciando o objetivo de alterações substantivas nas atribuições do Estado brasileiro. Apenas nove dias depois, uma conversa entre o então senador licenciado para ocupação do ministério do Planejamento, Romero Jucá, e o ex-diretor da Transpetro, Sergio Machado, é divulgada, evidenciando interesses particulares que ditaram o ritmo do impedimento. Em 31 de agosto, após 6 dias de julgamento, a presidenta é deposta por 61 senadores favoráveis, ao que se opuseram 20 parlamentares.

4. QUAIS PODERES DE ESTADO CONDUZIRAM O GOLPE NO BRASIL? A AFIRMAÇÃO DE UM GOLPE JURÍDICO-PARLAMENTAR

Anteriormente, citamos a contingência do golpe desferido no Brasil a uma onda regional comumente chamada de *neogolpismo*. No caso hondurenho, o poder Judiciário e as Forças Armadas tiveram preponderância (COELHO, 2016; CUNHA FILHO, COELHO, FLORES, 2013; KRITSKI, 2019; MONTEIRO, 2018); no Paraguai, por sua vez, os parlamentares foram os protagonistas no impeachment relâmpago de Fernando Lugo (COELHO, 2016; KRITSKI, 2019; MONTEIRO, 2018; REIS, 2012; SOLER, 2015).⁵⁹ Considerando que os golpes de Estado são ações furtivas por poderes ou parcelas da burocracia de Estado, devemos investigar quais foram os operadores do golpe no caso brasileiro. Concordamos com Perissinoto (2018, p. 5), quando considera necessário identificar “aqueles que são os perpetradores intencionais da ação e aqueles que criaram as condições e o clima para que o golpe triunfasse”.

59 A renúncia forçada de Evo Morales na Bolívia também pode ser caracterizada como um golpe ou um neogolpe. Contudo, este evento ocorreu após o término da pesquisa da qual se originou a redação deste capítulo; assim, registramos este processo, mas não conseguimos incluir sua descrição no corpo do texto.

O poder Legislativo é o partícipe de maior evidência no golpe de 2016, tendo em vista sua condução sobre o *impeachment*, marcado por conspirações entre os parlamentares, seus partidos, suas bancadas temáticas e, sobretudo, pela direção do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, que ditou o ritmo do processo a partir de seus interesses particulares; leia-se, a preservação de seu mandato no Conselho de Ética. Assim, tem sido usual a caracterização da deposição de Dilma Rousseff como um *golpe parlamentar* (AVRITZER, 2017; MENDES, 2018; PERISSINOTO, 2018; SANTOS, 2017).

Para Wanderley Guilherme dos Santos (2017, p. 30), por golpe parlamentar “indica-se uma substituição fraudulenta de governantes orquestrada e executada por lideranças parlamentares [...] indicam uma modalidade de ruptura de governo, sem explícitas alterações legais, a que estão expostos todos os governos eleitos”. O autor considera que os golpes civis admitem executores externos ao parlamento (SANTOS, 2017, p. 30-31), mas que isso não invalida a tese de que o golpe teria comando, origem e sustentação parlamentar (SANTOS, 2017, p. 132), pois

Armou-se uma coalizão de assalto conservador ao poder envolvendo a sabotagem do Legislativo às ações do Executivo. A ingovernabilidade parlamentar não foi razão suficiente para a abertura do processo de impedimento; o impedimento foi a razão teleológica da sabotagem parlamentar. (SANTOS, 2017, p. 180).

O conceito de golpe parlamentar expresso por Santos⁶⁰ teria origem no julgamento da Ação Penal (AP) 470, conhecida como *mensalão*. Para o cientista político brasileiro, ali teria sido inaugurada, mais especificamente, a tentativa de interrupção por via não eleitoral da liderança do Partido dos Trabalhadores, e, em perspectiva ampla, o ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na ordem política (SANTOS, 2017, p. 159). Foi um processo político de degradação da imagem de governo, partido e lideranças vinculadas ao PT, executada através de punição penal e alicerçada em apoio midiático e apelo classista. A AP 470 foi a resposta do Judiciário a um chamado golpista, que, durante seu julgamento, seis anos mais tarde, teria formulado os fundamentos para os golpes parlamentares (SANTOS, 2017, p. 160). Notamos, igualmente, que nos últimos anos o Legislativo tem aumentado o número de pedidos para

60 Ressaltamos que, a despeito da correspondência entre os vocábulos, o sentido que Wanderley GS atribui ao *golpe parlamentar* não guarda semelhanças com aquilo que Pérez-Liñan (2007), anteriormente, citando, nomeia de *golpe parlamentar* em sua sistematização sobre resoluções a uma crise presidencial.

que o STF solucione seus impasses. Portanto, numa via de mão dupla, o poder Judiciário estaria imbricado nessa construção conjuntamente ao Legislativo.

Santos (2017, p. 168-178) sintetiza sua hipótese de que o julgamento da AP 470 teria lançado as bases para os golpes parlamentares a partir de três teses principais enunciadas por atores centrais do julgamento. A primeira teria sido vocalizada por Joaquim Barbosa, quando declarou que a Constituição é aquilo que o STF diz que ela é. Para Wanderley Guilherme dos Santos isso configura *sequestro do poder constituinte do povo*, pois a Constituição atribui à alta corte brasileira o papel de intérprete da Carta Magna; cabe ao poder Judiciário, quando solicitado, versar sobre casos específicos se a Constituição terá sido cumprida. Portanto, a Constituição cria a autoridade judicial e não o contrário, como afirma Barbosa. O poder constituinte é intransferível, por definição. Quando o Supremo Tribunal Federal o sequestra, enfim, realiza a passagem do exercício legal – e legítimo – do poder ao golpe de Estado.

A segunda tese foi a disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado. Nessa lógica, para que o réu seja considerado inocente, tem que demonstrar ignorância completa. A terceira, consequência lógica da segunda, é a imputação de possibilidade objetiva e causalidade adequada para condenação, verbalizada por Rosa Weber, quando justificou seu voto por condenação de José Dirceu porque a “bibliografia” lhe autorizaria. A adaptação da *teoria do domínio do fato* tornou-se uma ferramenta coringa para a condenação de réus sem documentação comprobatória. Quando a hipótese não é sólida, aceita-se a ocorrência de um crime que só seria caracterizado como uma *possibilidade* objetiva ou *causalidade* adequada.

Consideramos que, se a tese originária utilizada pelos golpes de Estado contemporâneos foi desenvolvida pelo poder Judiciário brasileiro, não devemos nos atentar apenas ao rito parlamentar do *impeachment*, mas temos também de identificar o componente judiciário no processo; mesmo Pérez-Liñan (2007), de quem discordamos, atentou para a hibridez entre esses poderes na lei de impeachment brasileira, quando descreveu o impedimento de Fernando Collor. Chaloub e Lima (2018, p. 204) definem o golpe jurídico como aquele que tem em si embutida “a participação ativa das instituições judiciais, e de alguns de seus atores específicos, na ruptura ‘legal’ das regras do jogo democrático”.

No Brasil, a participação do Supremo Tribunal Federal é decisiva num processo de *impeachment*. Pérez-Liñan (2007, p. 137), destaca a lei de *impeachment* brasileira como um caso híbrido, de responsabilidade dos poderes

Legislativo e Judiciário. Se a trama deposicionista feria o princípio constitucional da soberania popular expressa na eleição de seus governantes e, mais especificamente, o enquadramento de Dilma Rousseff na controversa Lei de Responsabilidade exigia interpretação – além de questões como o pedido de *impeachment* se sustentar em ações realizadas pela presidenta em mandato anterior ou a evidente motivação material e partidária de seu conteúdo –, a mais alta corte brasileira deveria ter se pronunciado sobre o mérito da questão. Todavia, em março de 2016, o ministro Luís Roberto Barroso, afeito a entrevistas e aparições públicas, foi taxativo: “No Fla-Flu do *impeachment*, o Supremo não tem lado. O STF é o árbitro”. O STF, portanto, versaria apenas sobre a normatividade do rito procedimental. Ora, essa fala vai na contramão da supracitada de Joaquim Barbosa, que afirmou o poder de ditame da Corte sobre a Constituição; evidencia-se, aqui, a atuação casuística dos ministros. O presidente do STF naquele período, Ricardo Lewandowski, se comunicou publicamente com sinais trocados sobre o possível julgamento do mérito da questão. Em agosto, presidiu normalmente a sessão do Senado que sacramentou o golpe de Estado; todavia, em palestra no mês seguinte, caracterizou o *impeachment* como um “tropeço da democracia” e um episódio “lamentável”, que se inseria em rumos da história que deveriam ser mudados pelos jovens no futuro.

O caso do ministro Barroso é elucidativo. Barroso se enquadra no que Chaloub e Lima (2018, p. 208) denominam como *jurista-político*, o jurista que participa do debate público, esperando da parcela a qual se dirige um consentimento passivo, o qual gera uma reação mobilizadora que visa à ampliação da legitimação política dos juízes e procuradores em questão. Barroso (2015) considera que o STF, em determinadas situações, deve empurrar o papel representativo do poder Legislativo, garantindo o governo da maioria. Sob uma concepção em que o Judiciário não é um poder político, mas um poder técnico e neutro, o Judiciário tem capacidade não de substituir a política, mas agir na escassez de *boa política* (BARROSO, 2014), quando o mundo político falha por suas limitações estruturais e rebaixamento ético de seus agentes (CHALOUB; LIMA, 2018, p. 219). Observa-se que essa posição é francamente contrária àquela sustentada por Marco Aurélio Melo, para quem, ainda quando Barbosa defendia que a Constituição é o que o STF diz que ela é, o STF é um poder político. Como o Judiciário não seria político na visão de Barroso, seria um árbitro insuspeito dos conflitos, dotado de valores morais e técnicos para tomar a tarefa para si e descomprometido com o significado

democrático ou antidemocrático das ações parlamentares. Portanto, a tomada de decisão sobre sua participação direta ou indireta na condução de impedimentos é uma ação ativa.

Barroso (2016) compreende o julgamento da AP 470 como a virada de chave na história política brasileira. Para o jurista, acusações difusas de corrupção sempre marcaram nossa disputa, mas só obtinham consequências eleitorais, nunca penais; padrão que só seria alterado com o *mensalão*. Consideramos, então, que os elementos expostos por Wanderley Guilherme dos Santos – mesmo que este nomeie o golpe de 2016 como *parlamentar* – sobre as consequências do julgamento da AP 470, a anuência do STF em relação ao mérito do processo de *impeachment*, que não configura uma adesão passiva, mas uma ação positiva, e a justificação por parte de juristas no debate público de ideias de que o judiciário deve tomar para si as rédeas do conflito político apontam para o protagonismo do Judiciário no golpe. Portanto, propomos que este seja nomeado como um golpe *jurídico-parlamentar*, em que os dois poderes foram os atores estatais perpetradores (PERISSINOTO, 2018, p. 5) da deposição de Dilma Rousseff.

Como dito anteriormente, é costumeiro que parcelas da burocracia estatal estejam envolvidas na construção de golpes de Estado. No caso brasileiro, compreendemos que uma parcela de agentes distribuídos em diferentes ramos foi fundamental para seu êxito: os membros da equipe de investigação no Ministério Público Federal (MPF) responsáveis pela operação Lava-Jato, o juiz de primeira instância responsável pelos processos referentes a esta e os policiais federais envolvidos. A operação não fez parte da deposição de Dilma Rousseff diretamente, mas foi uma ação perpetrada por “atores estatais de suporte decisivo” (PERISSINOTO, 2018, p. 5).

Deltan Dallagnol, coordenador da equipe do MPF responsável pela Lava-Jato, afirma que a força-tarefa envolvida teria inovado com seu modelo de investigação “calcado no quadripé: acordos de colaboração feitos pelo Ministério Público Federal, avanço por pulsos ou fases, cooperação (doméstica e internacional) e comunicação social” (DALLAGNOL, 2017, p. 76). Ora, talvez essa seja a única discordância entre Dallagnol e Moro, que, geralmente, agem como se ocupassem a mesma função.⁶¹ O então juiz faz questão de apresentar a origem do *modus operandi* da operação.

61 Esta pesquisa foi concluída anteriormente à divulgação de mensagens privadas de Sergio Moro, Dallagnol e outros procuradores do MPF, no escândalo conhecido como Vaza Jato, publicado, primeiramente, no portal The Intercept Brasil, e, posteriormente, por outros veículos da imprensa. Por isso, a descrição

A admiração de Sérgio Moro pela operação *Mani Pulite* é pública. Seu artigo *Considerações sobre a Operação Mani Pulite*, de 2004, elucida o caminho que seria traçado pela sua atuação na Lava-Jato, dez anos depois. A *Mani Pulite* deteriorou o sistema partidário italiano, implodindo os quatro principais partidos italianos daquele período, gestando uma crise do sistema político. Todavia, para Sergio Moro, isso não configura um problema, mas uma virtude: “o processo de deslegitimação [do sistema político] foi essencial para a própria continuidade da operação *Mani Pulite*” (MORO, 2004, p. 58). Ou seja, “a validade equivalente dos princípios é retorcida por uma argumentação que antepõe a *legitimidade de determinados objetivos* como fator predominante” (CHALOUB; LIMA, 2018, p. 232, grifos dos autores). Nas palavras de Moro:

A independência judiciária, interna e externa, a progressiva deslegitimação de um sistema político corrupto e a maior legitimação da magistratura em relação aos políticos profissionais foram, portanto, as condições que tornaram possível o *círculo virtuoso* gerado pela operação *mani pulite*. (MORO, 2004, p. 58, Grifos nossos)

Ou seja, a destruição da atividade política, desde que atendendo ao fim de combater a corrupção, geraria um círculo virtuoso. Bruno Wanderley Reis (2017) chama a atenção para o efeito reverso que a Lava-Jato deve produzir: “ao desorganizar o sistema político, a Lava-Jato solapa as condições institucionais para um combate eficaz à corrupção”, pois “trata-se de um espasmo de euforia demagógica seguido de deterioração do ambiente institucional, prejudicando a consecução dos objetivos a que [...] as empreitadas ostensivamente se dedicavam”.

A publicidade, mesmo que causando lesões indevidas aos cidadãos investigados, gerava também um círculo virtuoso, pois “garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados” (MORO, 2004, p. 60), que, inclusive, utilizaram os meios de comunicação para ameaçarem renunciar coletivamente a seus cargos (MORO, 2004, p. 57), comportamento idêntico ao que tiveram os procuradores da Lava-Jato em novembro de 2016. Wanderley Guilherme dos Santos considera que a operação e a imprensa constituíram

da participação desses atores no golpe de 2016 se dá a partir de suas ações públicas, textos e discursos. A documentação, posteriormente revelada, é uma ferramenta comprobatória desta hipótese.

[...] uma sociedade de interesse comum: a liquidação da legitimidade política do Partido dos Trabalhadores. Pequenas arbitrariedades que a doutrina punitiva de Sérgio Moro advogava, sempre no interesse da justiça maior, extraíam inabalável defesa dos jornalões, para nada dizer da manipulação do noticiário. Personalidades celebrizadas pela TV ou por promoção publicitária converteram-se em vetores de agitação e propaganda, enriquecidos pela confissão conservadora de inúmeros profissionais, disfarçada de indignação diante da derrubada moral do governo. (SANTOS, 2017, p. 181)

O horizonte de Moro se mostraria à prova quando o ex-juiz divulgou para o Jornal Nacional áudios de conversas gravadas ilegalmente entre Dilma Rousseff, chefe de Estado, e Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente, nomeado ministro da Casa Civil. Como aponta Falcão (2015), o vazamento seletivo de informações filtrado pelo poder judiciário por um lado, deslegitima o processo político e, por outro, define a agenda do conflito político. O ex-juiz, aliás, sinaliza ver a correspondência direta entre a operação Lava Jato e a destituição de Dilma Rousseff, quando comenta com entusiasmo sobre as manifestações que reivindicavam sua deposição.⁶²

O que mais chama a atenção na leitura de Moro sobre a *Mani Pulite* é o que chama de lição do episódio:

Talvez a lição mais importante de todo o episódio seja a de que a ação judicial contra a corrupção só se mostra eficaz com o *apoio da democracia*. É esta quem *define os limites e as possibilidades da ação judicial*. Enquanto ela contar com o apoio da opinião pública, tem condições de avançar e apresentar bons resultados. Se isso não ocorrer, dificilmente encontrará êxito (MORO, 2004, p. 61. Grifos nossos).

O ex-juiz parece compreender democracia e opinião pública como sinônimos. Ainda, após a defesa de que o virtuoso combate à corrupção, como o fim em si da ação judicial, justifica seus limites e possibilidades, Moro aponta uma exigência para a realização de justiça: todos têm de ser favorável às ações penais.

Operações como a Lava Jato têm como efeito a delimitação do terreno de se fazer política – sobretudo, em termos democráticos. A autojustificação tecnicista dos fins da justiça, que, no limite, é uma discursividade tautológica

62 Após ser homenageado com bonecos e camisetas vestidas por artistas com os dizeres “Morobloco”, Sergio Moro divulgou nota em que afirmou estar tocado com a lembrança. Para isso, conferir o link disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-mar-13/juiz-federal-sergio-moro-volta-louvido-manifestantes>. Acesso em: 02 fev. 2019.

– a operação tem de avançar porque a corrupção só será combatida se a operação avançar – suprime o contraditório e o conflito que marcam um ambiente democrático e, ainda, toma para si o poder decisório, esvaziando a soberania popular que define uma democracia.

5. CONSTRUINDO A LEGITIMAÇÃO DO GOLPE DE ESTADO: UM REPERTÓRIO DAS PRINCIPAIS AÇÕES

Nesta seção, apresentaremos quatro meios utilizados para a construção de um ambiente favorável ao golpe. Essa tipificação tem como objetivo facilitar a sistematização das táticas utilizadas, pois, na realidade, são quatro dimensões de um mesmo processo de deslegitimação do governo, da chefe de Estado, pessoalmente, e do sistema político brasileiro.

O primeiro é a perseguição judicial de inimigos políticos, comumente chamada pelo termo em inglês *lawfare*. Isto é, o instrumental jurídico torna-se ferramenta a ser utilizada com fins de eliminação – física, política ou moral – de adversários políticos, podendo utilizar-se de acusações sem materialidade e em aliança com a imprensa, que cumpre o papel de divulgar esse juízo como se fosse um veredito factual e absoluto. A operação Lava Jato, supracitada, é o exemplo maior de como essa tática foi utilizada.

Outro meio, portanto, é o cerco da grande imprensa. Moretzsohn (2016, p. 116-117), ao tratar da construção da ideia do golpe na mídia, afirma que “trata-se de martelar uma ideia até que ela seja incorporada pelo público e apareça como expressão espontânea de uma reivindicação indiscutível, que mobiliza multidões. A imprensa, assim, ajuda a criar o clima favorável para depois colher os frutos”. Feres e Sassara (2016) ressaltam como o segundo governo de Dilma Rousseff não passou pelo período que a ciência política costuma chamar de “lua-de-mel”, em que os políticos eleitos costumam gozar de relativa tranquilidade após a vitória. Interpretando manchetes veiculadas pelos principais jornais e portais na internet, os autores identificam que:

[...] a grande imprensa assumiu uma postura ainda mais contrária à presidente do que no período eleitoral [...] é difícil imaginar como todos esses elementos teriam sinergia sem a colaboração ativa da mídia, transformando Moro e outros os promotores de Curitiba em heróis nacionais, pressionando os ministros do Supremo Tribunal Federal, convocando a classe média das grandes cidades para as ruas

[...] e perseguindo seletivamente Dilma, Lula e o PT [...] através de muita dedução e, frequentemente, acusações infundadas. (FERES; SASSARA, 2016, p. 182-183. Tradução nossa)

Isto posto, passamos ao terceiro meio utilizado, a convocação de protestos contra o governo nas ruas das grandes cidades. Sob motes genéricos contra a prática de corrupção e abarcando várias alternativas deposicionistas, as manifestações, com um perfil majoritariamente composto por pessoas mais velhas, brancas, de alta renda familiar, eleitoras de Aécio Neves em 2014 (CONGRESSO EM FOCO, 2015), criou-se um clima de cerco ao governo e, através da divulgação midiática, criaram a mensagem de que ali se traduzia um desejo de toda a população. Somavam-se à convocação, de maneira indireta, os principais canais televisivos, que anunciaram a manifestação previamente e paralisaram sua programação para a cobertura em tempo real e com a divulgação maciça de informações sobre os transportes públicos que levavam aos locais de manifestação, estimulando a participação. Sua magnitude, sobretudo nas capitais, foi o suficiente para a transmissão da ideia de que ali se gestava um movimento cívico, ultrapassando preferências partidárias e clivagens ideológicas, de abrangência nacional. Apesar da generalidade das pautas envolvidas, o viés deposicionista se destacava: num gradiente que variava do apoio a um eventual *impeachment* de Dilma até uma intervenção militar, as manifestações criavam o clima para que a derrubada da presidenta avançasse institucionalmente.⁶³

O último meio, enfim, foi a maneira pela qual se constituía a deslegitimação particular de Dilma Rousseff enquanto chefe de Estado: a violência política misógina. Para a ex-presidenta, esta foi uma questão subjacente ao golpe de Estado, a qual perpassou, atravessou e condicionou as outras (PRINCETON UNIVERSITY, 2017).

Flávia Biroli (2018, p. 78) considera que o “golpe de 2016 depôs Dilma Rousseff em um contexto de reação às transformações na posição social relativa das mulheres e às poucas, mas significativas, conquistas no âmbito institucional” – em que se destacam a Lei Maria da Penha (11.340/2006),

63 As manifestações pela deposição de Dilma Rousseff mereceriam uma cronologia a parte, como em Tatagiba (2017). Em Kritski (2019), destaca-se a crescente identificação política dos participantes com a operação Lava Jato; isto é, os manifestantes se reconheciam politicamente na ação da operação judicial e, na outra ponta, o então juiz Sergio Moro e os procuradores do MPF enviavam mensagens convocatórias, reconhecendo esse processo.

a PEC das Domésticas (72/2013) e a Lei do Feminicídio (13.104/2015) (BIROLI, 2017, p. 98).

Araújo compreende que a presença de uma mulher no cargo mais elevado da República teria levado a um efeito de representação simbólica, tendendo a estimular outras mulheres a pleitear a disputa de cargos (ARAÚJO, 2018, p. 45). O que fere a representação dos papéis masculino e feminino, pois “enquanto ao homem é destinada a esfera pública, caberá à mulher a vida privada, a intimidade das alcovas, a invisibilidade na vida social, política, econômica e cultural” (LEITÃO, 2018, p. 55). Por isso,

em se tratando de mulheres que ocupam ou tentam ocupar esse tipo de espaço político de poder – cargos elevados no Executivo –, o que irá constituir carisma pesam mais em comparação com os homens; os atributos aparentemente neutros para o exercício da liderança, como “competência” e “experiência”, tenderão a importar sobremaneira; não são de fato expressões neutras; e tendem a ser submetidos ao crivo público mais intenso, em comparação com os homens. (ARAÚJO, 2018, p. 37-38)

Araújo ressalta que, enquanto a inexperiência é ressaltada como virtude em políticos homens, como João Doria, transformou-se em falta no caso de Dilma Rousseff. Teria sido uma maneira de utilizar-se de sua capacidade técnica e distanciamento da política tradicional para afastá-la de sua trajetória de vida, eminentemente política: “porque mulheres ocuparem cargos de dirigentes ainda é o excepcional, é objeto de atenção com desconfiança e de certo estranhamento, ou de olhar mais acurado sobre e para toda e qualquer iniciativa pública” (ARAÚJO, 2018, p. 43).

Assim, a presidenta foi tratada – não só durante a construção do golpe de Estado, mas desde que despontara como presidenciável – como um ser “fora do lugar”, como “aquela sem habilidades para governar [...] Ao mesmo tempo, Dilma é alguém de natureza autoritária e perigosa. [...] Sobre Dilma, transitou-se e transita-se entre excessos e faltas, nunca o equilíbrio” (ARAÚJO, 2018, p. 45). Além disso, “em revistas semanais, a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destempero emocional” (BIROLI, 2018, p. 79). Enfim, evidencia-se que, num processo eivado de uma constante gramática de gênero (BIROLI, 2018, p. 80), a violência política misógina foi uma ação decisiva para o êxito do golpe de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, discutimos uma proposta de tipificação a respeito do golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016. Apresentamos, brevemente, sua caracterização enquanto um golpe e identificamos suas particularidades a partir de chaves interpretativas relativamente consensuais no estudo sobre os golpes de Estado: a busca dos atores políticos que, no interior do Estado, seja em poderes ou em ramos da burocracia, operam a alteração no centro decisório da política estatal.

Demonstramos que foi um golpe *jurídico-parlamentar*, articulado no parlamento e legitimado pelo poder judiciário, contando com suporte dos agentes da burocracia estatal envolvidos na operação Lava Jato. Tratando-se de um evento recente da história política brasileira, evidências sobre a participação desses atores podem surgir após a publicação deste livro – como, por exemplo, entre a pesquisa realizada e a redação deste capítulo, a atuação dos operadores da Lava Jato evidenciou-se. A partir da cronologia exposta, pudemos destrinchar os principais meios utilizados para consolidação de uma legitimação do golpe, os quais foram apresentados em quatro itens para fins didáticos, pois foram ações que se retroalimentaram e se sobrepuseram durante a consecução do golpe. A relevância dessas ações para o êxito do golpe evidencia, ainda, a necessidade de pensar os golpes de Estado para além dos atores estatais.

Destacamos, ainda, que, até recentemente, as Forças Armadas do Brasil pouco se pronunciaram publicamente sobre sua participação – direta, indireta ou nula – na conspiração golpista. Contudo, recentemente, algumas figuras-chave do controle militar – sobretudo do Exército – têm feito referências a seu posicionamento durante o processo. Consideramos que estudos atualizados sobre o golpe de 2016 têm de levá-los em consideração.

Enfim, a partir da identificação dos atores condutores do golpe de 2016 e os meios utilizados para sua legitimação, respondemos às perguntas de *como se deu* e *quem deu o golpe*. Todavia, não apresentamos *os fins* do golpe; isto é, sem adentrarmos em seus objetivos, o *porquê* de o governo de Dilma Rousseff ter sido golpeado não foi apresentado. Esta lacuna não se dá apenas pela limitação do escopo desta publicação, mas também pelo conceito hegemônico de golpe de Estado, que o reduz aos seus aspectos técnicos, sem a inserção dos golpes existentes em processos mais amplos de conflito político, o que

seria capaz de apresentar os *objetivos* do golpe em questão. Apresentar alternativas teóricas para o golpe de Estado e realizar estudos de caso dos golpes recentes que incorporem estes elementos são desafios para aqueles que, na ciência política, travam o debate sobre os golpes de Estado.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 33-50, 2018.
- AVRITZER, Leonardo. **O declínio do apoio ao governo no Congresso vai se acentuar**. Entrevista à Carta Capital, abr. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-declinio-do-apoio-ao-governo-no-congresso-vai-se-acentuar/>. Acesso em: 26 jan. 2019.
- BARROSO, Luís Roberto. **Estado, sociedade e direito: diagnósticos e propostas para o Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Conferencia-da-OAB_20out2014.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.
- BARROSO, Luís Roberto. A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. especial, p. 24-51, 2015.
- BEALEY, Frank. **The Blackwell dictionary of political science**. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1999.
- BIANCHI, Alvaro. Golpe de Estado: o conceito e sua história. In: FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (org.). **Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- BIROLI, Flávia. Sobre lutas, avanços e reações: feminismos e reorganização das esquerdas. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (org.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 75-84, 2018.
- CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro Luiz. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 1, p. 202-252, mar./jun., 2018.
- COELHO, André Luiz. Um novo modelo de destituição de mandatários ou a releitura de velhas práticas? Reflexões sobre a instabilidade presidencial contemporânea na

América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 113, p. 11-50, jul./dez., 2016.

CONGRESSO EM FOCO. **PSDB pede ao TSE auditoria no sistema de apuração de votos. 2014**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/psdb-pede-ao-tse-auditoria-no-sistema-de-apuracao-de-votos/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CONGRESSO EM FOCO. **Datafolha: 82% dos manifestantes de domingo na Paulista votaram em Aécio. 2015**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/datafolha-82-dos-manifestantes-de-domingo-na-paulista-votaram-em-aecio/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CUNHA FILHO, Clayton M.; COELHO, André Luiz; FLORES, Fidel I. Pérez. A right-to-left policy switch? An analysis of the Honduran case under Manuel Zelaya. **International Political Science Review**, v. 35, p. 519-542, 2013.

DALLAGNOL, Deltan. **A luta contra a corrupção** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

FAILLY, Jules. **Jugement du coup d'État et de la Révolution de 1830**. Paris: de L'Imprimerie de Rignoux, 1830.

FALCÃO, Luís. Democracia e Justiça: sobre pedaladas e pedalinhas. **Breviário de Filosofia Pública**, v. 12, p. 105-114, 2015.

FERES, João; SASSARA, Luna. Dilma Rousseff's Third Round. **Saúde Debate**, v. 40, n. especial, p. 176-185, 2016.

G1. **Mulheres protestam contra projeto de lei de Eduardo Cunha em São Paulo. 2015**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/mulheres-protestam-contra-projeto-de-lei-de-eduardo-cunha-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 13/02/2019;

G1. **Protesto contra Eduardo Cunha reúne mulheres no Centro do Rio. 2015**. Disponível: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/protesto-contra-eduardo-cunha-reune-mulheres-no-centro-do-rio.html>. Acesso em: 13 fev. 2019.

KRITSKI, Rafael Polari de Alverga. **A natureza de classe do golpe jurídico parlamentar de 2016: uma análise a partir do conflito de classes no Brasil contemporâneo (2003-2016)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, RJ, 2019.

LEITÃO, Cláudia. Imaginário, mulher e poder no Brasil: reflexões acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 51-64, 2018.

LUTTWAK, Edward. **Golpe de Estado: um manual prático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MALAPARTE, Curzio. **Tecnica del golpe de Estado**. [1931]. Barcelona: Plaza e Janes ;S. A., 1960.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MENDES, Gabriel Gutierrez. **O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina**: a aplicabilidade do modelo de Pérez-Liñan. *Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, p. 253-278, mar./jun., 2018.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n.1, p. 55-97, mar./jun., 2018.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida. *In*: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (org.). **2016: o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, p. 116-140, 2016.

MORO, Sérgio Fernando. Considerações sobre a operação mani pulite. *Revista CEJ*, n. 26, p. 56-62, 2004.

NAUDÉ, Gabriel. **Consideraciones políticas sobre los golpes de Estado**. [1639]. Universidad Central de Venezuela, Caracas. 1964.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. **Presidential impeachment and the New Political Instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

PERISSINOTTO, Renato. Por que golpe? 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe. Acesso em: 13 abr. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Dilma – uma mulher política. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 23-32, 2018.

PRINCETON UNIVERSITY. **Dilma Rousseff: The Challenges for Democracy in Brazil**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hQEZQoacCMY>. Acesso em: 01 set. 2017.

REIS, Bruno Wanderley. **A Lava-Jato é o Plano Cruzado do combate à corrupção. Novos Estudos**, 2017. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/a-lava-jato-e-o-plano-cruzado-do-combate-a-corrupcao/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

REIS, Guilherme Simões. Um conto paraguaio: o golpe de Estado do lobo com pele de cordeiro. *Breviário de Filosofia Pública*, n. 68, ago., 2012.

REIS, Guilherme Simões. O Fim da Era das Democracias na América. *Breviário de Filosofia Pública*, n. 146, p. 32-47, abr. 2017.

- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). Precisamos falar de Gênero. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 7-22, 2018.
- SANTO-DOMINGO, Joseph-Hippolyte de. **Les Prêtres instigateurs du coup d'état, ce qu'ils ont fait, ce qu'ils auraient fait, ce qu'ils peuvent faire**. Paris: A.-J., 1830.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SILVA, Fabricio Pereira da. **América Latina em seu labirinto: democracia e autoritarismo no século XXI**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2019.
- SOLER, Lorena. Golpes de Estado en el siglo XXI. Um ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguai (2012). **Cadernos PROLAM/USP**, v. 14, n. 26, 2015.
- TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Revista Sinais Sociais**, v. 11, n. 33, p. 71-98, jan./abr., 2017.
- TSE. Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial. 2014a. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- TSE. TSE aprova com ressalvas contas de Dilma e de Comitê Financeiro para presidente da República. 2014b. <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/tse-aprova-com-ressalvas-contas-de-dilma-e-de-comite-financeiro-para-presidente-da-republica>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- TSE. PSDB pede cassação do registro de Dilma Rousseff e Michel Temer. 2014c. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/psdb-pede-cassacao-do-registro-de-dilma-rousseff-e-michel-temer>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- VITULLO, Gabriel Eduardo; SILVA, Fabricio Pereira da. O que a Ciência Política (não) tem a dizer sobre o Neogolpismo Latino-americano? **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas**, v. 14, n. 2, p. 27-66, 2020.

GARIS: A RESISTÊNCIA E LUTA – A GREVE DOS TRABALHADORES DA LIMPEZA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 2014.

*Aparecido de Jesus Silva
Claudio de Farias Augusto*

Este trabalho tem como objetivo entender os fenômenos sociais e políticos, os quais suscitaram a greve dos garis na cidade do Rio de Janeiro, em 2014, para isso, utilizaremos como suporte teórico as análises de E. P. Thompson. Os eventos ocorridos trouxeram aspectos relevantes para refletir acerca das novas representações políticas, articuladas em um contexto de crise de representação sindical. Nesse quadro, vale analisar o advento da greve dos garis, ademais o contexto de crise de representação sindical ampliada. Segundo levantamento realizado para a pesquisa, podemos assinalar que esses trabalhadores ainda não haviam se mobilizado de forma efetiva até 2014, um dos motivos por terem sido repreendidos pela Prefeitura da cidade do Rio Janeiro e pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Essas questões foram motivadas a partir de algumas entrevistas semiestruturadas, realizadas por nós, com alguns trabalhadores grevistas, por meio da análise de documentos disponibilizados na página oficial do Sindicato e da Comlurb, além de entrevista concedida pelo prefeito Eduardo Paes a uma rede de televisão carioca.

Dessa forma, procuraremos compreender se o advento da greve dos garis deve ser entendido pelas mudanças estruturais que propiciaram o surgimento de novas configurações de organização de luta, e da análise do surgimento desses “novos atores políticos”. A mobilização e a estratégia utilizadas para chamar atenção da população carioca tiveram como instrumentos formas

inovadoras, como a visibilidade do lixo quando a cidade passava por um evento tradicional, o carnaval. Além disso, a demonstração da formação dessa instrumentalidade, sua efetiva necessidade, bem como o modo que a categoria reconheceu sua atuação, pois a limpeza urbana é a gênese dessa profissão.

É nesse contexto de precarização do trabalho que permanecia em 2014, e permanece até hoje, a profissão de gari na cidade do Rio de Janeiro⁶⁴.

Por outro lado, a história dos trabalhadores de limpeza urbana se confunde com o processo de urbanização das cidades, no entanto, ainda são poucos os registros desses trabalhadores na literatura acadêmica. Estudos urbanos e de políticas públicas apontam para a significativa contribuição do lixo e de resíduos na proliferação de várias doenças durante a história da humanidade.

A metrópole do Rio de Janeiro, no início do século XIX, era vista como uma cidade: “Suja, infectada, pouco civilizada, contudo, a urbe carioca experimentará, no entanto, com a vinda da família real significativos melhoramentos: aterro de mangues, abertura de novas ruas, calçamentos, embelezamento, etc.” (AIZEN; PECHMAN, 1985, p. 32).

Ruas sujas e epidemias se tornaram frequentes na então capital do país. Os escravos e prisioneiros eram responsáveis pelo recolhimento do lixo e destino dos dejetos dos senhores, despejados no mar ou nas lagoas. Esses escravos eram conhecidos como os tigres⁶⁵. A profissão do gari nasce nesse contexto escravagista, em que escravos e prisioneiros eram responsáveis por esses serviços – o artista francês Jean-Baptiste Debret retratou essa atividade em suas pinturas, ao observar que os africanos carregavam vasilhas na cabeça com os dejetos dos seus senhores, uma vez que o serviço de limpeza urbana, nessa época, estava a cargo dos próprios moradores, não do poder público.

Do século XIX em diante, o poder público contratou empresas privadas para fazer a limpeza das ruas, mas o lixo das casas continuava sobre a responsabilidade dos proprietários. Ao contratar o serviço particular de limpeza, locais fixos foram especificados para o destino do lixo, quem não cumprisse a norma seria multado – “[...] A câmara recebe sugestão de ter a sua disposição um número suficiente de escravos e outros réus sentenciados a trabalhos públicos, que se acham recolhidos nas prisões, para serem empregados na limpeza de ruas e praças, sob a guarda de soldado” (AIZEN; PECHMAN, 1986, p. 36).

64 Uma constatação feita a partir de entrevistas realizadas com alguns garis e percebida em visitas a algumas sedes durante o trabalho de campo.

65 Conferir Eigenheer (2009): “Os tigres eram os responsáveis pelo transporte de lixo e dejetos, dos escravagistas, em barris sobre a cabeça”

As transformações só apareceram quando o francês e empresário radicado no Brasil, Aleixo Gary, foi contratado para fazer a coleta de lixo da cidade do Rio de Janeiro. O qual melhorou significativamente a localidade durante uma gestão de 10 anos. Por conta do reconhecimento do serviço prestado pela empresa Aleixo Gary & Cia, surge a “profissão de gari”, que neste trabalho será analisada como “classe” na perspectiva Thompsianiana.

Segundo Thompson, para entender a consciência de classe é necessário levar em conta alguns fatores tais como as instituições, os costumes, as tradições, os hábitos e os valores: “A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” (THOMPSON, 2012, p. 10). O autor prossegue: “Se lembrarmos que a classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira. Ela não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste” (THOMPSON, 2011, p. 12).

Dentro desse escopo, pensaremos a categoria gari da cidade do Rio Janeiro a partir do princípio de que a micropolítica é base de sustentação das grandes revoluções, como apontou Thompson: “A agitação popular é considerada o resultado da coincidência inevitável da alta dos preços do trigo com as depressões econômicas, e explicável em termos de um quadro elementar de “tensão social”, derivado dessas condições” (THOMPSON, 2012, p. 19). O autor busca em diversos fatos históricos indícios que contribuem em seu entendimento para a existência de uma classe consciente de sua exploração, que é consequência da realização do seu tipo de trabalho.

1. ORGANIZAÇÃO DOS GARIS ENQUANTO CLASSE TRABALHADORA

Thompson (2011), em uma análise sobre a gênese da formação de classe trabalhadora inglesa, identifica seu surgimento sob o ponto de vista histórico e cultural. Constata que ao longo do processo histórico a classe trabalhadora passa por transformação criando uma identidade e, posteriormente, uma consciência de classe, esclarecendo: “A classe operária não surgiu tal qual como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 2011, p. 9), por isso, observa:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 2011, p. 9)

Sendo assim, a formação da classe trabalhadora passou a ser compreendida não só pelas instituições, mas também por uma organização, mesmo sem a participação de sindicatos ou partidos políticos: “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril” (THOMPSON, 2011, p. 17).

Particularmente, com relação ao nosso tema, construímos o imaginário do gari docilizado, sorridente, sempre alegre com a população, servindo de propaganda para o governo local. Entretanto, suas condições de trabalho tão degradantes contribuíram para que reivindicassem seus direitos trabalhistas. Em contrapartida, o governo municipal foi o primeiro a desqualificar tal propósito. Infere-se que a categoria era vista apenas como portadora de deveres, não de direitos, mesmo até os mais básicos já conquistados por outros setores profissionais da sociedade. Em decorrência disso, a greve foi anunciada: “A partir daí o que se viu foi à utilização de todo o aparato estatal para destruir os trabalhadores, até o ponto de alguns deles terem sido chamados de ‘marginais e delinquentes’ pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro” (SOUTO MAIOR, 2014).

A princípio, a greve seria mais uma paralisação de um grupo de trabalhadores. Isso se seus protagonistas não fossem os garis, um dos setores mais desvalorizados da sociedade, seja no que se refere ao salário, seja no reconhecimento profissional. O protagonismo deles só ganhou destaque quando apresentaram as suas demandas para a sociedade: “As classes populares estão atuando com um duplo jogo que pretende, ao mesmo tempo, lutar pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e viabilizar suas demandas, diminuindo suas carências” (CARDOSO, 2008, p. 330).

No período de greve, a forma de organização dos trabalhadores, a articulação durante os oito dias, a cobertura da grande mídia, o posicionamento da prefeitura representada pelo prefeito Eduardo Paes, o Tribunal Regional do Trabalho – RJ e o Sindicato demonstraram serem corporativistas. Devemos atrelar a esta situação o descaso quanto à luta dos garis e, também, das manobras políticas para deixá-los sem amparo legal, pois a justiça concedeu

uma liminar em pleno sábado, reconhecendo a greve como ilegal, e os multando em R\$ 25.000,00, caso não voltassem a trabalhar.

Para tentarmos entender essa situação, pensamos que é possível considerar que os trabalhadores, estrategicamente, escolheram o carnaval de 2014 para realizarem a paralisação, justamente quando a cidade do Rio de Janeiro recebe milhares de turistas brasileiros e estrangeiros, os quais vão para a rua aproveitar essa festa popular. No entanto, deve-se considerar o que relata um dos grevistas:

Na verdade, foi uma coincidência, a verdade é que o gari sempre tentou parar no ano novo e no carnaval e por coincidência e nesse ano o nosso dissídio estava bem próximo ao carnaval e pela atitude desonesta do Sindicato de continuar fazendo negociata por baixo dos panos, passando por cima da categoria. O Sindicato já tinha acertado todo um acordo com a Comlurb e com a prefeitura, que era totalmente distorcido do que o trabalhador tinha pedido em assembleia (Entrevistado n. 3. 20 de maio de 2015).

Para compreender o processo de conscientização dos garis é necessário atentar para sua história enquanto trabalhadores e classe. Nesse sentido, Thompson (2011) afirma ser no geral a classe trabalhadora construída a partir da sua relação com a história, por consequência disso, ela não pode ser estudada apenas em um determinado tempo ou período, sendo necessário observar as atividades dos atores sociais dentro de sua realidade social, cultural e contexto histórico.

A experiência e a consciência são fatores primordiais para que as demandas vivenciadas e suas relações sociais se transformem em mecanismos de mobilização. Dentro da perspectiva thompsoniana, a consciência de classe pode ser forjada, não apenas no chão de fábrica, mas em contexto no qual os trabalhadores unidos buscam mudanças econômicas, sociais, políticas e alterações nas condições de trabalho. Nessa perspectiva, encontram-se os movimentos populares.

A greve promoveu, posteriormente, a formação de um sujeito coletivo, de ações individuais e de prática política. Apesar desse emblemático período de luta classista, não se pode entender as demandas dos trabalhadores somente por meio desse contexto. Enfim, a cidade ficou tomada de lixo e a mídia começou a pressionar o prefeito, todavia, o Sindicato e a Comlurb foram relutantes.

O não reconhecimento da greve desses trabalhadores só ratificou o quão esse segmento social não é percebido pela sociedade e reconhecido

formalmente como classe trabalhadora detentora de direitos, diferentemente de outras categorias: “Os movimentos sociais tiveram de constituir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos” (SADER, 1988, p. 199).

Vale acrescentar que, uma semana antes da greve, os trabalhadores reunidos em assembleia com o sindicato decidiram não aceitar a proposta de reajuste de 3% oferecida pela Comlurb. Então, exigiram 40% em cima do salário de R\$ 803,00, e alguns “benefícios”, tais como: plano odontológico, aumento no vale alimentação e pagamento de 100% nas horas extras (domingos e feriados), gratuidade nos cinemas e centros culturais, retorno do triênio, participação nos lucros, melhorias nas condições de trabalho e auxílio-creche para ambos os sexos, sem contar o retorno do pagamento dos 14º e 15º salários, e a transformação dos trabalhadores em estatutários, e, ainda, regularização das eleições para o Sindicato.

Por fim, ficou decidido, com o apoio do Sindicato, a decretação da greve para o dia 1º de março, conforme relato de um trabalhador participante da assembleia:

A gente limpa a cidade, mas a sociedade ainda não sabe da importância do gari, o serviço do gari é de fundamental importância para a cidade. Então, no dia 28 de fevereiro em assembleia com o Sindicato eu peguei o microfone e falei para a gente entrar em greve, íamos deixar a cidade feder. Nesse mesmo dia, o Vice- presidente [...] apoiou a nossa greve. (Entrevistado n. 4. 19 de janeiro de 2016)

Na perspectiva de E. Thompson, é possível pensar acerca dessa fala em razão da construção de identidade, haja vista o aumento das chances desses trabalhadores se organizarem: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 2011, p. 10).

Nesse ponto, devemos considerar, ainda, que as ideias de Thompson contribuem para a compreensão das novas configurações pelo qual passa o mundo do trabalho na contemporaneidade. Dentro dessas novas relações complexas no mundo do trabalho, há estudos realizados pelo sociólogo Ricardo Antunes (2012), os quais se aproximam das ideias desenvolvidas por Thompson, ao discorrer sobre as novas possibilidades de estruturação de classes:

Por isso, a caracterização de classe trabalhadora hoje deve ser, em nosso entendimento, mais abrangente do que a noção que o restringe exclusivamente ao trabalho industrial, [...] ou ainda à versão que restringe o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril. (ANTUNES, 2012, p. 217)

Desse modo, é possível definir os trabalhadores de limpeza urbana, com sua potencialidade de classe, não como operários fabris, visando desqualificá-los. Nesse particular, utilizando as ideias dos autores citados, e na tentativa de ir além de suas formulações para o desenvolvimento deste artigo, é relevante constatar que as relações de classe se tornam cada vez mais complexas, principalmente, por se reinventarem ao longo do processo histórico. Como decorrência, a organização dos trabalhadores de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro deriva de acontecimentos favoráveis e desfavoráveis a esse despertar de exploração.

Ao ocuparem a Avenida Presidente Vargas, a tropa de choque foi chamada e tentou interromper a manifestação dos trabalhadores usando spray de pimenta e bala de borracha. Em entrevista ao jornal *A Nova Democracia*⁶⁶ o gari Célio Viana explicitou os motivos do ato:

O nosso ato foi pacífico, ordeiro a fim de chamar a atenção do prefeito, do secretário da casa civil para reconhecer que nós queremos negociar melhorias para nossa categoria, infelizmente e acho que já se tornou um vício que em todas as manifestações, seja de professores ou de qualquer categoria surgir lançamento de bombas e Sprays de pimenta. Nós estamos reivindicando o que é nosso de direito. Queremos um piso salarial de R\$1.200 reais, participação em resultados e que a categoria não venha sofrer represália por parte da prefeitura [...]. (A NOVA DEMOCRACIA, 2014)

Mesmo com todo aparato da tropa de choque mobilizada para a repressão, os garis não se renderam e avançaram até a Prefeitura. Ressalta que, no primeiro momento, a cobertura da greve foi realizada pelas mídias alternativas – Mídia Ninja⁶⁷ e a Nova Democracia –, só, posteriormente, a grande mídia fez a cobertura.

66 A Nova Democracia, ou simplesmente AND, é um jornal político brasileiro fundado em julho de 2002, no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Possui tiragem impressa e quinzenal em todo o país e, em sua versão digital, funciona como um portal de notícias e análises políticas diárias. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

67 A Mídia Ninja é um jornal eletrônico, de esquerda, ligado aos movimentos sociais: “O Jornalismo é uma das ferramentas e linguagens que utilizamos para levantar temas e debates, fortalecendo narrativas que não tem visibilidade nos meios convencionais de comunicação”. Disponível em: <https://midianinja.org/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Os garis organizados em assembleia convocaram a representação do sindicato, a qual não compareceu. Por conseguinte, elegeram uma comissão a fim de negociar com a prefeitura e a Comlurb, que afirmavam na mídia que não havia greve. Em decorrência disso, nesse mesmo dia, receberam avisos de avisos de demissão:

Mesmo após ameaças de que se não voltássemos ao trabalho iríamos ter que enfrentar 1100 demissões por justa causa – quando 300 trabalhadores já haviam sido demitidos via SMS – a categoria, em assembleia decidiu não recuar. (CÍRCULO LARANJA,⁶⁸ 2015, p. 1)

Contra essas injustiças, os garis transpuseram de seus papéis tradicionais e partiram para a ação coletiva, visto que se reinventaram e passaram a fazer política, se tornando protagonistas de sua própria história : “De uma experiência coletiva emergia uma nova ideia de política. Essa nova ideia não lhes veio já elaborada, e as elaborações até então instituídas não lhes serviam. [...] A nova ideia da política estava sendo criada (e a criação desse novo discurso era também a criação de novos sujeitos coletivos) (SADER, 1988, p. 221).

Na tentativa de coletar o lixo acumulado, a Prefeitura contratou mão-de-obra para realizar a limpeza, pagando R\$ 150,00 reais por dia. Tal iniciativa da Prefeitura propiciou que os grevistas alertassem que esses trabalhadores substitutos não passaram por treinamentos, sequer usavam os equipamentos fundamentais, conseqüentemente, estariam mais propensos a acidentes. A cidade do Rio de Janeiro virou um caos, com toneladas de lixo amontoadas por toda parte, e a população reclamando do odor: “Entre os lugares mais afetados estavam Lapa, Tijuca, Zona Sul e Centro da Cidade, locais estes, que foram escolhidos para as manifestações dos trabalhadores, [...]” (AMORIM; LIMA, PAIVA, 2014). Ressalte-se um importante avanço ocorrido no que diz respeito à desnaturalização dos problemas cotidianos dos garis, que agora passaram a ser reconhecidos como frutos de injustiças. Isso ficou notório ao usarem todas as estratégias possíveis, pois buscavam trazer para si a população carioca, como um dos pontos fortes da greve. Em carta dirigida à população, afirmaram:

68 É um jornal criado pelos garis depois da greve de 2014: 7 “O Círculo Laranja é uma iniciativa para que o gari, que já é protagonista da cidade no seu dia a dia, também seja protagonista na discussão da cidade que queremos”. Jornal Círculo Laranja, v. 1, n. 1, 2015.

Os transtornos criados em função do acúmulo do lixo na cidade são de única e exclusiva responsabilidade do prefeito Eduardo Paes e do presidente da Comlurb que se negam a negociar e atender às nossas reivindicações. [...]. Nós só queremos dignidade em nosso trabalho [...] (HANRRIKSON, 2014).

Neste sentido, afirma um dos grevistas que a greve foi radical, visto que, conseguiu mobilizar grande parte da categoria, levando-os a entrarem para a história da classe trabalhadora brasileira, que até então, passavam despercebidos em seus escritos. Dentro desse escopo, pode-se dizer que a greve foi um marco histórico e tornou visível a luta, a resistência e, de certo modo, apresentou à sociedade às suas demandas e também um posicionamento político: “Houve uma greve selvagem por parte dos trabalhadores, na verdade foi um acúmulo de descaso, de punições, da retirada de direitos, demissões e falta de representatividade. 2014 foi o ano em que o gari se libertou da senzala e foi lutar por direitos” (Entrevistado n. 1, 7 de setembro de 2015).

Assim, conforme Thompson, a organização coletiva é fruto de um processo histórico. Todavia, refletindo sobre a fala desse trabalhador, podemos fazer analogia com as reflexões de E. P. Thompson, a organização coletiva é fruto de um processo histórico, a qual pode acontecer em qualquer período, e o que é interessante, não importa o tipo de trabalho desenvolvido e sim, a experiência partilhada no ambiente de trabalho.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 2011, p. 10).

Tal contexto experienciado pela cidade do Rio de Janeiro, favoreceu o sucesso dos garis, tendo em vista que as condições históricas proporcionaram a eles o seu próprio protagonismo. Eder Sader já havia identificado esse protagonismo em seus estudos nos movimentos sociais da periferia da cidade de São Paulo. Segundo o autor:

Repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem “sujeitos de sua própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso, acabaram alargando a própria noção de política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano (SADER, 1988, p. 312).

A grande mídia apareceu quando as repercussões já estavam intensas. Entrevistou os representantes da greve com o intuito de ouvir as suas reivindicações, uma vez que os grevistas não tinham amparo do Sindicato. Mesmo com toda essa repercussão, o Sindicato manteve o apoio à Comlurb e à Prefeitura, não aos trabalhadores, mostrando o seu aparelhamento por essas instituições. Um grevista argumenta, então: “Nem todo o Sindicato é favorável. Acho que ele se dobra muito facilmente às questões políticas e não atende às reivindicações dos trabalhadores. É como se eles se vendessem, como já foi o caso no passado de ganharem presentes para fazer acordos ao jeito deles” (Entrevistado n. 6. 20 de agosto de 2016). O professor Ruy Braga problematizou a greve dos garis, destacando a resistência desses trabalhadores ao enfrentarem a Comlurb e o prefeito:

[...] Pois bem, quais as chances desses trabalhadores atropelarem um sindicato governista, enfrentarem ameaças de demissão, resistirem à repressão policial, conquistarem a simpatia popular e derrotarem um governo municipal tão poderoso quanto o da cidade do Rio de Janeiro? Além da coragem pessoal e da disposição combativas demonstradas pelos garis, sua engenhosidade foi decisiva para a vitória do movimento. Instintivamente, os trabalhadores da limpeza urbana construíram o que poderíamos chamar de “política simbólica do trabalho”. Como superar obstáculos tão poderosos à automobilização? Apenas tornando público um problema tratado como se fosse de domínio privado os subalternos podem reequilibrar minimamente a balança (BRAGA, 2014).

Com relação às estratégias adotadas com êxito, um gari nos diz que: “Entendemos que as pessoas que tiram nossos direitos não moram na Zona Norte e Oeste. Eles moram na Zona Sul. Então, como nós poderíamos atingir eles? Precarizando a limpeza nos seus locais de moradia [...]” (Entrevistado n. 1, 7 de setembro de 2015). Essa alternativa de paralisar os bairros mais elitizados deu certo. Por conta disso, a greve tomou uma proporção grande, devido à quantidade de lixo exposto na zona sul e no Centro da Cidade visto que a atenção desse serviço é mais exigida pela população desses locais. Devemos supor, que já antes da deflagração da greve, esses trabalhadores estavam se organizando, no que podemos chamar aqui de micropolítica, inclusive, discutindo sobre problemas, tais como, falta de Equipamento de Proteção Individual (EPIs), assédio moral, falta de participação da categoria no Sindicato, aumento de salários e conversas com os colegas da gerência. Essa micro-organização tomou fôlego com o

uso de novas tecnologias e de redes sociais, que possibilitaram um contato maior entre os garis de vários bairros da cidade.

Por consequência, durante os oito dias de greve, houve tentativas de acabar com o movimento, com ofertas de cargos nas gerências para diretor adjunto, suplente e encarregado. Além disso, em nota, a Comlurb comunicou que para os garis que voltassem a trabalhar abonaria as faltas, para os demais ameaçava com a demissão. A empresa divulgou o esclarecimento em sua página oficial:

O acordo firmado entre a categoria e a Comlurb garante 9% de aumento salarial para os cerca de 15 mil garis da cidade. Assim, a partir de abril, um gari em início de carreira terá como piso salarial R\$ 874,79 mais 40% de adicional de insalubridade, totalizando um vencimento de R\$ 1.224,70. Além do aumento salarial, o acordo garantiu mais 1,68% dentro do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com progressão horizontal. (COMLURB, 2014)

Afinal de contas, os trabalhadores iriam receber um aumento de 100% para as horas de trabalho fora do seu expediente (domingos, feriados e folgas), plano odontológico, aumento do seguro de vida de R\$ 6.300 mil para R\$10 mil, do vale alimentação e auxílio creche. A Comlurb ressaltava ainda: “É importante lembrar que, nos últimos cinco anos, os garis tiveram 50% de ganho real em seus salários. Em termos absolutos, o ganho foi de 85%, o dobro dos 43% do salário-mínimo nacional nesse mesmo período” (COMLURB, 2014). Embora essa nota seja decorrente de um acordo com o Sindicato, a empresa deflagrou o processo de demissões:

A Comlurb iniciou na manhã desta terça-feira, 4 de março de 2014, o processo de demissão de cerca de 300 funcionários que não compareceram ao trabalho para o turno das 19h de ontem, segunda-feira. A demissão está prevista na cláusula 65 do acordo firmado entre a companhia e o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro. Quem voltou ao trabalho terá os dias parados abonados. (COMLURB, 2015)

O movimento que reivindicava aumento de 40% de salário não aceitou essa proposta, e marcou nova passeata para o mesmo dia. No dia 5 de março, mesmo com o Sindicato concordando com o fim da greve, os garis decidiram manter a paralisação que durou até o dia 8 do decorrente mês. Eduardo Paes foi à TV Globo pela manhã e declarou não ter greve, mas sim, um motim. Quando a repórter o perguntou sobre a avaliação dele quanto à greve, disse:

O primeiro é o impacto imenso que isso gera na cidade. Eu não chamaria isso de greve, tem um motim. Greve é uma coisa que o sindicato convoca depois de um processo de negociação. Tem que informar ao empregador com 72 horas de antecedências, mantendo os serviços essenciais funcionando [...], você tem um grupo de pessoas não identificadas que impedem outros garis de trabalharem, pois não se pode imaginar que necessita colocar um carro da polícia atrás de um caminhão para proteger os garis que querem trabalhar, isso não é coisa de gari, gari não faz esse tipo de violência contra gari (TV GLOBO, 2014).

Para o prefeito, o que estava ocorrendo de fato era um motim (XIMENES, 2000) organizado por um grupo de pessoas não identificadas, por isso, não sabia com quem dialogar, tendo em vista que a crise era entre os grevistas e o Sindicato. O comando de greve entrou ao vivo no programa e declarou:

Para essa greve acabar ela necessita de diálogo. Um diálogo onde nós podemos ser ouvidos, [...] é bom deixar bem claro que esse movimento não tem ligação com partido político nenhum. Paralisamos para fazer uma reivindicação decente ao nosso sindicato. Infelizmente o nosso sindicato que já está ali há 30 anos vem se omitindo a reconhecer a nossa assembleia [...]. (TV GLOBO, 2014)

As contestações dos garis eram por melhores condições de trabalho para a categoria. Confirmavam sua autonomia em relação às instituições, em contrapartida, o prefeito dizia que a “greve era política”, pois um dos participantes, Célio Viana, tinha sido candidato a vereador pelo Partido Republicano (PR) nas eleições anteriores. Desse modo, o prefeito Eduardo Paes tentou desmoralizar a greve, além disso, buscou influenciar a população negativamente. Ao ser indagado pela repórter se a Prefeitura não teria um plano de emergência para essas ocasiões, responde:

Você não tem um plano de emergência em que têm marginais na rua coagindo gari e ameaçando gari. Tendo que botar um carro de polícia acompanhando um caminhão coletor de lixo [...], não há um plano de emergência para isso. [...] o que se tem é uma guerrilha, eles furaram pneus dos carros com garis que iam trabalhar, para prejudicar o carnaval. Esse é um movimento reivindicatório? Não parece [...](TV GLOBO, 2014).

Em suma, a Prefeitura durante a greve adotou um plano de contingência para suprir a falta de mão de obra dos serviços de limpeza urbana, com vencimentos de R\$ 150 reais por dia trabalhado, porém, não supriu a necessidade da Cidade.

Vendo que os trabalhadores não iriam acabar com a greve se suas reivindicações não fossem atendidas, na tarde do dia 8 de março, em reunião com o então chefe da casa civil, Pedro Paulo, ademais de os representantes do Tribunal Regional do Trabalho/RJ, o presidente da Comlurb, o presidente do Sindicato e o comando de greve, o prefeito Eduardo Paes e a Comlurb concederam aumento de 37%. A reivindicação era 40% de aumento, mas os garis aceitaram os 37% oferecidos. Neste mesmo dia foi decretado o fim da greve da categoria.

Esse pequeno relato tenta mostrar a relevância e a necessidade de se investigar os acontecimentos da greve de 2014, haja vista a evidência de diferentes posições entre o Sindicato e a categoria. Com isso, novas articulações de luta desvinculadas das tradicionais instituições surgiram. Por fim, os trabalhadores tiveram aumento salarial de 37% e o salário, à época, tornou-se R\$ 1.100 reais mensais. O vale alimentação subiu de R\$ 12 reais para 20 reais; as horas extras passaram a ser de 100% nos feriados, folgas e domingos. Em todo caso, as condições de trabalho se mantiveram, basta visitar algumas gerências na zona norte e oeste para verificar.

2. O PÓS-GREVE

Após o fim da greve, alguns participantes foram demitidos por justa causa, outros foram transferidos para lugares distantes de sua residência, dificultando a chegada no horário correto, ou seja, estratégia utilizada para viabilizar demissões, que eram infundadas, já que durante o acordo pelo fim da greve daquele ano, ficou acordado que não haveria demissões ou punições aos participantes.

No decorrer do fim da greve, grande parte dos trabalhadores se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (Psol). Em 2015, os grevistas se dividiram em três grupos: uma parte desses trabalhadores continuou no Psol; um grupo de mais de 40 trabalhadores deixou o partido e se filiou à Rede Sustentabilidade (Rede); um terceiro grupo se aproximou do Sindicato. Em 2015, aconteceram dois importantes fatos para a categoria: o lançamento dos jornais *Círculo Laranja*,⁶⁹ do grupo ligado à Rede Sustentabilidade, e o *Garis de Combate Classista*

69 “O Círculo Laranja é uma iniciativa para que o gari, que já é protagonista da cidade no seu dia a dia, também seja protagonista na discussão da cidade que queremos”. *Jornal Círculo laranja*, v. 1, n.1.

e pela Base,⁷⁰ lançado pelo grupo ligado ao PSOL. Após a criação do primeiro jornal da categoria (Círculo Laranja), os garis visitaram as gerências visando a sua distribuição e, em uma dessas visitas, um dos líderes foi preso ao tentar distribuir o jornal no Hospital Souza Aguiar. Em entrevista ao Jornal *O Dia* o trabalhador disse:

Eu estava calmo, não me exaltei em nenhum momento, apenas estava distribuindo os jornais quando o segurança veio na minha direção e tentou me impedir de circular no estacionamento. Eu disse que não estava fazendo nada de errado. Que se trata de um prédio público, disse Viana (MARTINS, 2015).

Assim, fortalecidos depois da vitória histórica, os trabalhadores de forma independente conseguiram participar das eleições do Sindicato, mas não tiveram êxito, sendo vencidos pela chapa da gestão atual à época. O candidato eleito foi o vice-presidente do Sindicato.

Logo no ano seguinte, os garis deflagraram outra greve:

Em 2015, fruto de uma experiência vitoriosa com a greve de 2014 e de uma organização da categoria onde o debate político aparecia com frequência no dia a dia dos trabalhadores, possibilitando pela primeira vez inscrever uma chapa de oposição para disputar contra os pelegos que controlam o sindicato há 30 anos, não aceitamos a vergonhosa proposta de 3%! (CÍRCULO LARANJA, 2016)

Neste ano de 2015 o ganho salarial foi de 8%, mesmo com a proposta inicial da Comlurb de 3%. Dessa greve os trabalhadores saíram enfraquecidos no sentido organizacional:

Por pouco não fomos derrotados. Dessa vez houve uma disputa mais intensa entre os que queriam novamente uma greve autônoma e aqueles que queriam aparelhar com adesivos, camisetas, dividindo a categoria, enfraquecendo a organização autônoma dos piquetes e colocando fim à união que construímos em 2014. (CÍRCULO LARANJA, 2015)

Por consequência, o grupo começou a se dividir, todavia, não prejudicou o trabalho de base nas gerências, pois a luta para a readmissão se mantinha, uma vez que as demissões por justa causa se configuravam, nitidamente, como

70 Panfleto lançado no Facebook para mobilizar os garis. Traz informações sobre as lutas dos garis, que são exemplos para todos os trabalhadores, com suas vitoriosas greves, conquistando melhores condições de trabalho. Acesso em: 24 abr. 2016.

perseguição política. Assim, entraram com ações para serem readmitidos, porém, poucos conseguiram ter seu trabalho de volta:

Em nota pública a Comlurb tentou justificar as dispensas com outras dispensas, como se tal procedimento de conduzir pessoas ao desemprego fosse o seu papel institucional e estivesse na mais perfeita correspondência com a ordem jurídica. A sua defesa é baseada no argumento de “Desliga empregados com base na legislação trabalhista e por critérios de avaliação próprios”, acrescentando que: “Em 2015, tivemos até o dia 10 de abril 115 desligamentos, sendo 41 por justa causa, destes 10 eram cargos de confiança, 33 a pedido e 19 por falecimento”. Estas novas demissões seguem esses critérios, sejam por justa causa ou por baixo desempenho. (SOUTO MAIOR, 2015)

Como foi escrito por Souto Maior, essas demissões não tiveram base legal. Prova disso é que alguns garis foram readmitidos via justiça. Ou seja: o Ministério Regional do Trabalho deu causa ganha aos trabalhadores e a Comlurb foi obrigada a recolocá-los em seu quadro de funcionários. Até 2016, cerca de 15 garis tiveram seus empregos de volta, mas a maioria continuou aguardando os processos serem julgados no Ministério. Em síntese, o movimento dos garis se fortaleceu e formou parcerias importantes com movimentos sociais, por exemplo, Universidade Nômade⁷¹, e instituições sindicais. Houve também a criação de grupos nas redes sociais, a realização de assembleias nos Arcos da Lapa, Parque de Madureira, Campo Grande e praças públicas, tudo visando fortalecer o engajamento do coletivo.

Portanto, almejava-se por um caminho de luta, quiçá, via sindical. Por isso, é importante identificar o fortalecimento da mobilização da categoria, ocorrida fora deste contexto. Pois, após esse fortalecimento, houve o engajamento dos garis no sentido de participarem da direção do Sindicato. Não à toa, surgiu uma chapa para disputar as eleições de 2015.

Outro aspecto relevante: as possibilidades de articulação pela via partidária. Com isso, muitos grevistas se filiaram a partidos políticos. Sendo assim, o afastamento institucional gerou novas e múltiplas artimanhas, que fortaleceram os garis enquanto sujeito político, entretanto, eles buscaram

71 “A rede Universidade Nômade é uma rede transnacional, que se compõe de militantes, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, coletivos, ativistas de cursinhos pré-vestibulares populares, blogues, e pontos em geral dispersos em redes sociais, produtivas e colaborativas. É também um estilo de militância, baseado nos conceitos de multidão, enxame, êxodo e produção do comum, que se organiza e normaliza de um modo autônomo, independentemente de um centro orgânico, uma “sede” ou qualquer tipo de organização rígida de princípios, membros ou diretivas”. Disponível em: <http://uninomade.net/quem-somos/>. Acesso em: 11 jun. 2016.

retomar as vias institucionais com outra postura. Esses indícios corroboram para confirmar a crença nas instituições, pois, por meio das vias institucionais, buscaram se integrar ao sistema. Em suma, o ano de 2014 marcou a visibilidade desses profissionais para a população carioca e o Brasil, dando projeção e reconhecimento a eles.

A organização dos garis atualmente conta com páginas no Facebook, em que são divulgadas denúncias de abusos de poder, assédio moral, reuniões e acontecimentos relacionados à limpeza urbana e discussão de política para melhoria da categoria. Essas redes sociais funcionam como espaço de mobilização. Por outro lado, o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação não experimentou uma crise de representação, possivelmente por seu caráter peleguista, visto que essa instituição não traz consigo uma história de reivindicações, pois, aparece uma vez por ano na época do dissídio⁷², e geralmente não atende às exigências dos seus representados e sim da empresa. Ao ser perguntado pela participação do Sindicato na vida do trabalhador, um entrevistado respondeu:

Nem tudo o Sindicato é favorável. Acho que ele se dobra muito facilmente às questões políticas e não atendem as reivindicações dos trabalhadores. É como se eles se vendessem, como já foi o caso no passado de ganharem presentes para fazer acordo ao jeito deles (Entrevistado n. 6. 20 de agosto de 2016).

Por não ter um sindicato representativo, os profissionais de limpeza foram, em certa medida, forçados à mobilização, pois, uma vez explorados, eram reconhecidos como sujeitos políticos e históricos.

Após o ato de 2014, os garis se organizaram em praças públicas, Parque Madureira, Central do Brasil e espaços cedidos por movimentos sociais, dentre esses, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro, o Sindsprev/RJ.⁷³ No entanto, essas ações, não foram realizadas nas dependências do sindicato da categoria. Depreende-se, então, não existir uma base sindical, já que suas dependências não são usadas para reuniões.

As demandas trabalhistas possibilitaram aos garis ascenderem da micro para a macro política, e, dessa forma, os trabalhadores tornaram-se mais ativos nos movimentos sociais e se aproximaram de debates da política formal. Logo, as vitórias possibilitaram uma ampliação da visão deles em relação à

72 Sindicato de dissídio.

73 SINDSPREV/RJ – Sindicato dos trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://sindsprevrj.org/>. Acesso em: 25 maio 2016.

política, forjando uma nova identidade, não obstante, sem esquecer suas inquietações em relação à Comlurb.

Como consequência, tal quadro desencadeou o fortalecimento de demandas básicas que se refletiram nas candidaturas ao cargo de vereador na eleição municipal de 2016.

Ao pensar sobre a organização dos garis e as denúncias de suas condições de trabalho, ao longo da história, constatamos um forte processo de opressão. Assim, os garis com sua luta se tornaram históricos por vencerem o medo e as possíveis punições dentro do seu espaço de trabalho. Medo cuja construção se desencadeou por conta da administração da empresa, ao tentar evitar que eles se reunissem:

Ao começar a reivindicar nossos direitos dentro da companhia passamos a ser mal-vistos, começamos a ser mal interpretados, por sua vez perseguidos pelos encarregados e gerentes e muitas vezes eles nos colocam contra nossos próprios companheiros, dizendo que somos uma ameaça e se os companheiros atentarem para o que nós falamos eles serão punidos. Isso porque essas pessoas que reivindicam seus direitos serão punidas e até demitidas por justa causa [...] (Entrevistado n. 3. maio de 2015).

Portanto, é bem esclarecedor o apontamento em que a Comlurb afirma que reserva seus cargos para os seus parceiros políticos. Em decorrência disso, acaba impossibilitando um plano de carreira para os garis. Esse relato foi descrito por um profissional de limpeza demitido:

Existe um problema político na Comlurb, porque sua estrutura está junto com o aparato político. Os cargos mais altos na empresa são ocupados por indicação do prefeito. Eles loteiam a Comlurb no sentido de oferecer os cargos para seus cabos eleitorais, deputados e vereadores. Isso é uma prática que acontece até hoje (Entrevistado n. 5. 15 de maio de 2016).

Logo, a categoria almeja ainda melhores condições de trabalho, consequentemente, um plano de carreira, tendo em vista as transformações sociais sucedidas nas últimas décadas, uma vez que, muitos dos garis, concluíram até mesmo um curso superior, bem como, outros retornaram às escolas com intenção de terminar o ensino médio.

Dentro desse escopo, afirmamos que novos sujeitos estão sendo construídos. Em resumo, a identificação da greve como um mecanismo de luta pode ser suscitada na entrevista da trabalhadora Claudia Valéria da Silva ao jornal *EL País em 2015* “Você acha que gosto de deixar de trabalhar? Claro que

não. Mas se a Prefeitura não reajustar nosso salário, no ano que vem, vai ter greve com certeza”.

CONCLUSÃO

A greve foi um movimento ocorrido na experiência do cotidiano e na organização de base, nas quais culminaram a união dos garis, com 80% de adesão da categoria. Esses acontecimentos ocorreram no campo de organização da classe trabalhadora independente (no sentido de não ter participação do Sindicato ou de partido político) e popular, indo ao encontro do eixo teórico adotado na pesquisa. Verificou-se que a maioria dos entrevistados disseram entrar para a Comlurb devido à estabilidade oferecida, pela falta de oportunidades em outros serviços e pela necessidade de contribuir com a renda familiar, uma vez que suas vidas no mundo do trabalho foram iniciadas em média aos 14 anos de idade. Desse modo, nota-se que a formação de resistência não tem espaço, lugar ou tempo determinado.

Torna-se desnecessário também o termo de conscientização de classe, mas sim de uma consciência de exploração, no sentido mais amplo, no qual vai ao encontro das formulações realizadas por Thompson. De sorte que as ideias desenvolvidas pelo autor foram propícias para entender os garis da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse prisma, Thompson discorreu sobre as maneiras dos sujeitos serem capazes de julgar seus interesses, suas articulações, o seu “fazer-se” enquanto trabalhador, possibilitando a identificação entre seus pares, os quais irão refletir em algo maior, que é a identidade desses trabalhadores. Assim, o autor apresentou elementos para entender o processo complexo pelo qual vive a classe trabalhadora atual, os seus meios de produção e as relações de trabalho realizadas de maneira diversa.

Em suma, no caso específico dos garis da cidade do Rio de Janeiro, essas ideias levantadas pelo autor são pertinentes devido a sua forma de organização. Vale ressaltar que o “fazer-se dos trabalhadores” se deu a partir de suas experiências e opressões vivenciadas cotidianamente, em que se despertou a conscientização de organizar e enfrentar as mazelas impostas pela Comlurb e pelo Sindicato patronal.

Portanto, os garis podem ser vistos como uma categoria, com necessidades objetivas e imediatas, que desde a formação de sua “profissão” foram esquecidos pela história e pelas leis: buscam perspectivas ousadas no que se refere às transformações sociais no cenário político.

Contudo, acompanhando a luta dos garis, acreditamos que podemos considerar que os movimentos populares e independentes, quando se mobilizam, conseguem atuar como movimento de resistência para vencer barreiras impostas a eles, conquistando melhorias relacionadas à condição de trabalho.

Por fim, registramos que esse trabalho quis mostrar um pouco de uma história caracterizada por uma trajetória de invisibilidade social, porém, por meio da organização independente de trabalhadores, em prol de melhorias para a categoria.

REFERÊNCIAS

A NOVA DEMOCRACIA. Garis em greve fazem novo protesto no sábado de carnaval. *Jornal A Nova Democracia*, Rio de Janeiro. 3 de mar. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxJMO_II7TI. Acesso em: 24 abr. 2016.

AIZEN, Mário; PECHMAN, Roberto Moses. **Memória da limpeza urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1985.

AMORIM, Bruno; PAIVA, Gabriel; LIMA, Ludmila. Rua da Tijuca é liberada após cinco horas fechada para protesto de garis: Grevistas, que estavam em frente à sede da Comlurb, impediram garis de trabalhar no aterro no início da manhã. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro. 3 de mar. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rua-datijuca-liberada-apos-cinco-horas-fechada-para-protesto-de-garis11786045#ixzz4OLWuClg5>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado da ação coletiva. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2012.

BETIM, Felipe. Nova vitória de garis do Rio de Janeiro mantém viva a “revolução laranja”. Após greve, eles têm alta salarial de 8% e auxílio-funeral, mas ganho é menor que em 2014. *Jornal EL País*, Rio de Janeiro. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/21/politica/1426969477_916839.html. Acesso em: 16 de maio. 2016.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

BRAGA, Ruy. A cor mais visível é 31 de mar. 2014. **Blog da Boitempo**, São Paulo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/31/a-cor-mais-visivel/>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. *In*: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (org.), **Sociedade e Política no Brasil pós-64, Rio de Janeiro**. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas de Ciências Sociais, 2008 Disponível em: <https://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

COCCO, Giuseppe; PEDROSA, Sílvio. Terceirização do trabalho e terceirização da política: A repressão da luta autônoma dos garis do Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 3 de mar. 2015. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-repressao-da-luta-autonoma-dos-garis-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 26 maio 2016.

COMLURB. Companhia Municipal de Limpeza Urbana. **Comlurb inicia processo de demissão de garis e abona as faltas de quem voltar ao trabalho**. Página Oficial Comlurb. Prefeitura do Rio de Janeiro, 4 mar. 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/comlurb/exibeconteudo?id=4623525>. Acesso em: 20 mai. 2015.

COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Editora Globo, 2004.

EIGENHEER, Emílio. **A história do lixo: a limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

FREITAS, Cláudia. Carnaval: garis em greve fazem novo protesto e lixo se acumula nas ruas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. 2, março de 2014. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/03/02/carnaval-garis-em-greve-fazem-novo-protesto-e-lixo-se-acumula-nas-ruas.html>. Acesso em: 15 mai. 2015.

FREIXO, Adriano (org.). Tudo à frente, nada à frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016). *In*: FREIXO, Adriano. **Manifestações no Brasil: as ruas em disputas**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016. Coleção Pensar Político.

GANDRA, Alana. Justiça do Trabalho declara ilegalidade da greve de garis no Rio de Janeiro. **EBC. Agência Brasil. Rio de Janeiro**, 1 mar. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/justica-do-trabalho-declara-ilegalidade-de-greve-de-garis-no-rio>. Acesso em: 11 maio. 2016.

GOMES, Marcelo. Greve dos garis pode prejudicar volta às aulas nas escolas municipais do Rio: preparadores de merenda da rede carioca também são funcionários da Companhia Municipal de Limpeza Urbana. São Paulo, 6 mar. 2014. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,greve-dos-garis-podeprejudicar-volta-as-aulas-nas-escolas-municipais-do-rio,1137848>. Acesso em: 12 maio 2016.

HANRRIKSON, Andrade. Garis grevistas fazem novo protesto em frente à Prefeitura do Rio. **UOL no Rio de Janeiro**. 7 mar. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/07/garis-grevistas-fazem-novo-protesto-em-frente-a-prefeitura-do-rio.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

JORNAL A NOVA DEMOCRACIA. RJ: Garis em greve fazem novo protesto no sábado de carnaval. Rio de Janeiro, 3 março 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxJMO_II7TI. Acesso em: 22 abr.2016.

JORNAL DO CÍRCULO LARANJA. **Nossa luta nunca foi só por salário**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 24 set. 2015.

MACIEL, Fabrício.; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. *In*: SOUZA, Jessé. (org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MARTINS, Felipe. Líder do movimento dos garis é preso em ato no Hospital Souza Aguiar. **Jornal o Dial**. Acesso em: 10 set. 2016.

PAES, Eduardo. 2014. Eduardo Paes comenta a greve dos garis no Rio. Rio de Janeiro: **TV Globo RJTV 1ª Edição**, 8 mar. 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3198756/>. Acesso em: 29 maio 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Em defesa do direito de greve dos trabalhadores garis: o encontro do Carnaval com sua história. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/07/em-defesa-do-direito-de-greve-dos-trabalhadores-garis-o-encontro-do-carnaval-com-sua-historia/>. Acesso em: 2 mar. 2016.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O massacre do Rio de Janeiro contra os garis. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/05/04/o-massacre-do-rio-de-janeiro-contra-os-garis/>. Acesso em: 2 mar. 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, v. 1.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2012, v. 2.

XIMENES, Sérgio. Revolta, rebelião de militares contra seus superiores. *In*: **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ediouro, 2000.

IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI: NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL

Bruno Leite

Carlos Henrique Aguiar Serra

Após a crise do petróleo de 1973, testemunhamos uma intensa e contínua desregulamentação das relações de trabalho. A ideologia neoliberal apareceu, capitaneada pelas figuras de Margareth Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos EUA, como forma contra-hegemônica ao Estado de Bem-estar Social das décadas anteriores. Uma narrativa que se mostrava como pragmática, se tornou a verdade nas vozes dos grandes meios de comunicação, dos analistas políticos e econômicos ligados ao *mainstream* do aparato de produção ideológica do grande capital.

Segundo Evgeny Mozorov (2018), serviços de aplicativos como o Uber – e podemos citar também serviços como o *UberEats*, *Ifood* e *Rappi* – não seriam possíveis sem essa trajetória de décadas de deterioração nas legislações trabalhistas. Os baixos preços praticados por estas empresas de aplicativos de entrega se justificam pelo fato de, por exemplo, não possuírem um único veículo, ou empregarem um total de zero motoristas. Esse modelo de negócios baseado prioritariamente na mediação entre os prestadores físicos e os consumidores finais torna os custos muito baixos, maximizando os lucros através, não somente do aumento da produtividade em sua atividade como desenvolvedoras de softwares especializados, mas sobretudo com o crescente aumento da exploração de uma mão de obra que é posta nesse estado de coisas como autônoma, com horários flexíveis de trabalho, sem vínculos de ordem legal-trabalhista. Este modelo de trabalho muitas vezes é vendido como exemplo de *empreendedorismo* (BORGES, 2019).

Além de oferecerem vagas extremamente precárias de trabalho do ponto de vista das leis trabalhistas e da saúde do trabalhador, estas empresas ganharam rapidamente espaços privilegiados no mercado, com concorrência restrita a um número pequeno de empresas de tecnologia deste setor, acentuando a tendência à centralização do capital e aumentando o poder destas grandes empresas sobre os pequenos empreendimentos (MADUREIRA, 2020). A capacidade concentrada em poucas empresas de determinar o mercado de acordo com seus interesses específicos, típica dos monopólios ou oligopólios, se coaduna com o uso das informações coletadas dos usuários conectados 24 por 7 em seus *smartphones* como forma de otimizarem sua publicidade, compreendendo a forma das pessoas pensarem e adentrando de maneira mais precisa no imaginário e no estilo de vida dos consumidores.

Segundo Shoshana Zuboff (2018), o uso destas informações de cunho comportamental pelas empresas inaugurou uma nova espécie de capitalismo, o capitalismo de vigilância, que tem como princípio a instrumentalização das informações fornecidas pelos usuários dos serviços ligados à internet, com a finalidade de automatizar, tanto a própria atividade da empresa, quanto o comportamento do consumidor. O objetivo das empresas de tecnologia é antecipar o comportamento do usuário. Com isso o foco passa a ser o desenvolvimento progressivo de tecnologias de captação de dados, sem o conhecimento por parte dos usuários. Além de auxiliarem na compreensão do comportamento dos próprios usuários, essas tecnologias, acabam por influenciar e, muitas vezes, manipular o comportamento de seus consumidores. Zuboff cita como exemplo o projeto das *smart home*, que utilizaria a *Internet das coisas* (ZAMBARDA, 2014) para conectar os aparelhos da casa ao usuário, fornecendo uma base de dados que alimentaria algoritmos com função preditiva sobre a relação dos moradores com seu ambiente. A casa, de forma integrada, poderia se preparar com antecedência para a chegada de seus moradores, ajustar a temperatura do ambiente, ligar a TV no canal preferido, ligar e desligar a iluminação nos horários de costume, por exemplo. O problema, no entanto, para Zuboff, é o fato de os indivíduos não terem o controle sobre suas próprias informações, e, assim, perderem a visão sobre os limites do uso pelas empresas provedoras e desenvolvedoras de Inteligência Artificial em posse de seus dados. As pessoas podem perder a noção de onde terminam seus hábitos próprios e onde começam os estímulos trazidos pelos algoritmos, o que, segundo a autora, indica o sentido desta lógica que tem como finalidade não somente automatizar os serviços, mas também os comportamentos de seus usuários (ZUBOFF, 2018).

A alienação proveniente do modo de produção capitalista se mostra em uma nova fase. Estes exemplos de perspectivas sobre o atual estágio de desenvolvimento das relações de produção, no núcleo específico da relação entre os indivíduos e a presença das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, têm em comum o sentido do vetor lógico que aponta para a tendência de otimizar a produtividade do trabalho, e, por consequência, reproduzir em escala ampliada o capital. A lógica imanente do modo de produção, dessa forma, desloca cada vez mais poder – que no capitalismo é poder econômico – para essas empresas ligadas ao setor de tecnologia, informação e comunicação. Agora se trata de hipertrofiar as mediações da forma mercadoria.

Seguindo a tendência de expansão do setor de serviços como absorvedor de mão de obra expulsa pelos outros dois setores mais produtivos, as plataformas, programas e aplicativos se desenvolvem automatizando a mediação e trazendo o aumento da produtividade com a característica de extrapolar o momento da produção e da distribuição e criar raízes na etapa do consumo. O que vemos são empresas centralizando uma massa gigantesca de capital, com poucos funcionários, cujo produto é materialmente barato: softwares. Para tanto, foram capazes de desenvolver tecnologias, que só seriam possíveis graças ao novo contexto informacional de conexão interpessoal de rompimento das barreiras de tempo e espaço de maneira sem precedente na história humana. Ao existirem nesse *entre*, empresas como Facebook ou Google estão em posições privilegiadas em relação à compreensão acerca dos pensamentos e comportamentos dos indivíduos em uma escala impensável até então. Aliaram a possibilidade técnica com o poder de fazer, focando na maximização dos lucros – natureza lógica de existência de qualquer empresa capitalista – e, assim, adentraram mais profundamente na subjetividade.

1. TECNOLOGIA INFORMACIONAL COMO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DA MEDIAÇÃO

Testemunhamos nesse início de século o aprofundamento de uma certa tendência da sociedade capitalista: o ser humano, na forma do consumidor, perde a percepção sobre seus próprios desejos e necessidades. A conexão, em tempo real e durante todas as horas do dia, eleva a capacidade de mediação da

forma mercadoria em termos absolutos e também relativos. A expansão da produtividade do trabalho se mostrou uma tendência geral e contínua desde a etapa histórica pós-revolução industrial.

O aumento da produtividade significa que maior quantidade de valores de uso é produzida por menor número de trabalhadores. E esta é uma tendência para a transformação constante da composição do capital. Assim, a tendência é a de que a produção humana precise cada vez menos do trabalho humano imediato. A reação a esse aumento da produtividade é a expulsão do valor da força de trabalho da composição do capital, em termos relativos. A relação trabalhador-máquina diminui, ou seja, mais máquinas ocupam menos trabalhadores. A mesma ou uma maior quantidade de mercadorias é produzida com menos trabalho humano. Isso não significa que a necessidade do trabalho chegue a zero um dia, mas tende indefinidamente a zero. É como numa operação infinita de divisão em que o zero nunca será alcançado, mas as sucessivas operações – emprego constante de tecnologia no processo produtivo – tendem a aproximar o resultado da fração a zero, como explica Marx:

O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho a ele correspondente e a alteração assim causada na composição orgânica do capital não avançam somente passo a passo com o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1 : 1, para 2 : 1, 3 : 1, 4 : 1, 5 : 1, 7 : 1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de 1/2 de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8 etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção”. (MARX, 1996)

Ao invés do aumento de produtividade média do trabalho vivo ser revertido para menos horas de trabalho – em benefício do ser humano na forma do trabalhador – a história mostrou o oposto, e mesmo com a composição do capital precisando cada vez menos da sua parte variável – o trabalho vivo – trabalhamos a mesma quantidade de horas ou mais, e temos, em geral, um acesso ainda extremamente restrito à riqueza social, principalmente na forma dos bens úteis. A escassez artificial se perpetua e se configura, assim, como algo intrínseco ao modo de produção capitalista, e que aparece como

algo natural e inexorável para o senso dominante. A produtividade crescente do trabalho⁷⁴ elevou certamente a níveis nunca experimentados pela humanidade a capacidade de produzir. Contudo a produção segue sua necessidade intrínseca de valorizar o capital, ou seja, reproduzi-lo de forma ampliada, como lógica guia de sua gestão, em detrimento da satisfação das necessidades sociais humanas pelos produtos produzidos.⁷⁵

Podemos identificar que essa tendência de aumento da produtividade seguiu para além do momento da produção. O emprego de técnicas de automação, racionalização e disciplinamento, evidenciadas ao longo do desenvolvimento do modo de produção⁷⁶, se faz presente hoje, com outras aparências, também nas novas mediações introduzidas pela tecnologia informacional e comunicacional contemporânea. Podemos classificar técnicas como os algoritmos, inteligência artificial, Big Data etc., como tentativas de expandir a produtividade da mediação entre trabalhador e mercadoria – por vezes na forma de trabalhador, por vezes na forma de mercadoria. Ao atingir a materialidade das subjetividades, essas técnicas, como nos diz Zuboff (2018), automatizou não somente o serviço, mas o consumidor.⁷⁷ Ou seja, o incremento técnico por empresas especializadas na mediação da forma mercadoria, com a finalidade de expandir o capital, tem resultado em um aprofundamento da alienação do trabalhador, que, para além do momento da produção, também tem sua subjetividade posta como alvo desta desconexão entre as suas próprias necessidades – necessidades sociais – por um lado, e a necessidade de valorizar o capital, por outro. Suas escolhas são cada vez mais veladas por gatilhos afetivos, que são postos no meio do caminho entre um e outro, em meio às redes cibernéticas de conexão, e que servem exclusivamente aos interesses empresariais.

2. DA ECONOMIA PARA A POLÍTICA

Esse potencial controle dos aspectos subjetivos, sobretudo afetivos, está, evidentemente, ligado à forma, até então, mais eficiente de produção e

74 Conferir em OECD. Disponível em: <http://www.oecd.org/std/productivity-stats/>.

75 Esse descolamento entre as diferentes necessidades, a de produção e as necessidades sociais, é a origem do que Marx chamou de *Entfremdung* ou estranhamento, pois há nesse processo um não reconhecimento de parte a parte dos trabalhadores sobre sua atividade de reprodução vital e seus produtos.

76 Podemos citar: fordismo, taylorismo, toyotismo etc.

77 Que aqui se denomina trabalhador

reprodução da ideologia dominante. Ao passo em que se ajustam as mediações informacionais e comunicacionais com o intuito de *vender mais*, esse aparato tecnológico também se dispõe a propósitos politicamente interessantes, de forma indireta, através de publicidade empresarial, mas também direta, por meio da propaganda política. A ideologia então, como elemento central na disputa de consciências, torna-se o conceito chave para a análise acerca das metamorfoses do modo de produção, em relação dialética com as particularidades dos modos de vida contemporâneos.

O sentido de ideologia aqui se aplica dentro de uma chave de complexidade específica, tal como definido por Mészáros (2004), não como o oposto às concepções científicas racionais, ou o avesso do pensamento intelectual formal, ou ainda, o contrário do produto metodológico iluminista. Mas uso ideologia aqui como conjunto de concepções que permeiam e constroem a visão de mundo dos sujeitos, determinada, sobretudo, pelos contextos em que estes estão inseridos (MÉSZÁROS, 2004). Desta forma, o contexto geral do mundo liberal impõe a posição de classe como determinação inescapável na formação de consciência dos sujeitos. A ideologia, assim, se desenvolve como uma espécie de véu deste mundo e de contra-mola da luta de classes, arrefecendo a consciência, seja passiva, seja ativamente no cenário da luta política aberta.

Com efeito, as grandes corporações já se utilizam, há tempos, do expediente da produção e reprodução de ideologia, porém, é neste início de século que podemos verificar uma espécie de hipertrofia do investimento no conhecimento acerca da mediação entre subjetividades. Nunca esse tipo de atividade teve tanta importância econômica e, portanto, política no mundo. Empresas como Google e Facebook figuram entre as maiores do mundo, movimentando massas expressivas de capital, enquanto se especializam em compreender pensamento e comportamento social em suas minúcias, com a mesma finalidade: o lucro; a mesma transparência e o mesmo controle social da indústria de armas ou tabagista, por exemplo. Suas conexões com governos e agências de inteligência, em parte já expostas (GREENWALD, 2014), nos fazem deduzir que a esfera da Política, se já era distante e estranhada pela classe trabalhadora, hoje se encontra em um caminho mais obscuro, com uma redução sensível do poder de escolha efetivo diante da força da intervenção tecnológica. Qualquer tentativa de fortalecimento democrático se torna, no mínimo, limitada pelos interesses de meia dúzia de grandes corporações com

potencial de vigiar, perseguir, controlar e manipular os sujeitos altamente conectados pela nova sociabilidade do mundo da internet e por ela dependentes.

Se recorrermos a uma escala mais ampliada desse tipo de dominação, veremos como funcionam, há tempos, os mecanismos geopolíticos de relação entre nações na busca de seus interesses. Existe uma série de aparatos e estruturas Estatais que foram desenhadas com a finalidade, velada ou não, de fazer acontecer disputas subterrâneas entre poderosas forças que se colocam na dianteira da proteção de determinadas visões de mundo e de específica ordem mundial. Esses tipos de estruturas, que coadunam interesses públicos e privados – principalmente pelo lado das potências ocidentais – não nascem, mas sem dúvida ganham extrema importância no período da Guerra Fria. O que V. I. Lênin (1984 [1916]) chama de imperialismo, que surge a partir dos processos de financeirização do capital monopolista, aparece em seu expoente máximo com os EUA no pós Segunda Guerra, na luta incessante por uma ordem mundial onde o capital flua livremente e onde o perigo do comunismo seja extinto da face da terra. Intervenções militares em países como a Coreia, Vietnã, Nicarágua, Camboja e tantos outros e intervenções não diretamente militares como nos golpes civis-militares pela América Latina, tão amplamente documentadas, são mostras, na prática, sobre o que foi e como operou o imperialismo no século XX.

Golpes de Estado, campanhas culturais através da indústria do cinema e da TV e o domínio dos interesses comerciais nos jornais e agências de notícias foram a tônica do papel do Ocidente em suas zonas de influência. A propaganda liberal se fez presente de forma ativa na vida de cada cidadão do assim chamado “mundo livre”, mesmo que este vivesse em uma ditadura ou que sofresse perseguição por partilhar de um pensamento mais à esquerda. O período da Guerra Fria representou, para o Ocidente e suas colônias, a disputa aberta por uma visão hegemônica que opunha de forma maniqueísta: a liberdade do capitalismo contra a prisão do socialismo. Desta forma, foi também o período em que se aprimoraram as técnicas de propaganda e transmissão de ideologia. Além da consequente pasteurização das artes e dos produtos culturais, como nos falam Adorno e Horkheimer (2002), a industrialização da cultura também teve como produto a disseminação da ideologia da passividade e da naturalização do mercado como necessário ao suprimento das necessidades humanas universais.

Tal como nos conta Frances Stonor Saunders, em seu livro em seu livro *Quem pagou a conta?* (2008) publicado no Brasil em 2008, a CIA e o

Departamento de Estado dos EUA financiaram de forma direta e indireta uma série de intelectuais progressistas com o intuito de que produzissem ou inserissem em suas teses justificações para o anticomunismo. Essa tática sofisticada tinha como alvo atingir pela raiz a crítica ao mundo vigente, tornando-a menos perigosa. Aqueles sujeitos que não haviam sido docilizados pela indústria cultural, poderiam ser esterilizados e interditados para uma crítica mais profunda ao liberalismo e suas instituições. Assim, o trabalho de intervenção política, em um país potencialmente aderente ao bloco adversário, passava também a se preocupar com o aprofundamento nas subjetividades, em seus diversos perfis: do ser humano médio ao acadêmico potencialmente crítico ao sistema vigente.

3. IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI

Não há nada de novo na lógica motriz da atuação do imperialismo estadunidense. O objetivo, bem como os modos de ação de seus aparatos de submissão e quebra de soberanias de países pelo mundo continua a seguir um receituário relativamente simples, que inclui desde a espionagem tradicional à guerra psicológica, midiática e cultural, tal como é feito desde o fim da década de 1940. O que mudou de maneira substantiva foi o emprego desta mesma lógica dentro de um cenário altamente tecnológico nos meios comunicacionais. Tal como a indústria cultural tradicional, representada em seu expoente máximo por Hollywood, é controlada e financiada pelo dinheiro imperialista, as grandes corporações da internet também exercem esse papel, mas com uma relação de conhecimento e proximidade em relação aos seus consumidores sem precedentes na história. Desde os softwares aos cabos de fibra ótica são permeados pela disputa e servem de campo de batalha para a manutenção do domínio dos interesses do capital monopolista.

Dentro do contexto global atual de uma “segunda guerra fria”, como descrito por Luiz Alberto Moniz Bandeira (2017) já no início da segunda década do século XXI, os Estados Unidos vêm desenvolvendo técnicas e tecnologias que visam mitigar o processo de perda da hegemonia como potência dominante na geopolítica mundial. Esse desenvolvimento se caracteriza pelo uso cada vez maior de inteligência, espionagem e contraespionagem, manipulação da mídia etc., para além dos conflitos por procuração, tão comuns na primeira guerra fria.

De um lado, temos os EUA em sua tentativa de manutenção da ordem internacional pós 1991, e de outro, potências emergentes, ou com interesses regionais próprios, como a China, no primeiro caso, e a Rússia, no segundo, com suas alianças próprias que se desviam dos interesses estadunidenses. Bandeira chama esse bloco, que inclui o Irã, e que é heterogêneo internamente, de Eurásia (BANDEIRA, 2017), e, diferentemente da primeira guerra fria, a segunda não tem como marca principal uma disputa entre capitalismo ou socialismo, mas é produto de uma nova conformação de disputas por hegemonia, regionais ou globais.

Temos visto exemplos, nestes últimos anos, de conflitos, revoltas e derrubadas de governos com a utilização de técnicas de influência de massas e manipulação da opinião pública com seguida desestabilização política de países, principalmente após a Primavera Árabe, como a Ucrânia e a Síria, onde ocorreram as chamadas “Revoltas Coloridas” (KORYBKO, 2018, p. 46). Estas são aquelas manifestações com pautas difusas e muito plurais, ou liberais, que têm como marcas a utilização de redes sociais, aparência de espontaneidade, dificuldade de identificação de lideranças e falta de influência de organizações tradicionais como partidos ou sindicatos. Esse tipo de movimento está inserido, segundo Andrew Korybko (2018), no rol de possibilidades táticas de uma Guerra Híbrida.

Esse método estratégico, e sua utilização pelas potências globais, não é algo novo na história. As técnicas definidas como de Guerra Híbrida são utilizadas desde os primórdios dos conflitos entre grupos humanos. Porém, na atualidade esse conceito ganha importância para a compreensão do modelo de conflito geopolítico contemporâneo, descentralizado em termos territoriais e com o foco que se deslocou da operação militar de conquistado espaço administrativo-político para a influência de atores chaves dentro do Estado inimigo, no sentido da derrubada e da substituição de governos e regimes. Não obstante, estratégias de Guerra Híbrida, que são aquelas que envolvem técnicas que vão para além da tradicional intervenção militar, como a ciber-guerra, influência eleitoral, introdução de desinformação, desorientação e propaganda, notícias falsas ou manipuladas, como exemplos que ganham força e importância.

Segundo Andrew Korybko (2018), as Guerras Híbridas são a principal expressão do modelo atual de disputas de poder geopolíticas. Para ele, o custo, não somente em termos econômicos, mas também políticos e midiáticos, de uma guerra convencional, conjugado ao avanço tecnológico e ao acesso à

comunicação de massas, tornou a guerra híbrida muito mais atrativa para as grandes potências, sobretudo para os Estados Unidos. Dessa forma, as técnicas aplicadas no cenário atual se tornaram mais eficientes e com um grau de sigilo bastante razoável.

A ideia principal da Guerra Híbrida, assim, é estabelecer formas de introduzir um movimento de agitação política em um ou mais setores da sociedade capazes de espalharem-se e desestabilizarem o governo. Segundo Korybko, “o principal objetivo da campanha de informação é que o alvo internalize as ideias que lhe são apresentadas, dando a impressão de que os próprios manifestantes chegaram, por conta própria, às conclusões induzidas de fora” (2018, p. 48). Ainda segundo ele, os perfis psicológicos de uma dada estrutura social, que varia de país a país, são analisados e as táticas de aproximação e fabricação de mensagens são definidas. Essa análise se dá com ajuda de especialistas de áreas como a psicologia e a neurolinguística, e tem como base, entre outras fontes, o uso de Big Data, informações que são fornecidas pelas grandes plataformas de internet, como Facebook, Twitter e Google (KORYBKO, 2018, p. 62). Plataformas estas onde se espalham notícias e *memes* com potencial viral de desinformação e influência psicológica de massas, com efeitos potencialmente direcionados (DONOVAN, 2019).

Não à toa países como China e Rússia impõem restrições territoriais às gigantes da internet (SHERWIN, 2019; CHINESE FOR BUSINESS, [s.d]). Além de não confiarem em seus algoritmos, governos que investem em segurança digital reconhecem a importância estratégica das redes sociais na manutenção da estabilidade interna do país. Para além da questão da censura à liberdade de expressão, a qual não irei debater aqui, eles entendem o perigo que representa deixar em poder de empresas estrangeiras a comunicação e as informações de seus cidadãos. Por isso esses países desenvolveram suas próprias plataformas. Substitutos como o russo VK, ou o WeChat chinês já estão entre os sites mais acessados do mundo.

Domenico Losurdo nos mostra em sua obra *Contra-História do Liberalismo* (2006) como a máquina de propaganda mais eficiente da história, a do imperialismo liberal, criou uma narrativa específica sobre o sistema liberal e seus críticos, de tal forma que crescemos com um véu sobre os horrores da dominação colonial, escravidão ou sobre os golpes e intervenções em países soberanos, os assassinatos, extermínios, encarceramento em massa, etc., que são a regra geral do mundo liberal, ao mesmo tempo em que temos uma lente que magnifica as possíveis falhas de qualquer forma ou experiência política não liberal.

Essa adesão aparentemente automática ao liberalismo como forma neutra, mais humana ou democrática no senso comum é fruto de um sistemático esforço de centros criadores de pensamentos estratégicos institucionalizados como irradiadores e patrocinadores da ideologia liberal, como o Departamento de Estado dos EUA, a CIA, uma rede de fundações e ONGs espalhadas e financiadas pelo grande capital para trabalharem incansavelmente no sentido de manter ou avançar o domínio da ideologia liberal pelo mundo, como nos informa Frances Stonor Saunders (2008). Segundo ela, a guerra fria não se restringia às disputas no campo da geopolítica, mas adentrava com força na produção cultural e intelectual mundo afora (SAUNDERS, 2008).

4. AMÉRICA LATINA E O BRASIL NO FOCO

A crise do capitalismo de 2008 deflagrou uma série de ações, principalmente por parte dos Estados centrais do sistema, no sentido de salvar suas economias, salvando as maiores empresas e bancos que teve como marca geral a implementação de pacotes de austeridade fiscal e cortes de investimentos públicos. Os governos, em conjunto com os capitalistas, através de seus aparatos ideológicos, reforçaram aquela ideia dos anos 1970, que pode ser sintetizada na expressão de Margareth Thatcher: “*there is no alternative*”, em tom catastrófico, sobre a necessidade de salvar os capitalismo para salvar a humanidade.

Em um contexto diferente, contemporâneo, a tentativa de empurrar a ideia de que o liberalismo é a única forma possível de ajuste político institucional e relação política com a economia, resultou, na prática, em descrédito generalizado, que podemos avaliar como consequência destes anos de ajustes fiscais que foram muito mais amistosos para o grande capital, beneficiários de pacotes de ajuda trilionários, do que para a classe trabalhadora, que amargou conviver com taxas altas de desemprego, arrocho salarial e cortes de direitos trabalhistas.

Na América Latina, a crise parece ter chegado um pouco depois. Se olharmos a série histórica da taxa de crescimento anual do PIB dos países da nossa região⁷⁸, podemos perceber que, de forma geral, existe uma queda imediata do crescimento registrada em 2009, mas que é compensada em 2010 e

78 FMI (2014) – *World Economic Outlook Database*. Oct. 2014.

segue firme adiante até por volta de 2014-2015. Após esse período podemos identificar uma degradação econômica na região que estava sob domínio do que se denominou de onda rosa (BALESTRO; MONTEIRO, 2019), que foi a ascensão de governos de esquerda em Estados-chaves, com características próprias, que durante alguns anos representou uma certa coesão política, sobretudo no rechaço, pelo menos em discurso, às políticas mais claramente neoliberais do consenso de Washington.

Durante esse breve período, entre a chegada ao poder de governos progressistas e mais à esquerda e a crise que se acentua na década de 2010, a América Latina vivencia uma relativa experiência de soberania política. Na Bolívia, por exemplo, temos pela primeira vez um governo que reconhece a multiplicidade étnica e nacional que inclui além dos brancos, os povos originários, suas tradições, línguas e modos de vida, representado na figura de seu presidente, um indígena ex-cocaleiro. Também temos como exemplo de modelos não alinhados ao neoliberalismo a República Bolivariana da Venezuela, de Hugo Chávez e depois seu sucessor Nicolás Maduro, o primeiro um militar mestiço e o segundo um ex-caminhoneiro. Na Argentina, os Kirchner, oriundos do peronismo de esquerda. No Equador, Rafael Correa, mestiço e filho da classe média baixa. E no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, nordestino retirante e ex-metalúrgico.

Estes governos se desenvolvem em um cenário internacional que tem como pano de fundo a manutenção de alta nos preços das commodities, que são os principais produtos de exportação da América Latina, com uma demanda crescente puxada sobretudo pela China, que mantinha no período uma média de crescimento de seu Produto Interno Bruto sempre acima de dois dígitos. Podemos dizer, assim, que essa conjuntura favoreceu o crescimento econômico aliado à redução da pobreza em grande parte dessa região⁷⁹, e mesmo com algumas tentativas de golpes (DA SILVA, 2018), durante esse espaço de tempo, a América Latina, em especial esses países da Onda Rosa, experimentaram uma certa estabilidade institucional.

Com a ascensão do poder de consumo das classes trabalhadoras e com a popularização dos *smartphones*, o acesso a novos meios de comunicação através da internet se espalha pelo Continente a partir de 2010, ao passo em que se torna possível que as redes de televisão e rádios tenham suas hegemônias postas em disputa na construção de discursos e da manutenção do

79 FMI (2019) – World Economic Outlook Database jul. 2019

senso dominante. Os primeiros sinais dos efeitos políticos dessa nova forma de disputa ideológica podem ser vistos nas eleições de 2014 no Brasil. Uma intensa máquina de propagação do que mais tarde chamaremos de *Fakenews* e de desmoralização já aparece, principalmente no sentido de acentuar afetos e sentimentos conservadores subjacentes na sociedade brasileira e contrários à esquerda, então no poder. Mesmo assim, Dilma Rousseff ganha e se reelege para mais 4 anos.

Alguns números sobre os usuários de internet no Brasil talvez nos apontem algumas pistas sobre o que mudou de 2014 para cá. Em 2014, éramos 78 milhões (CANALTECH, 2016) de usuários de redes sociais no Brasil, em 2020 chegamos a 134 milhões (VALENTE, 2020). Cerca de 92% destes usuários têm acesso a serviços de mensagens como o WhatsApp e o Facebook. Além do disso, o perfil do usuário médio de internet vem se diversificando e atingindo cada vez mais as camadas pobres da sociedade. Se em 2014 a classe média conservadora já havia sido empurrada ao ódio ao PT e aos governos Lula e Dilma pela campanha midiática entorno do Mensalão e depois da Operação Lava-Jato, as classes mais baixas, menos afeitas ao moralismo político e mais pragmáticas (IZUMI, 2019), não se deixaram levar e votaram pela continuidade do governo dos programas sociais e do – ainda recente na memória da população beneficiada – crescimento econômico com alguma distribuição de renda.

Um ano antes desta eleição, havíamos testemunhado as maiores manifestações de rua da história do país. Junho de 2013 ficou marcado como o mês em que milhões de brasileiros foram às ruas para protestar. Em entrevista à revista *Piauí*, Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo, afirma que os presidentes Recep Erdogan da Turquia e Vladimir Putin da Rússia alertaram à presidenta Dilma sobre uma movimentação artificial nas redes sociais na convocação dos atos naquele ano (JORNAL DO BRASIL, 2017). Um número muito grande de perfis de modo não orgânico estavam se espalhando pelas redes sociais chamando às pessoas a irem às ruas protestar.

Mesmo sem termos a real dimensão do grau de influência dessa possível intervenção externa nas redes dos brasileiro naquele momento, essa talvez fosse a primeira grande experiência política no país cujo principal meio de comunicação e transmissão de ativismo e propaganda foi a internet. Sem dúvida aquele foi o momento em que os principais meios tradicionais se viram levados pela onda subterrânea das redes sociais. Articulistas e comentaristas

de jornal tiveram que se retratar de uma hora para outra⁸⁰, ou foram pegos de surpresa por posições firmes expressas por uma massa a favor das manifestações da forma que fossem⁸¹.

Também temos diversos movimentos surgindo nesse bojo das redes sociais e tomando para si o papel de vanguarda de uma fatia ideológica daquela massa protestante, que já mirava o PT como foco. Organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vai Pra Rua se destacaram como oposições de direita ao governo de Dilma, com discurso radicalmente liberal e anti esquerda, e ganharam bastante força com a produção de *memes* e uma linguagem muito bem adaptada à internet e às redes sociais.

Embora tenham conseguido levar uma boa parte da massa mobilizada à adesão de seu discurso, nem o MBL, nem o Vai Pra Rua conseguiram atingir a totalidade daquele movimento em 2013, mas contribuíram, sem sombra de dúvida, para a criação de uma oposição de direita organizada entorno de pautas conservadoras e anti esquerdistas com sede nas redes sociais, que ganhavam novos adeptos em velocidade crescente.

A espontaneidade desses movimentos pode ser questionada quando nos damos conta da relação de origem com as entidades *Atlas Network* e *Students For Liberty* que promovem e financiam organizações no mundo todo, em países como a Venezuela e a Ucrânia, com o intuito de disseminar os ideais liberais. Segundo matéria da Agência Pública, o MBL foi fundado por membros da *Students For Liberty* para poderem atuar politicamente no Brasil.

O gaúcho Ostermann, o mineiro Juliano Torres e o gaúcho Anthony Ling são fundadores do EPL, a versão local do Students for Liberty, uma organização-chave na articulação entre os think tanks conservadores americanos – especialmente os que se definem como libertários – e a juventude “anti-populista” da América Latina. Mr. Chafuen, presidente da Atlas Network desde 1991, é o seu mentor.

A Atlas Network (nome fantasia da Atlas Economic Research Foundation desde 2013) é uma espécie de metathink tank, especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo, com recursos obtidos com fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos think tanks empresariais locais para a formação de jovens líderes, principalmente

80 Arnaldo Jabor condena protesto, mas se retrata em momento seguinte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=46pFy-nGEGo>. Acesso em: nov. 2020.

81 Apresentador Datena surpreso com a resposta da enquete a favor “de protestos com baderna”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso em: nov. 2020.

na América Latina e Europa oriental. De acordo com o formulário 990, que todas as organizações filantrópicas têm de entregar ao IRS (Receita nos EUA), a receita da Atlas em 2013 foi de US\$ 11,459 milhões. Os recursos destinados para atividades fora dos Estados Unidos foram de US\$ 6,1 milhões: dos quais US\$ 2,8 milhões para a América Central e US\$ 595 mil para a América do Sul. (AMARAL, 2015)

Esta estrutura já existente de fomento ideológico ao liberalismo, através de plataformas e organizações de juventude pelo mundo, aparentemente está sempre apta a servir como catalisadora de insatisfações e direcionadora para vieses conservadores e direitistas em países onde atuam. Mesmo que não tenha começado como um movimento de direita, o movimento das Jornadas de Junho de 2013 certamente foi ganho em parte por este espectro político. Com a continuidade de manifestações, embora com perfis de público diferentes, em 2014, 2015 e 2016 a direita soube se adaptar a uma linguagem mais dinâmica e moderna, em sua forma, compreendendo mais cedo a maneira mais efetiva de atuar na internet.

Logo depois de 2013 pudemos ver, em algumas campanhas eleitorais, os efeitos políticos do uso de ferramentas baseadas em modelos de estimativa ideológica com potencial preditivo e analítico. Já em 2016, na campanha eleitoral estadunidense, várias empresas especializadas na utilização de dados pessoais foram contratadas, tanto pela campanha Hillary, quanto pela campanha Trump, para traçar e aplicar estratégias de marketing, principalmente através das redes sociais. Com a vitória de Donald Trump, a empresa Cambridge Analytica (CA POLITICAL, 2016), que também trabalhou pela campanha vitoriosa do Brexit, apareceu com destaque como a principal responsável por sua estratégia de marketing. Calcada em métodos bastante inovadores, que aliavam análise psicológica de perfis a métricas de Big Data e estatísticas em tempo real, utilizando-as como base para a elaboração de mensagens com carga emocional, a empresa logrou tanto motivar o voto em Trump, quanto desmotivar o voto em Hillary.

Podemos perceber que o método de envio e espalhamento de mensagens com conteúdo afetivo, geralmente com sentido negativo em relação ao adversário político, também não é novo, mas passa a ter uma importância maior dentro do modo de operação destes novos grupos de direita a partir de 2014. O próprio caráter das redes sociais propiciou essa tendência. Diferentemente das mídias tradicionais, como rádio e TV, nas redes sociais a comunicação se dá, majoritariamente, entre iguais. Pessoas mais ou menos

próximas compartilhando de perfis parecidos estabelecem uma conexão de confiança que se mostra mais forte, principalmente em termos afetivos, que a confiança depositada nos meios de comunicação anteriormente dominantes (RECUERO; GRUZD, 2019).

Com o crescimento do uso de redes sociais e do acesso mais ampliado à internet, com proliferação da banda larga e das conexões 3G e 4G, vídeos e plataformas como o YouTube ganharam importância também como fontes de notícias e informação para mais gente no Brasil. Assim, os algoritmos que automatizam as escolhas baseadas nos hábitos da audiência de modo personalizado se tornam elementos vitais para a compreensão da disseminação de canais conservadores e/ou ultraliberais pela plataforma. Existem vários indícios que mostram a tendência em levar o público que assiste aos vídeos no YouTube para a direita e extrema-direita através das sugestões que aparecem a cada vídeo visto (CÓRDOVA, 2019). Sabemos que quanto maior for o número de visualizações em determinado canal, maior vai ser o financiamento deste, no mínimo, pelo próprio mecanismo de monetização das publicidades na plataforma.

O Facebook, da mesma forma, foi acusado de favorecer páginas de direita com seu algoritmo (SEETHARAMAN; GLAZER, 2020). Sabemos que essas gigantes da internet, como Google e Facebook, estão integradas no sistema de vigilância da inteligência estadunidense, como foi revelado pelos vazamentos do ex-agente da NSA Edward Snowden (GREENWALD, 2014). Elas são caminho à disposição para fornecimento de dados de indivíduos e grupos cujas informações são coletadas e armazenadas de forma massiva, e que podem ser usadas, como já vimos, para a manipulação das subjetividades em larga escala.

3. GOLPE E BOLSONARO COMO VITÓRIA DO IMPERIALISMO

Uma ampla documentação sobre as inúmeras intervenções dos Estados Unidos pelo mundo nos mostra como é uma prioridade para a sua política externa trabalhar no sentido da manutenção de uma ordem mundial que seja favorável aos interesses de suas empresas, mas principalmente de sua hegemonia como potência dominante (FOSTER; MCCHESENEY, 2014). E, para tanto, utiliza de sua força militar, cultural e, sobretudo nos dias de hoje, tecnológica, como forma de impor uma determinada perspectiva ideológica de direita, ou, pelo menos, liberal.

O Brasil, como podemos perceber pela História, é um foco prioritário para os EUA, provavelmente por ser a maior economia, a maior população e

território, o país com maior diversidade mineral e natural da América Latina e do Hemisfério Sul. Tanto que, como foi revelado pelo *Wikileaks* (2015) e pelos documentos vazados da NSA (GREENWALD, 2015), o país foi o segundo maior alvo de interceptações – só atrás dos próprios EUA – com grampos no alto escalão do governo e das maiores empresas brasileiras, além do monitoramento de indivíduos por todo o país.

As relações próximas de agentes públicos estadunidenses com integrantes da Operação Lava-Jato (VIANA; NEVES, 2020), que teve grande apoio dos maiores grupos de mídia nacionais, como o Grupo Globo e Folha de São Paulo, são também indícios graves de uma atuação direta na tentativa de manipulação ideológica de massas. Essa operação, que se mostrou altamente viciada em seus procedimentos, como foi exposto pela série de reportagens do *Intercept* (THE INTERCEPT BRASIL, 2020) sobre o vazamento de mensagens trocadas entre integrantes do Ministério Público, e também entre estes e o Juiz Sérgio Moro, tinha claramente o objetivo de danificar a imagem pública do Partido dos Trabalhadores, e de figuras públicas ligadas à esquerda.

Sem aqui fazer nenhum juízo sobre o mérito das denúncias e dos processos, a Operação Lava-Jato, não somente contribuiu para o crescimento do ódio contra a esquerda, como também, por meio da luta jurídica, prejudicou a principal empresa do Brasil, a Petrobras, e conseqüentemente a economia do país de forma geral. Ao serem cancelados diversos contratos com uma cadeia imensa de fornecedores e empresas subsidiárias, o efeito cascata na interrupção da produção de riqueza e no corte de empregos acelerou uma crise que já se instalava desde 2015, com a guinada econômica conservadora de Dilma Rousseff.

Dilma que ganha em 2014 com uma plataforma, pelo menos aparentemente, mais à esquerda que em 2010, logo de início anuncia o liberal Joaquim Levy como seu ministro da Fazenda e começa uma série de cortes orçamentários, que agravam mais ainda o desemprego, que passou de 6,8% em 2014 para 8,4% em 2015 (GANDRA, 2015), baixa taxa de investimento e aumento do endividamento. Nesse período a popularidade de Dilma entra em declínio constante (RIZÉRIO, 2015) chegando ao patamar de menos de dois dígitos de aprovação, o que vai se manter até seu impeachment em 2016.

Enquanto o governo perde apoio na sociedade, a figura de Jair Bolsonaro vai sendo construída de forma subterrânea, com exposição consistente em programas de TV de tom humorístico, puxado por suas falas polêmicas, altamente preconceituosas e, sobretudo, com uso das redes sociais, através

de *memes*. O que aparece deste deputado medíocre do baixo clero do Congresso Federal não é sua baixíssima produção legislativa, nem a forma como usa o cargo público para empregar a família e amigos por quase 30 anos; sua imagem é posta, ao contrário, como a de um sujeito antissistema, inimigo do politicamente correto, próximo do brasileiro médio, de vocabulário simples, até grosseiro, e sem muita educação.

Com a crise econômica e o desemprego alto, em meio ao problema endêmico da violência nos grandes centros urbanos do Brasil, Bolsonaro, capitão reformado do Exército, se consolida como aquele que pode resolver, mesmo que na força, o banditismo que afeta os mais pobres do país. Sua popularidade então aumenta de forma acelerada nas redes sociais, principalmente em grupos e compartilhamentos de WhatsApp, que nesse momento já representa o aplicativo mais usado no Brasil.

Esse aumento pode ser identificado como tendo uma parte orgânica, mas também com o uso massivo de robôs (MILITÃO; REBELLO, 2019). Essas técnicas de atuação que culminaram com a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 se assemelham muito com o que foi feito pela campanha de Trump em 2016. Não somente no modo de operar, mas sabemos também que integrantes do grupo envolvido com a Cambridge Analytica atuaram auxiliando as estratégias de campanha de Bolsonaro e mantêm inclusive relação estreita com a sua família (PIRES, 2020).

O que Bolsonaro representa para os EUA pode ser definido pela imagem em que ele aparece orgulhosamente batendo continência para a bandeira estadunidense⁸², não escondendo sua posição e o que acha que deve ser o papel do Brasil no cenário da América e do mundo.

Podemos analisar Bolsonaro como o perfeito perfil de figura para ocupar o cargo presidencial em meio à crise da institucionalidade liberal, pois em aparência não é nada perto dos engravatados e bem-educados presidentes latino-americanos da década de 1990, embora na prática seja o mais liberal que o Brasil já teve. Sua equipe econômica chefiada por Paulo Guedes, defensor de um liberalismo fanático e admirador das políticas liberalizantes do Chile de Pinochet, é o ponto de atração da burguesia nacional, não obstante do capital estrangeiro, na manutenção do apoio ao governo protofascista do Brasil de hoje.

82 “Bolsonaro bate continência a bandeira americana em sinal de subserviência aos EUA (10/10/2017)” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8M1dUtgFd0g>. Acesso em: nov. 2020.

Em resumo, ao se utilizarem das Novas Tecnologias da Informação, os consórcios de grandes empresas e potências capitalistas, no sentido de expandirem e fortalecerem o domínio do capital monopolista, tanto no Brasil, como pelo mundo, adentram de maneira nova as subjetividades. Dentro da lógica da alienação do trabalho, que se deriva em alienação política, percebemos cada vez mais o mundo através das mediações controladas pelos filtros ideológicos, cuja malha é fiada de interesses econômicos, que se transmutam em políticos no mundo liberal. Hoje esse trabalho ativo de dominação se centra cada vez mais na arena da internet, na forma das grandes plataformas digitais, se espalhando pelo globo e se aprofundando na vida.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: mai. 2020

BALESTRO, Moisés; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos EUA**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BORGES, Thais. **Até 14 horas de trabalho e 80 km pedalados por dia: conheça os entregadores por aplicativo**. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ate-14-horas-de-trabalho-e-80-km-pedalados-por-dia-conheca-os-entregadores-por-aplicativo/>. Acesso em: mai. 2020.

CA POLITICAL. **Cambridge Analytica Runs Donald J. Trump Election Campaign**. 2016. Disponível em: <https://ca-political.com/casestudydonaldjtrumpforpresident2016/>. Acesso em: nov. 2020.

CANALTECH. **Brasil é o país que mais usa redes sociais na América Latina**. 2016. <https://canaltech.com.br/redes-sociais/brasil-e-o-pais-que-mais-usa-redes-sociais-na-america-latina-70313/>. Acesso em: nov. 2020.

CHINESE FOR BUSINESS. **A versão chinesa da internet**. Disponível em: <http://www.chinese4.biz/pt/guia-cultural-empresarial/preparacoes/18/versao-chinesa-da-internet>. Acesso em: nov. 2020.

CÓRDOVA, Yasodara. **Como o Youtube se tornou um celeiro da nova direita radical**. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/09/youtube-direita/>. Acesso em: nov. 2020.

DA SILVA, Fabrício Pereira. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018.

DONOVAN, Joan. **How memes got weaponized**: A short history. 2019. Disponível em: <https://www.technologyreview.com/2019/10/24/132228/political-war-memes-disinformation/>. Acesso em: nov. 2020.

FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY, Robert W. **Surveillance capitalism**. Monopoly-finance capital, the military-industrial complex, and the digital age. 2014. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2014/07/01/surveillance-capitalism/>. Acesso em: nov. 2020.

GANDRA, Alana. **Brasil fecha 2015 com aumento no desemprego**. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/brasil-fecha-2015-com-aumento-no-desemprego>. Acesso em: nov. 2020.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano. Brasil: Primeira Pessoa, 2014.

IZUMI, Mauricio Yoshida. Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, jan./abr., p. 29-62, 2019

JORNAL DO BRASIL. Haddad: Dilma e Lula foram alertados por Putin e Erdogan sobre protestos de 2013. 2017. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/06/05/haddad-dilma-e-lula-foram-alertados-por-putin-e-erdogan-sobre-protestos-de-2013.html>. Acesso em: nov. 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: Das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LENINE, Vladimir Ilitch. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. [1916]. Lisboa: Edições Avante, 1984. Coleção Obras Escolhidas, Editorial Avante. Tomo 2. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em: nov. 2020.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do liberalismo**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006

MADUREIRA, Daniele. Como apps de entrega estão levando pequenos restaurantes à falência. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/02/08/como-apps-de-entrega-estao-levando-pequenos-restaurantes-a-falencia.htm>. Acesso em: nov. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Coleção Os Economistas. Livro 1. v. 2.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MILITÃO, Eduardo; REBELLO, Aiuri. Rede de fake news com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas. 2019. Disponível em: <https://noticias>.

uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm. Acesso em: nov. 2020.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

PIRES, Breiller. **Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em: nov. 2020.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatolyi. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galaxia** (São Paulo, *on-line*), n. 41, mai-ago., p. 31-47, 2019.

RIZÉRIO, Lara. **Os gráficos do Ibope que mostram que 2015 foi um ano para Dilma esquecer**. 2015. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/os-graficos-do-ibope-que-mostram-que-2015-foi-um-ano-para-dilma-esquecer/>. Acesso em: nov. 2020.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta? – A CIA na Guerra Fria da cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEETHARAMAN, Deepa; GLAZER, Emily. **How Mark Zuckerberg Learned Politics**. 2020. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/how-mark-zuckerberg-learned-politics-11602853200>. Acesso em: nov. 2020.

SHERWIN, Emily. **Rússia quer se desconectar da internet global**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/r%C3%BAssia-quer-se-desconectar-da-internet-global/a-47486151>. Acesso em: nov. 2020.

THE INTERCEPT BRASIL. **Todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a vaza jato**. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em: nov. 2020.

VALENTE, Jonas. **Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: nov. 2020.

VIANA, Natalia; NEVES, Rafael. **Quem são os agentes do FBI que atuaram na Lava Jato**. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/07/quem-sao-os-agentes-do-fbi-que-atuaram-na-lava-jato/>. Acesso em: nov. 2020.

WIKILEAKS. **Bugging Brazil**. 2015. Disponível em: <https://wikileaks.org/nsa-brazil/press.br-pt.html>. Acesso em: nov. 2020.

ZAMBARDA, Pedro. **'Internet das Coisas': entenda o conceito e o que muda com a tecnologia**. 2014. <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/08/internet-das-coisas-entenda-o-conceito-e-o-que-muda-com-tecnologia.html>. Acesso em: nov. 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. Profile Books, 2018.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Caroline Soares de Andrade Caldas

É doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia e Gerente de Projetos no terceiro setor. Desenvolve pesquisas empíricas com abordagem qualitativa e trabalha com a dimensão judicial de temas como direitos humanos e justiça de transição. Possui investigações abordando direitos humanos e empresas. Tem experiência como advogada com atuação corporativa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8118133027127116>
E-mail: carolsac@gmail.com

Flávia Mendes Ferreira

É doutora e mestre em ciência política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Ciências Sociais (UENF), Licenciada em Ciências Sociais (UFF). Professora de Sociologia na Seeduc e Rede Faetec no estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de ensino de sociologia e teoria política. Atualmente desenvolve pesquisa sobre controle, disciplinamento e biopolítica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9992-1066>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5931971441443946>
Email: flamendes.ferreira@yahoo.com.br

Patricia de Oliveira Burlamaqui

É doutora e mestre em ciência política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Análise de Políticas Públicas pela IE/UFRJ e graduada em Ciências Sociais pela UCAM. Atua na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, Instituições Políticas, Análise do Processo Decisório e Segurança Pública. Atualmente é pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Instituições e Políticas Públicas - NIPP da UFPI/CNPq.
Email: pburlamaqui@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Aparecido de Jesus Silva

É graduado em Ciências Sociais pela UERJ; mestre em Ciência Política pelo PPGCP da Universidade Federal Fluminense e doutorando em Sociologia pelo PPGS da mesma instituição.

Email: aparecidosilva25@hotmail.com

Bárbara Breder Machado

É Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense ESR. Doutora e Mestre em Ciência Política PPGCP/UFF Psicóloga/UFF. Coordenadora do Laboratório de Psicanálise Política Cultura e Estudos de Gênero LPPCEG e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saúde Mental UFF-ISNF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6132106075115936>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1581-3480>.

Email: barbarabreder@gmail.com

Bruno Leite Bruno Dutra Leite

Nasceu em Niterói, RJ, em 1985. Após ter cursado Direito na PUC e na UFRJ, e psicologia na UERJ, se formou em Ciências Sociais pela UFF. Se tornou militante no Movimento Estudantil durante a graduação, quando esteve filiado ao PSOL, de 2007 a 2017. Hoje milita pelo PCB e atua no movimento de pós-graduandos. Se especializou em Ciência Política, adquirindo o título de Mestre pela UFF. Hoje cursa o Doutorado também em Ciência Política na mesma universidade. Sua pesquisa tem como foco o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação na Política contemporânea e suas consequências para o mundo do trabalho. Também trabalha com pesquisa eleitoral e de opinião há cerca de 14 anos.

Email: bdleite85@gmail.com

Carlos Henrique Aguiar Serra

é professor Associado de Ciência Política da UFF e Doutor em História também pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Email: chaserra@id.uff.br

Carolina Cunha é advogada,

Mestre e Doutora em Ciência Política/UFF, Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Geraldo Di Biase.

Email: carolfcunha@gmail.com

Cláudio de Farias Augusto

É graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense/UFF (1978); graduado em Engenharia Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (1972), bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian no Laboratório Nacional de Engenharia Civil/LNEC/Portugal (1974); mestre em Engenharia de Produção pela COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1996), bolsista CAPES na Universidade de Lisboa/PT (2001); doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo/USP (2003). Desde 1979 é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, sendo, atualmente, Associado 4. Atua na Área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política e Políticas Públicas, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: pensamento político clássico, teorias da revolução, teorias da democracia, pensamento sócio-político brasileiro, habitação e política urbana no Brasil.

Email: claudiodefariasaugusto@gmail.com

Luís Alves Falcão Luís Alves Falcão

É professor adjunto do Departamento de Ciência Política (DCP-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFF) da Universidade Federal Fluminense. É doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), com período sanduíche na Università degli Studi di Milano. É coordenador do Laboratório de Estudos Republicanos (LER) e integra o grupo Retórica e Política Humanista, ambos da UFF. Trabalha a partir de uma perspectiva do republicanismo moderno e suas interfaces com o direito natural e a democracia. Autor dos livros “Maquiavel, Montesquieu e Madison: uma tradição republicana em duas perspectivas” (Azougue, 2013), “Algernon Sidney: um pensador republicano do século XVII” (EdUFF, 2019) e “Algernon Sidney between Modern Natural Rights and Machiavellian Republicanism” (Cambridge Scholars Publishing, 2020). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4153032917062023>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3785-626X>.

Email: luis.alves.falcao@gmail.com

Rafael Polari de Alverga Kritski

É doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (PPGCP-UFF). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Professor docente I de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ) e coordenador da equipe de Sociologia na escola em que atua. No mestrado, estudou o golpe de 2016 a partir da perspectiva do conflito distributivo de classes; no doutorado, pesquisa a possibilidade conceitual de um (neo)fascismo contemporâneo. Coordenador executivo do Laboratório de Estudos Republicanos (LER), vinculado ao PPGCP-UFF. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2780856112014182>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4502-7034>.

Email: rafaelkritski@gmail.com

Ricardo Bruno da Silva Ferreira

É doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui o Bacharelado e a Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua na área de concentração em Teoria Política e possui como linhas de pesquisa os seguintes eixos temáticos: Pensamento Social Brasileiro, Segundo Reinado, Escravidão e Movimento Abolicionista, Liberalismo Político, Intelectuais e História do Brasil. Possui experiência profissional no campo de ensino e pesquisa. Atualmente exerce o cargo de Professor Adjunto na área de Ciência Política e Ensino no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes (COC/ESR/UFF).

Email: ricardobruno@id.uff.br



uff

